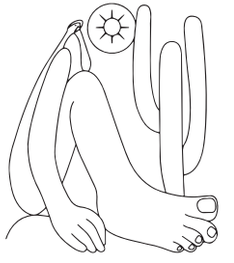
MOVIMENTO
CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 2. N.5. ABR./JUN. 2017.

MOVIMENTO
CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 2. N.5. ABR./JUN. 2017.



EDITORA MOVIMENTO

Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina
Diretor Responsável Thiago Aguiar
Movimento Esquerda Socialista

Projeto gráfico e diagramação Adria Meira
Capa Adria Meira
sobre pintura Abaporu (1928) de Tarsila do Amaral

Revisão Charles Rosa
Gustavo Rego
Pedro Micussi
Thiago Aguiar

Periodicidade Trimestral | 5ª edição. Ano 2017.

Autores que contribuem nesta edição: Bernardo Corrêa, Bruno Magalhães, Carlos Carcione, Ella Mahony, Felipe Moreira, Gilvandro Antunes, Luciana Genro, Marea Socialista, Mariana Riscali, Maycon Bezerra, Pedro Micussi, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Thiago Aguiar, Tito Prado, Vladimir Lênin.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 2, v.1, n.5 (abr./jun.2017) -. -Porto Alegre : Movimento, 2017.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo. 3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política – Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2017

ÍNDICE

Apresentação 7
Thiago Aguiar

**SOB OS ESCOMBROS DO "BRASIL GLOBAL"
ECONOMIA E POLÍTICA NUM PAÍS EM CRISE**

Esperanças vendidas: corrupção, cooptação e capitalismo na América Latina 15
Bernardo Corrêa

O poder das corporações e a corrupção no capitalismo globalizado 35
Luciana Genro

"Nosso desafio é ter um programa à altura dos desafios históricos" – Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr. 53
Pedro Micussi e Thiago Aguiar

**INTERNACIONAL
GOVERNO TRUMP EM XEQUE, CRISE NA VENEZUELA E LUTAS NO PERU**

A crise do governo Trump 83
Ella Mahony

People's Summit: Com Bernie Sanders construindo uma política contra-hegemônica nos Estados Unidos 91
Luciana Genro e Mariana Riscali

Marea Socialista diz não à violência: nem "coletivos" armados, nem "guarimberos" 99
Marea Socialista

"Na crise, a velha esquerda mostra suas misérias" – Entrevista com Carlos Carcione 117
Aporrea.org

"As lutas estão dando um salto no mundo" – Entrevista com Tito Prado 131
Bernardo Corrêa

CONTRIBUIÇÕES

A crise da vanguarda: crítica ao texto "Sobre a natureza da crise brasileira", de companheiros da Insurgência 151
Bruno Magalhães e Felipe Moreira

Revolução Russa, Educação e pedagogia marxista 167
Maycon Bezerra

Uma contribuição ao debate sobre os tempos difíceis 187
Gilvandro Antunes

TEORIA: LÊNIN E AS GREVES

Sobre as greves 215
Vladimir Lênin

DOCUMENTOS

Elementos da conjuntura pós-greve geral 229
Secretariado Nacional do MES

Depois da heroica ocupação de Brasília, é preciso seguir nas ruas! 243
1º de Maio, APS, Comunismo e Liberdade, Comuna, CS, CST, Esquerda Marxista, LRP, LS, LSR, Mandato Carlos Giannazi, MES, Somos Viamão, Subverta, TLS

Apresentação

Thiago Aguiar [1]

Eis o quinto número de nossa revista *Movimento*. Ao longo das últimas edições, pudemos ir consolidando um espaço de elaboração e debate teórico-político socialista. A princípio, delimitamos dois objetivos principais deste projeto: fornecer subsídios para a discussão e a formação da militância do Movimento Esquerda Socialista, organização política que anima a revista, e ampliar o diálogo com outras correntes, ativistas e intelectuais parceiros com quem possamos desenvolver nossas reflexões. Consideramos que, até aqui, a publicação começou a dar conta destes desafios.

Há, no entanto, muito a avançar e o lançamento desta edição inicia uma nova etapa de nosso trabalho. Em conjunto com a *Movimento* n. 5, lançaremos o portal **movimentorevista.com.br**, com o qual não apenas teremos a oportunidade de ampliar a divulgação dos materiais já publicados na revista impressa, como também pretendemos abrir uma nova trincheira para divulgar ideias, posições e debates. O portal possibilitará a circulação de artigos e opiniões sobre temas candentes, reservando à revista impressa a elaboração mais de fôlego e a reflexão teórica para a ação. Além disso, ampliaremos nosso intercâmbio com publicações estrangeiras, selecionando e traduzindo materiais inéditos e de interesse para nossos leitores. Com publicações mais dinâmicas no portal e a ampliação do acesso à revista impressa, aumentando e profissionalizando sua tiragem e distribuição, pretendemos também chegar a mais lugares e organizar atividades, círculos de leitura e debates presenciais em todo o país.

1 Doutorando em Sociologia (USP) e diretor da revista *Movimento*.

Nesse período, a batalha de ideias e a ampliação da elaboração programática são essenciais. No Brasil, as crises econômica e política alcançam fase aguda, com um governo nas cordas, cujas relações corruptas com grandes conglomerados econômicos revelam plenamente a captura do Estado e de suas rendas pela classe dominante e seus agentes. Ao mesmo tempo, um regime político apodrecido debate-se em busca de salvação, oferendo em troca direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores no altar do ajuste estrutural imposto pela burguesia. Torna-se fundamental compreender como chegamos a este ponto, qual a localização da economia brasileira diante da crise do capitalismo mundial e por que caminhos os socialistas podem oferecer uma saída à inserção subalterna e dependente do país e à crise, que tem sido uma oportunidade para a burguesia impor desemprego, arrocho salarial e desmonte dos serviços públicos.

Anos após a fantasia do "Brasil global" dos megaeventos e das transnacionais brasileiras "campeãs", vitrines do alegado "neodesenvolvimentismo" dos governos petistas, cabe ao movimento dos trabalhadores e aos socialistas encontrar um caminho diante dos escombros. Publicamos três materiais que auxiliam a compreender onde estamos. Bernardo Corrêa assina artigo sobre a expansão de empresas brasileiras na América Latina, financiadas pelo Estado e em estreita proximidade com os governos da região. A crise econômica, a Lava Jato e as investigações em países vizinhos revelaram as entranhas deste processo, justamente no momento em que as outrora "campeãs" enfrentam profundas dificuldades pela retração do preço das *commodities* e pela crise. Luciana Genro, por sua vez, debruça-se sobre o mesmo processo a partir de uma reflexão teórica a respeito das relações entre o Estado e o capital. Seu objetivo final é analisar o conteúdo concreto da corrupção envolvendo grandes corporações brasileiras e formular, então, iniciativas para a esquerda socialista diante dos desafios apresentados no período.

Numa longa entrevista realizada por Pedro Micussi e por mim, o economista marxista Plínio de Arruda Sampaio Jr. oferece um instigante diagnóstico da crise brasileira e do fracasso da política econômica conduzida pelos governos do PT, como parte de um processo de "reversão neocolonial", no qual a industrialização perde espaço no país diante das transformações do capitalismo global. Plínio também trata da crise política e a enquadra num movimento profundo de reorganização da economia, da sociedade e da política do país, conduzido por uma burguesia dividida internamente, cheia de fissuras, organizada em dois "partidos", um dos quais pretende "estancar a sangria" do derretimento da Nova República e o outro, o partido do "fora todos", pretende destruir este regime sem ainda ter unidade suficiente para saber o que colocar no lugar. É possível debater a análise de Plínio sobre como opera cada um desses "partidos" e de que forma, em particular, as novas revelações da Lava Jato – em conjunto com os efeitos da greve geral de abril – atrasaram e levaram ao pântano os ataques neoliberais contra os direitos sociais e trabalhistas. Na entrevista, aliás, questionamos se a esquerda socialista não pode acabar perdendo a oportunidade de utilizar a seu favor as divisões e rachaduras interburguesas que a crise e as investigações trouxeram. Consideramos que esta questão segue sendo fundamental. Independentemente de debates como este, que precisamos seguir, Plínio tem uma definição de que compartilhamos completamente e que nos parece decisiva: os socialistas precisam retomar o debate estratégico e programático, formulando uma política própria, para não terminarem atados aos planos eleitorais de Lula e do PT e a um regime político apodrecido cujos agentes lutam para salvar-se. Os socialistas, avalia Plínio, devem recolocar na ordem do dia o debate sobre a revolução brasileira, o socialismo, as insuficiências de nossa formação nacional e a esperança na luta dos trabalhadores e da juventude para construirmos dias melhores.

Na seção internacional, Ella Mahony, editora da revista *Jacobin* dos Estados Unidos, escreve artigo exclusivo para nossa revista sobre a crise do governo Trump, envolvido em investigações sobre suas relações com Putin, pressionado pela insatisfação crescente do povo com as mudanças na política de saúde e por mobilizações que polarizam o gigante norte-americano. Luciana Genro e Mariana Riscali informam, em reportagem, os debates ocorridos na recente *People's Summit*, cúpula da esquerda estadunidense, com forte presença dos movimentos que se organizaram ao redor da campanha de Bernie Sanders em 2016.

Além disso, dedicamos atenção à situação da Venezuela, republicando materiais de que a militância brasileira precisa apropriar-se para compreender os últimos acontecimentos daquele país, distanciando-se do simplista e acrítico alinhamento ao governo Maduro conduzido por setores da esquerda latino-americana. Para tanto, publicamos um documento de *Marea Socialista*, organização socialista originária do movimento bolivariano e crítica dos rumos do governo Maduro. Para *Marea*, diante da profunda crise econômica do país, o governo aprofunda sua política rentista e corrupta, acelera a entrega de recursos minerais e do petróleo às transnacionais estrangeiras, endurece o regime – com uma proposta de assembleia constituinte que ataca as conquistas inscritas na Constituição bolivariana de 1999 – e intensifica a repressão às manifestações. A direita opositora e a MUD, por sua vez, são parte do problema, articulando ações de sabotagem e estimulando o recrudescimento da violência nas ruas e o revanchismo, condenando o país a uma polarização sangrenta na qual as reivindicações dos trabalhadores e as necessidades urgentes do povo ficam em segundo plano. Tais reflexões são também desenvolvidas por Carlos Carcione, dirigente de *Marea Socialista*, numa entrevista para o tradicional portal da esquerda venezuelana Aporrea.org, reproduzido na revista.

A seção internacional encerra-se com entrevista de Tito Prado a Bernardo Corrêa. Prado – dirigente do *Movimiento Nuevo Perú* (nova formação da esquerda peruana liderada por Verónika Mendoza, candidata socialista que obteve 18% dos votos na última eleição presidencial daquele país) – rememora episódios de sua militância na corrente internacional fundada por Nahuel Moreno, sua relação com Hugo Blanco, a luta contra o fujimorismo nos anos 90 e as lutas em curso no país.

Na sequência, a edição n. 5 de *Movimento* publica contribuição ao debate assinada por Bruno Magalhães e Felipe Moreira, numa polêmica com documento recente de dirigentes da corrente Insurgência. Para Bruno e Felipe, a incompreensão do caráter das forças em disputa na crise em curso leva a equívocos na caracterização da ação da burguesia e de suas frações, trazendo por consequência uma armação defensiva e vacilante à esquerda socialista, que facilmente a transforma num apêndice da política do PT. Maycon Bezerra, por sua vez, publica artigo sobre a experiência soviética na educação e suas lições para os movimentos docente e estudantil, que há anos são vanguarda da luta contra os governos que atacam este direito fundamental. Por fim, Gilvandro Antunes escreve sobre as relações entre crise capitalista e psicologia, num artigo que retoma diversos conceitos desta área do conhecimento.

Num período de debates sobre a necessidade de enfrentar os ataques do governo por meio de greves gerais, é útil retomar as valiosas lições de Vladimir Lênin em Sobre as greves, documento de 1899 em que o marxista russo debruça-se sobre a importância das greves e delimita, ao mesmo tempo, a importância do partido revolucionário para ir além da ação espontânea do movimento de trabalhadores, potencializando-a e a canalizando para a disputa do poder.

Encerrando este número de nossa revista, na seção de documentos, publicamos análise do Secretariado Nacional do MES, do início de maio, sobre a conjuntura posterior à greve geral de 28 de abril, bem como material elaborado por diversas

correntes do PSOL com um balanço da marcha a Brasília em 24 de maio e a compreensão comum destas organizações sobre as tarefas da esquerda socialista no período.

Esperamos que esta edição renda bons debates e que o novo portal movimentorevista.com.br seja útil para as lutas do próximo período.

Boa leitura!

SOB OS ESCOMBROS DO "BRASIL GLOBAL" **ECONOMIA E POLÍTICA NUM PAÍS EM CRISE**

Esperanças vendidas: corrupção, cooptação e capitalismo na América Latina

Bernardo Corrêa[1]

O megaescândalo de corrupção revelado pela Operação Lava Jato no Brasil, tem repercussões políticas de alcance internacional. Apesar de ter como epicentro aquele país, em três anos, a Operação chegou a 37 países com 159 acordos de cooperação jurídica internacional para troca de provas de corrupção e lavagem de dinheiro pelo mundo. De acordo com a investigação da equipe de jornalistas do portal peruano *Convoca*, a Operação envolve mais de 10 países na América Latina e mais de 70 agentes públicos, dentre os quais seis presidentes e ex-presidentes.

O processo tem revelado um verdadeiro conluio público-privado sem distinção entre governos da velha esquerda e da direita de sempre. Sem embargo, alguns setores desta esquerda *lato sensu* (especialmente ligados ao Partido dos Trabalhadores brasileiro) reclamam de seletividade nas investigações. Seus defensores denunciam a Operação como uma "conspiração imperialista" que teria o objetivo de quebrar a indústria "nacional" do agronegócio e da construção civil brasileira para impor uma implacável ofensiva conservadora sobre toda esquerda latino-americana.

Os governos supostamente "progressistas" da região estão implicados por seus próprios erros, mas o envolvimento nas investigações de governos ligados à direita latino-americana (p.ex.: Toledo e Alan García no Peru, Santos na Colômbia, Calderón no México, entre outros); a prisão de figuras como Cunha e Paes do PMDB brasileiro; e a recente abertura de investigação sobre o ilegítimo presidente Temer e Aécio Neves, candidato da oposição de direita ao governo de Dilma Rousseff nas eleições

1 Sociólogo e dirigente do MES/PSOL, militando no Peru para contribuir com a construção do *Movimiento Nuevo Perú*.

de 2014, tornam, cada vez mais, este argumento uma espécie de malabarismo político. Malabarismo que termina por secundarizar a luta contra a corrupção, como se dissesse respeito apenas a desvios de conduta individuais e não fosse parte da agenda da esquerda desde sempre.

Um olhar mais global sobre o fenômeno pode nos ajudar a compreender como as intersecções de interesses políticos e econômicos foram funcionais à expansão das empresas transnacionais de capital originado no Brasil. Como veremos, a corrupção mediou esta expansão, justificada pelo discurso da integração regional. Além de mercadorias e serviços, este modelo de desenvolvimento exportou também o método como historicamente operaram as empresas familiares do *crony capitalism* brasileiro. Propina, favorecimento do Estado, corrupção, sempre acompanharam o crescimento destes monopólios, a novidade é que foram agenciados por um governo que se elegeu com a promessa de romper com isso.

Frustrando esperanças, Lula da Silva utilizou de seu prestígio como liderança, para os propósitos de expansão do capital monopolista com sede no Brasil por sobre países mais pobres da América Latina, influenciando no abandono de uma plataforma antissistêmica dos governos "progressistas".

Buscaremos neste artigo partir do geral ao específico. Primeiramente, compreender as relações estruturais entre a corrupção, a cooptação e o capitalismo, enquadrando analiticamente estas categorias como instrumentos de mediação da acumulação e da dominação política do capital. Em segundo lugar, delimitar o contexto de emergência dos governos "progressistas" e os fatores estruturais e políticos que propiciaram a(s) captura(s) de seu programa pelos interesses corporativos. Por fim, reconstituir a captura de novos mercados por parte dos monopólios com sede no Brasil. Com vultoso financiamento público, tais grupos consolidaram um padrão de acumulação que foi a base objetiva para a cooptação dos projetos de mudança.

Corrupção, cooptação e capitalismo: são necessários dois para se dançar um tango

O capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias e lucros. É ao mesmo tempo acumulação e dominação política. Para ser efetiva, a dominação necessita legitimar-se por meio da construção de consentimentos, evitando o uso da força em momentos desfavoráveis. Para garanti-la, corromper e cooptar constituem-se como importantes mediações do sistema, nas quais o Estado é agente preponderante. De acordo com Gramsci:

> *Entre o consenso e a força está a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o exercício da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisia do antagonista ou dos antagonistas causada pela absorção dos seus dirigentes, tanto em forma encoberta como aberta (...)* [2]

O poder, como se sabe, não é apenas uma resultante de opiniões. Para que passe do verbo à carne, precisa de agentes que se movam na defesa de um conjunto de interesses, sejam quais forem, mais ou menos nobres. A mal chamada *realpolitik* nada mais é do que a operação de interesses privados em nome de supostas necessidades impreteríveis.

Esta narrativa de interesses particulares convertidos em necessidade imperiosa para o bem de todos, é o que legitima o "comitê executivo dos negócios da burguesia", como qualificaram Marx e Engels o Estado Burguês. A corrupção, o roubo e a fraude acompanharam o desenvolvimento do capitalismo desde seus primórdios, com a chamada acumulação originária, entretanto, o desenvolvimento dos setores de classe, das organizações

2 GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel - Tomo V*. México: Ediciones Era, 1999, p.81 (tradução nossa).

operárias, seus sindicatos, seus partidos, exigiram novas mediações das classes dominantes para que mantivessem sua dominação sem recorrer à coerção em situações em que se torna mais difícil o "exercício da função hegemônica". Segundo González (2007):

> *As grandes lutas dos trabalhadores organizados conduziram a processos de negociação e conciliação arbitrada, ou concertada, que midiatizaram a "luta de classe contra classe" em amplos espaços sociais. A corrupção e a cooptação, junto com a negociação, acompanharam essas mudanças estruturais até tornar impossível analisar a luta concreta de classes sem sua inclusão*[3].

Tais mediações vão muito além do recrutamento de dirigentes das trincheiras opostas. Elas formam parte de um processo de reestruturação da luta de classes, de efeitos macroeconômicos maiores do que aparentam.

Pela condição dependente da economia latino-americana, a formação de novos capitais passa necessariamente pela "colaboração" público-privada. Uma parte da demanda é externa, efetivada em meio a trocas desiguais pela exportação de matérias-primas, mas uma parte importante é assumida pelo Estado. Com alto índice de endividamento público, ele se torna criador de mercados e indutor de investimentos. De acordo com Marini (1973), uma das características da nossa dependência é que vivemos sob condições de superexploração do trabalho, ou seja, de remuneração menor que seu custo de reprodução. Logo, vivemos uma permanente compressão do consumo dos assalariados e o típico problema da realização acompanha o desenvolvimento de nossas economias.

Então, para aquecer sazonalmente o consumo dos de baixo, além do crédito bancário com altas taxas de juros às custas do endividamento das famílias, as burguesias locais

3 CASANOVA, Pablo González. *Corrupción y capitalismo*. México: UNAM, 2007, p.7 (tradução nossa).

especializaram-se em "construir pirâmides e cavar buracos" financiadas pelo investimento estatal, conforme a receita de Keynes para aumentar o emprego e a renda. Esta situação, que em maior ou menor grau é comum ao conjunto dos países do continente, tem efeitos que reproduzem a condição dependente e dá ao Estado um papel central na propensão ao investimento dos capitalistas. Países com mais capital acumulado, como Chile, Argentina e Brasil, além de absorver uma parte da demanda interna, via Estado indutor, também absorvem a demanda de outros países com menos capital acumulado, exportando mercadorias de consumo básicas e serviços de infra-estrutura, extração mineral e obras públicas.

Com a integração de nosso continente à financeirização mundializada e a gerentização do mercado de capitais, uma maior concentração de capitais e renda também trouxe uma presença mais marcante do que Bukhárin qualificou como "psicologia do rentista". Com suas motivações individualistas, imediatistas e indiferentes à esfera produtiva, esta ética também favorece à prática da corrupção. A camada de gestores do capital financeiro, que absorve inclusive setores da burocracia sindical, projeta sobre as instituições que dirige (especialmente sobre o Estado) a feição utilitarista que marca o neoliberalismo como modelo.

O próprio neoliberalismo favorece relações promíscuas entre o público e o privado. O faz ideologicamente pela negativação do serviço público, mas também com as privatizações e Parcerias Público-Privadas, que garantem uma maior concentração do poder fático das empresas. Os governos que traíram as esperanças de mudança herdaram estas características do ciclo anterior e ainda que possam parecer vítimas de seus aliados, o fato é que a partir das posições que galgaram no aparelho de Estado, seus dirigentes passaram a formar parte orgânica da expansão dos negócios dos de cima, aplicando objetivamente um programa em comum que não obstante apresentasse algumas concessões, conservava os traços essenciais do modelo. Num ciclo econômico expansivo

estas direções receberam como prêmio à sua capitulação vultosos financiamentos de campanha eleitoral e acesso aos salões da elite, muitas vezes, passando a compô-la como parte de uma casta política.

A captura dos governos: da longa noite neoliberal ao ocaso da alternativa

O advento de governos provindos da contestação ao neoliberalismo na América Latina só pode ser plenamente entendido se nos reportarmos ao cenário de crise deste modelo que os precedeu, especialmente a partir da segunda metade dos anos 90 e início dos anos 2000.

O primeiro elo frágil da cadeia neoliberal rompeu-se na Venezuela com o *Caracazo* em 1989 que deu início ao longo processo revolucionário que explica o fenômeno chavista. Da Selva Lacandona no México em 1994, veio o grito de guerra contra o neoliberalismo, quando os zapatistas tomaram Chiapas. O "efeito tequila" da crise econômica mexicana no mesmo ano começava a demonstrar a falência dos pacotes do FMI e da dolarização forçada das economias, à custa uma intensa agenda de privatizações.

No Peru *a Marcha de los Cuatro Suyos* no ano 2000 derrubou o último ditador do Continente, Alberto Fujimori, responsável pela implementação à força do neoliberalismo no país. No mesmo ano, Bolívia e Equador passam por insurreições populares e indígenas em defesa dos recursos naturais e contra os pacotes que engendraram os processos de luta de mais longo prazo que explicam o surgimento de Evo Morales e Rafael Corrêa.

Os ventos da batalha de Seattle em 1999 impulsionaram o primeiro Fórum Social Mundial em 2001 e o *Argentinazo* nos últimos dias do ano demonstrou que o projeto do FMI para a América Latina já não poderia seguir. Numa tentativa desesperada de manter a hegemonia à força, a direita venezuelana tentou um golpe em 2002, mas o contragolpe popular que reconduziu Chávez à presidência na Venezuela chancelou a virada.

Este período que marcou o início dos anos 2000 foi de verdadeiros processos democrático-revolucionários da luta espontânea de massas. Foram estas rebeliões populares que produziram a possibilidade de governos pós-crise neoliberal que quanto mais empurrados pela luta de classes, mais profundos foram os processos que produziram.

Tal mudança também se expressou nas urnas em países que sofreram os efeitos da crise, mas não tiveram um ascenso das lutas correspondente aos períodos eleitorais. Refletiram jornadas anteriores, uma acumulação histórica da esquerda, mas não tiveram a pressão das lutas imediatamente sobre sua política. Sem esta combinação, a acumulação foi essencialmente no terreno eleitoral e este é sempre mais distorcido. Os tempos sociais e políticos nem sempre são correspondentes e, menos ainda, os tempos políticos e eleitorais em eleições controladas pelo poder econômico. Até que movimentos de contestação construam e encontrem suas representações políticas, muitas experiências, provas e decepções são necessárias. A passagem da negação à afirmação é um contraditório e, às vezes demorado, caminho de aprendizado. A depender da firmeza das direções e do controle de suas bases, pode desviar-se de seus objetivos iniciais sob o assédio do poder dos de cima.

Lula da Silva foi a principal expressão do ascenso das lutas operárias brasileiras dos anos 80, e se tornou um dos principais líderes da esquerda latino-americana, mas venceu as eleições em 2002, após três tentativas frustradas. O partido que construiu e seus dirigentes atravessaram a longa noite neoliberal dos anos 90, fizeram parte de governos locais, acumularam força parlamentar. Boa parte deles, os que passaram a dirigir o PT, tiraram conclusões de que seria necessário moderar o discurso e aliar-se com setores

empresariais para chegar ao governo. Antes mesmo de vencer as eleições Lula assinou a "Carta aos Brasileiros", que ficou conhecida posteriormente como "carta aos mercados". O documento trazia uma promessa de manter os pilares do modelo liberal-periférico.

O sinal de moderação após o sucesso eleitoral de Lula reverberou. Dois anos após, no Uruguai Tabaré Vasquez reivindicava o perfil "paz e amor" apresentado pelo PT brasileiro. Néstor Kirchner, apoiado por Lula que o anunciou como modelo "progressista", chega em 2003 à presidência na Argentina e Michelle Bachelet no Chile em 2005 com o mesmo perfil de "concertação". Daniel Ortega voltou a ser presidente da Nicarágua em 2006 falando em "reconciliação nacional" e, em 2008, Fernando Lugo chegou à presidência do Paraguai prometendo combate à corrupção, reforma agrária e a revisão do tratado da hidrelétrica de Itaipu, contraditoriamente, falando em "conciliação". Como parte do processo bolivariano, porém tardio, em 2011, é eleito Ollanta Humala no Peru com um programa nacionalista de controle sobre os recursos naturais, mas rapidamente é capturado pela onda moderada e os interesses extrativistas.

Além dos governos neoliberais e reacionários (como Álvaro Uribe na Colômbia, por exemplo), constituíram-se então dois tipos de governos, empurrados pela crise do neoliberalismo nos anos 90:

a) governos nacionalistas independentes (constituintes): capitaneados pela Venezuela, com Hugo Chávez, que inclui Bolívia com Evo Morales e Equador com Rafael Correa nos quais houve maior condensação entre as lutas de rua e os palácios, levando a modificações no regime político. Tiveram uma postura independente do imperialismo e se enfrentaram com ele, buscaram maior integração econômica e política entre os latino-americanos e chegaram a nacionalizar recursos estratégicos como o gás, o petróleo e as comunicações. Foram diretamente influenciados por amplos movimentos sociais, lutas intensas, golpes e contragolpes antes e durante seus mandatos. Por outro lado, além de se enfrentarem com as dificuldades em implantar a estratégia de integração latino-americana, não lograram construir as bases para relações não capitalistas ou transicionais no terreno da produção, tornando-se reféns de setores burgueses e burocráticos mais ou menos associados.

b) governos social-liberais: bloco capitaneado pelo Brasil, no qual, como dizia Perón a relação com o poder foi como o violino: "pego com a esquerda e tocado com a direita". Em tais países não houve rupturas com o modelo liberal-periférico, aprofundou-se as relações promíscuas entre as grandes empresas nacionais e transnacionais, não houve mudanças de regime e o sinal para os movimentos sociais foi de contenção apostando todas as fichas na conciliação de classes. Em alguns casos concederam ao movimento de massas sob a forma de políticas sociais focalizadas ou no terreno democrático (como a abertura dos arquivos da ditadura na Argentina ou a legalização do aborto e da maconha no Uruguai), mas essencialmente sem enfrentar os grandes interesses empresariais, seja dos banqueiros, da grande mineração, do agronegócio ou da construção civil.

Estabeleceu-se uma disputa, ainda que mediada por iniciativas comuns, entre estes dois modelos. Se por um lado os bolivarianos propalavam a necessidade de integração continental por meio de iniciativas como o Banco do Sul, a ALBA, a Petroaméricas, a TeleSur, entre outras que ficaram pelo caminho, por outro, os social-liberais propunham uma aliança comercial por meio do Mercosul e da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que condensaram-se na UNASUR.

O caso peruano é dramaticamente revelador desta disputa. A burguesia brasileira há anos atua em diversos ramos

da economia peruana. A Odebrecht, por exemplo, está no país desde 1979. Na mineração, onde se encontra maior densidade no Produto Interno Nacional, empresas como Votorantim Metais (que hoje controla mais de 60% da produção de zinco no Peru), Gerdau e Vale do Rio Doce entraram com tudo com o aval da diplomacia e do governo brasileiros. De acordo com Mathias Luce (2007), correspondências entre diplomatas brasileiros revelavam preocupação dos empresários brasileiros com a vitória de Ollanta Humala por seu programa nacionalista.

Frente a tal ameaça não tardou para que o PT e a própria Odebrecht agissem conjuntamente para cooptar Humala e garantir que o mesmo traísse o programa para o qual foi eleito. O envio de Luis Favre para "moderar" a campanha eleitoral e depois o fato de ter sido o principal assessor do então presidente já fala muito sobre as intenções políticas, mas a delação de Jorge Barata, principal representante dos negócios da empreiteira no Peru, indica que a pedido de Lula a Odebrecht teria repassado 3 milhões de dólares à ex-primeira dama Nadine Heredia em caixa dois para a campanha do marido, intermediados pelo ex-ministro Antonio Palocci do PT. De fato, o programa de Ollanta foi traído de cabo a rabo frustrando as esperanças de milhões de peruanos que acreditaram que Partido Nacionalista iria colocar os interesses do país a frente dos interesses privados.

A via social-liberal apresentava como projeto o estabelecimento de um mercado de exportação privilegiado com a China, deslocando o comércio internacional do eixo norte-sul para um eixo sul-sul, no qual incluíam-se os países "emergentes" dos chamados BRICS (além do Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul). De acordo com Svampa:

> *(...) para alguns, a relação com a China adquire um sentido político-estratégico, de cooperação Sul-Sul. No entanto, o intercâmbio com a China é claramente assimétrico: enquanto 84% das exportações dos países latino-americanos com a China são commodities, 63,4% das exportações chinesas à região são manufaturas. Esta assimetria foi se traduzindo num processo de reprimarização das economias latino-americanas, visível na reorientação para atividades primário-extrativas com escassa geração de valor agregado*[4].

Além da reprimarização da economia regional e o crescimento do extrativismo provenientes da necessidade de aumento das exportações para cobrir o déficit comercial, esta política econômica potencializou a concorrência entre os países da região como exportadores de *commodities* buscando uma relação privilegiada com a China. Ao contrário do propósito de integração, um novo mercado de trocas desiguais, pareceu marcar a emergência de novas relações de dependência. Tal indício se fortalece quando observamos que a decisão chinesa de diminuir o volume de importações afetou enormemente a balança comercial dos países aqui analisados. Em situações cada vez mais difíceis, a "lulização" dos governos pós-neoliberais se consolidou como tendência. Como alertava, em 2014, Pablo Stefanoni em um artigo no LeMonde Diplomatique:

> *O pós-neoliberalismo tende a uniformizar-se numa via menos antissistêmica, com mais ou menos profundidade de acordo com as reformas estruturais que cada governo tem efetuado: por exemplo, Equador e Uruguai avançaram em reformas impositivas ausentes na Argentina. Os acordos de Evo Morales com a burguesia de Santa Cruz podem incluir-se nesta tendência E em qualquer caso, esta deriva lulista reduz os experimentos econômicos "pós-capitalistas" a um espaço marginal*[5].

4 SVAMPA, Maristella. "Cuatro Claves para leer América Latina". *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 268, p. 50-64, março/abril, 2017 (tradução nossa).

5 STEFANONI, Pablo. "La lulização de la izquierda latinoamericana", 2014. Disponível em http://www.eldiplo.org/notas-web/la-lulizacion-de-la-izquierda-latinoamericana (Visualizado em 17/06/2017.

Os governos que prometiam um outro modelo e fizeram parte dos esquemas, foram usados pelas frações da classe dominante com as quais se aliaram enquanto foram úteis à contenção das lutas sociais e à criação de consentimentos dos de baixo, promovendo uma distensão da luta de classes em favor do crescimento dos capitais monopolistas. Os capitais se internacionalizaram e deram um salto qualitativo, mas o modelo liberal-dependente, que eles optaram por não romper, não tardaria em reapresentar sua crise.

A captura dos mercados: padrão de acumulação e corrupção *for export*

A expansão internacional dos capitais brasileiros foi uma política de governo, incrementada por vultosos financiamentos públicos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante o governo Lula, o BNDES aprofundou um padrão de acumulação do capitalismo brasileiro iniciado com as privatizações, baseado essencialmente na formação e fortalecimento de conglomerados privados fomentados com recursos públicos. Os contatos públicos tornaram-se catalisadores para novos negócios de empresas multinacionais brasileiras (GARCIA, 2011).

Encabeçam a lista desta expansão a JBS-Friboi (Agronegócio), a Odebrecht (Construção), Coteminas (Têxtil), a Gerdau (Siderurgia) e outras. A política de internacionalização dos capitais brasileiros ganhou um novo impulso em 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula, com a chamada política das campeãs nacionais, que tinha como premissa conceder empréstimos quase a fundo perdido às empresas brasileiras com maior volume de exportação. Além do financiamento, boa parte dos riscos também foram atribuídos ao Estado. De acordo com Garcia (2011):

> *O financiamento às obras infraestrutura por empresas brasileiras na América do Sul exigiu uma extensão do apoio à exportação para incluir o setor de serviços, e uma flexibilização das operações do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), de modo que os contratos fechados com países vizinhos passassem a garantir que os bancos centrais desses também cobrissem os riscos das exportações de bens e serviços para realização das obras*[6].

Das empresas que são parte do esquema desvelado pela Lava-Jato, as cinco principais empreiteiras brasileiras concentraram 99,4% do valor contratado pelo BNDES no período de 2007-2015 para serviços externos na área de engenharia. O grupo Odebrecht foi o mais beneficiado, com US$ 8,4 bilhões ou 70% do total. Além das obras públicas e da indústria petroquímica, o grupo a partir de 2007 também passou a investir no setor armamentista por meio da Odebrecht Defesa e Tecnologia, que realizou um contrato de 21 bilhões de reais com o Ministério da Defesa, sem licitação, para a construção do submarino nuclear brasileiro até 2023.

A JBS, responsável pela delação que envolveu Temer, abriu seu capital em 2007, permitindo que o BNDESPar - braço do banco estatal que comprava participações em empresas em vias de internacionalização - comprasse 21% da empresa. Em seguida, o Banco concedeu um empréstimo de US$ 80 milhões para a compra de 85% da principal empresa de carne bovina na Argentina, a americana *Swift Armour* e outro empréstimo para a compra da *Swift&Co.* e *Pilgrim's Pride Corp* nos EUA, o que tornou a JBS-Friboi uma das maiores empresas de alimentos do mundo, perdendo apenas para a Nestlé.

6 GARCÍA, Ana Saggioro "Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula", In: 3. ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, "Governança Global e Novos Atores", de 20 a 22 de Julho de 2011, São Paulo.

Estes são apenas dois exemplos significativos de como a política pode influir na economia. Difícil pensar que haja casualidade no fato de que a JBS e a Odebrecht estejam entre as empresas que mais doaram recursos para a campanha de Dilma em 2014. A decisão política de internacionalizar empresas brasileiras expressa no Estatuto Social do BNDES desde 2002 (final do governo FHC), com o Decreto 6.322 de 2007, teve a redação alterada para "financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, *desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País*". Esta vírgula, aparentemente positiva, foi apenas um verniz para as "tenebrosas transações" das empresas com as castas políticas.

Os dados divulgados pelos *Panama Papers* transformaram velozmente a ecologia da luta anticorrupção no mundo e na América Latina. Revelações dos fiscais suíços Stefan Lenz y Luc Leimgruber, por exemplo, foram decisivas para completar o quadro do esquema de lavagem de dinheiro que foi usado pela Odebrecht para o pagamento de propinas aos altos funcionários da Petrobras. A lavagem de dinheiro por meio das empresas *off shore* que foram usadas como forma de despistar as investigações, mundializaram os esquemas de corrupção, assim como os dados dos *Panama Papers* permitiram seguir estes rastros e acabaram também por internacionalizar as investigações. A Operação Lava Jato descobriu, com dados bancários e comprovantes de transferências, cerca de 200 transações da Odebrecht a empresas *off shores* en Zurique, Antiígua, Principado de Mônaco, Áustria, Nova York, República Dominicana, Andorra, Panamá, Genebra e Ilhas Virgens.

A investigações revelam que a lavagem de dinheiro é parte fundamental da mediação dos negócios destas grandes empresas não somente naquele país. De acordo com o Salazar (2016) do Convoca:

> *Lava Jato é fundamentalmente cosmopolita e especialmente latino-americana. As grandes corporações brasileiras imputadas no escândalo realizaram grande parte de seus negócios fora do Brasil, sobretudo na América Latina; e perpretaram, segundo inequívocos indicadores, similares atos de corrupção aos cometidos no Brasil. Assim mesmo, o massivo processo de lavagem de dinheiro para ocultar o pagamento de subornos e a identidade dos corrompidos foi realizado através do mundo inteiro*[7].

Novamente o caso do Peru é exemplar. A falácia da integração regional para legitimar as conexões público-privadas é evidente. As denúncias, provenientes da delação do ex-presidente da empreiteira Camargo Corrêa, indicam que de 2005 a 2008, a empresa haveria feito pagamento de subornos a altos funcionários peruanos quando da construção da Rodovia Interoceânica. O projeto da Interoceânica estava entre os carros-chefe da política do governo brasileiro para os países vizinhos, sob suposta agenda de "integração regional".

A promessa de integração, porém, não aconteceu. Nem mesmo a exportação dos produtos peruanos aumentou significativamente para o Brasil pela Interoceânica. Segundo jornal Peru21, dos US$ 1,2 bilhões gerados pelas exportações do Peru ao Brasil em 2016, apenas US$ 21 milhões foram pela Interoceânica, ou seja, menos de 2%. O montante inclusive é menor que os US$ 28 milhões exportados em 2010 quando foi concluída a obra. Na verdade, o setor exportador brasileiro estava de olho na possibilidade de baratear o comércio de suas mercadorias com a Ásia, especialmente com a China, sem ter que passar pelo Canal do Panamá, algo que também não aconteceu como esperavam. Mas afinal, quem efetivamente se beneficiou do projeto?

7 SALAZAR, Milagros. "Cuotas y pagos millonarios de la Interoceánica", 2016. Disponível em http://convoca.pe/investigaciones/cuotas-y-pagos-millonarios-de-la-interoceanica (Visualizado em 17/06/2017).

No sistema de estradas interoceânicas, conhecidos como projetos IIRSA Norte e IIRSA Sul, as empreiteiras brasileiras campeãs dos financiamentos do BNDES e rés da Operação Lava Jato "venceram" as licitações. A Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa e a Queiroz Galvão obtiveram a concessão do trecho 4 e somente neste trecho houve um adicional de 237% no custo da obra, saltando de US$198 milhões a US$ 667 milhões por meio de adendos contratuais. A Odebrecht, da mesma forma, obteve concessões em consórcio com a peruana Graña y Montero – também investigada na Lava Jato peruana – para os trechos 2 e 3 nos quais o salto orçamentário foi de 105%, de US$ 294 milhões para US$ 602 milhões. Graña y Montero foi sócia da Odebrecht na construção de la linha 1 do Metro de Lima e do projeto de irrigação de Chavimochic. No caso do Metro, a empresa brasileira admitiu ter pago sete milhões de dólares para ganhar a licitação em 2009. Graña y Montero tinha ainda 20% de participação consórcio milionário liderado pela Odebrecht para construir um gasoduto, que foi cancelado pelo governo.

De acordo com Durand[8], o grupo Graña y Montero, normalmente atua com a Odebrecht, opera em cinco países, possui 10 empresas no exterior e 25 no Peru. É a principal empresa construtora de obras públicas do país e, devido a relações de parentesco, seu chefe José Graña Miró Quesada é acionista do grupo *El Comercio* que controla 75% do mercado de imprensa escrita além dos dois principais canais de televisão do país (Canal 4 e Canal N). Graña y Montero figura entre os 5 principais conglomerados capitalistas (limenhos) que o autor qualifica como os mais fortes grupos de poder econômicos.

O Peru é um dos que mais avançou nas investigações, depois do Brasil. Mas vários outros países também formaram parte dos esquemas. No México, durante o governo de Felipe Calderón as investigações detectaram irregularidades na relação

8 DURAND, José Francisco. *Cuando el poder extractivo captura el Estado* (1a Edición). Lima: Oxfam, 2016.

da Odebrecht com a Petróleos Mexicanos (PEMEX), como superfaturamentos, descumprimento de contratos e pagamentos ilegais a funcionários mexicanos. Em que pese que tais irregularidades foram descobertas em 2010, nos anos seguintes a PEMEX ainda firmou quatro contratos de mais de 574 bilhões de dólares com a Braskem (braço petroquímico do grupo Odebrecht) cedendo à brasileira a possibilidade de construção da Etileno XXI, planta petroquímica que a Odebrecht opera em Veracruz, graças a um contrato de 20 anos firmado na presença dos então presidentes Calderón e Lula. O Ministério Público da Colômbia também investiga indícios de que parte da propina que a Odebrecht pagou a um ex-senador colombiano "teria sido" destinada à campanha de reeleição do presidente Juan Manuel Santos em 2014. O BNDES foi obrigado a suspender o financiamento de 3,6 bilhões de dólares para 16 obras na América Latina, após investigação. Iriam realizar-se na Argentina, Venezuela, Cuba, Guatemala, Honduras e República Dominicana. Neste último país, a justiça pediu a prisão preventiva a 14 acusados. As obras em questão estavam sob responsabilidade das cinco empreiteiras investigadas na Lava Jato: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS.

O dinheiro obtido pelas fraudes era lavado e distribuído por meio de empresas *off shore* em paraísos fiscais e percorria um caminho tortuoso e globalizado para despistar as investigações. Seu périplo se completava na forma de propinas ou favorecimentos, definindo licitações de grandes obras, direcionando prioridades políticas e financiando políticos aliados. Fica evidente, que estas operações foram imprescindíveis como mediação da acumulação e expansão de capitais, assim como da dominação política que lhes corresponde. Os governos que se ajoelharam aos interesses desses capitais, foram fundamentais para a construção de consentimentos funcionais à sua hegemonia, desmobilizaram os movimentos

sociais, distensionaram a luta de classes. Mas assim que as lutas sociais transbordaram a conciliação e a crise econômica mundial açoitou o continente, seu papel de gestores da crise se esvaziou, restando aplicar o mesmo ajuste que prometeram não fazer e, paulatinamente, foram perdendo apoio de sua própria base eleitoral e social.

A justiça burguesa, com seus mecanismos quase sempre muito injustos, há de julgar o que houve de ilegal nas operações acima descritas, mas a justiça de classe, a justiça dos que lutam diariamente contra a exploração do trabalho, não poderá absolver os que venderam aos interesses corporativos a esperança de mudança de milhões de latino-americanos. Para recuperar as esperanças vendidas, se faz urgente desconstruir a ideia de que a corrupção é um fenômeno inevitável.

O que analisamos aqui não foi um acidente. Pelo contrário, foi um projeto de desenvolvimento e de poder alicerçado em uma premissa de conciliação entre interesses irreconciliáveis. O fim deste ciclo, mais uma vez na história, marca a falência de estratégias de mudança apoiadas na conciliação entre trabalhadores e suas burguesias "nativas". Demonstra, afinal, que tais práticas conservam a dominação política do capital e, mais que avanços, produzem profundas derrotas à esquerda em particular e aos povos em geral. Novos processos de luta se apresentam e um novo ciclo se abre, mas a esquerda "que não teme dizer seu nome", como diz o filósofo Vladimir Safatle[9], para um combate efetivo à corrupção e à cooptação deve pensar sua estratégia começando por esta lição.

Medidas para um programa anticorrupção pela esquerda

Para além de um posicionamento político claro que aponte no sentido de romper com o modelo liberal-periférico assentado no tripé do câmbio flutuante, superávit primário e política de juros altos e o necessário o combate à lógica rentista que drena as riquezas para os bancos, também se fazem necessárias medidas que ataquem frontalmente a captura dos interesses públicos pelos negócios corporativos, que caracterizam o Estado Burguês e sua falsa democracia. Pelo demonstrado aqui, o combate à corrupção é também o combate a um mecanismo de apropriação privada do público e mediação da acumulação e dominação capitalistas, por isso pode e deve conectar-se a uma luta anticapitalista.

A esquerda precisa dar respostas ao problema da corrupção sob pena de esta bandeira ser inapropriadamente empunhada por uma nova direita nacional populista, como a que se instalou no governo dos EUA com Donald Trump. Com base em distintas experiências políticas e programas construídos pelos movimentos sociais e políticos do nosso continente, propomos medidas transicionais a serem assumidas pelos que, de fato, têm interesse em combater tais práticas de apropriação privada do que é público:

- Assembleias Constituintes apoiadas na mobilização e participação populares (incluindo candidaturas sem partido), com vistas à construção de um regime político em que a maioria do povo controle a política e a economia, uma democracia real;

- Quebra do sigilo telefônico e bancário dos políticos eleitos, Ministros e dirigentes de estatais;

- Proibição de agentes públicos (políticos com representação parlamentar, governantes, dirigentes partidários e de empresas estatais) de utilização de empresas *off shore;*

- Fim do financiamento privado das campanhas eleitorais e condições de igualdade entre os partidos;

9 SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

• Proibição de participação em cargos governamentais (não eletivos) de pessoas que ocuparam postos de direção em instituições financeiras, organismos multilaterais e empresas transnacionais;

• Imprescritibilidade dos crimes de corrupção, confisco dos bens dos proprietários e expropriação de empresas comprovadamente envolvidas em esquemas de corrupção sob controle dos trabalhadores;

• Morte civil (impossibilidade de candidatar-se a cargos eletivos e fazer parte de equipes governamentais) aos envolvidos em crimes de corrupção;

• Fim da imunidade parlamentar e foro privilegiado aos indiciados por crimes de corrupção;

• Conselhos cidadãos de fiscalização sobre as obras públicas e promoção de mutirões para a realização das mesmas com financiamento exclusivo do Estado;

• Auditoria Cidadã da Dívida Pública dos países e dos contratos de obras públicas realizados em parcerias público-privadas ou em regime de concessão;

• Fim das linhas de crédito com financiamento público destinadas à internacionalização das grandes empresas.

O poder das corporações e a corrupção no capitalismo globalizado

Luciana Genro[1]

Em "Os donos do poder" Raymundo Faoro demonstra como, desde o que se chamou "descobrimento" do Brasil, as elites sempre encontraram caminhos para manter as estruturas de poder intactas e fora do alcance do povo. Quem são, afinal, os verdadeiros donos do poder? O revezamento dos partidos no governo significa, de fato, uma mudança no controle do poder? Qual o papel da corrupção dentro do sistema?

O nexo indissolúvel entre o Estado e o capital

O poder econômico está acoplado ao Estado, fazendo dele um instrumento de garantia dos seus interesses. Isto é, o poder do capital está solidamente alicerçado no Estado, que enquanto aparelho de força garante, por meio da propriedade privada e das relações jurídicas, a existência do mercado que, por sua vez, assegura o processo de valorização do capital. Por isso, o Estado não é capitalista apenas porque está submetido à influência direta do capital, mas por razões estruturais, por ser parte integrante e direta das relações de produção capitalistas[2].

David Harvey pontua, inclusive, a existência de estruturas de governança que constituem um nexo indissolúvel entre Estado e finanças.

> *No coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o que chamo de 'nexo Estado-finanças'. Isso descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separáveis*

1 Advogada e dirigente do PSOL.

2 HIRSCH, Joaquim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 32-34.

um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído no passado ou agora uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre a confecção da moeda real no passado e os bancos centrais e ministérios do Tesouro hoje) nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital[3].

Desde o surgimento do modo de produção capitalista, as crises recorrentes são a marca do seu desenvolvimento, e o Estado é o instrumento de contenção das contradições inerentes ao sistema. Para cumprir esse papel o Estado precisa apresentar-se como o protetor do bem comum, formalmente acima das classes sociais. Por isso, na definição de Engels, ele é um poder que aparentemente está acima da sociedade para abafar os seus conflitos e manter a ordem. Engels observa, entretanto, que o Estado "(...) é formado não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero (...)". E, em uma república democrática, este poder é exercido, mesmo que indiretamente, pela "riqueza", ou seja, pelo poder econômico[4].

Louis Althusser aponta que a tradição clássica do marxismo ressalta, na definição do Estado, sua função fundamental como "uma espécie de 'máquina' de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX, a burguesia e os grandes proprietários rurais) garantir sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, à exploração capitalista)"[5]. Em "O Manifesto Comunista", Marx e Engels definem que "o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo"[6].

3 HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, p.47.

4 ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 192.

5 ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 97.

6 COUTINHO, Carlos Nelson; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *O manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 10.

Esta "teoria descritiva", segundo Althusser, possibilita conceber o Estado como "aparelho repressor" e identificar seu caráter de classe. Mas Althusser avança além desta descrição, pois o Estado não é um puro instrumento de dominação e de repressão movido pela vontade consciente da classe dominante. É preciso compreender seus mecanismos de funcionamento, pois sua existência só tem sentido em função do poder de Estado e da luta de determinada classe social, grupo ou aliança de classes para que ele seja utilizado em função dos interesses da classe dominante. Este aparelho compõe-se do aparato repressor e também de "aparelhos ideológicos" como escola, família, igrejas, sindicatos e meios de comunicação. Estes não utilizam violência física, pelo menos de forma visível, mas atuam por meio da ideologia[7].

Portanto, o Estado opera de forma "concertada" e age "de maneira maciça e predominante, por meio da repressão (no limite diretamente), embora funcione secundariamente por meio da ideologia"[8], ou seja, mediante a combinação de repressão e ideologização entre todos os aparelhos, sejam eles diretamente repressores ou ideológicos. Além de um aparelho repressivo, o Estado também é uma instância ideológica com dinâmica própria que integra e conforma relações hegemônicas.

A propaganda feita pela Rede Globo em defesa da reforma da previdência e a repressão sofrida pelos manifestantes em Brasília em 24 de maio são exemplos cristalinos desta combinação entre ideologia e repressão. Quando a ideologia não funciona, a repressão – inclusive através do Exército – está sempre à disposição das classes dominantes.

O Estado neoliberal, ao contrário do que podem pensar os neoliberais de facebook, é um "Estado estrategista", que participa ativamente das decisões sobre investimentos

7 ALTHUSSER, *Op. cit.*, p. 108- 111.

8 ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 112.

e normas, sempre voltadas para os interesses do capital financeiro. Este Estado não é, portanto, um "instrumento que se possa utilizar indiferentemente para finalidades contrárias". Ao contrário, ele faz parte de "todo um quadro normativo que deve ser desmantelado e substituído por outra 'razão do mundo"[9].

> *Ao contrário de certa percepção imediata, e de certa forma simples, de que os mercados conquistaram a partir de fora os Estados e ditam a política que estes devem seguir, foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa*[10].

Neste regime de acumulação o capital financeiro adquire centralidade, gera um capitalismo patrimonialista e fortalece as instituições que acumulam pela via das finanças. É o caso dos fundos de pensão, que se tornam proprietários dos grandes grupos empresariais e impõem ao capital produtivo a lógica da maximização do valor acionário[11]. Por isso, toda a geração de renda e riqueza subordina-se aos imperativos da valorização financeira, adapta processos ao aproveitamento dos ganhos pela acumulação financeira e exige da produção ganhos elevados, com ainda mais exploração do trabalho[12].

O modo de regulação correspondente a este modelo caracteriza-se pelo mercado como regulador da rentabilidade, com intervenção do Estado presidida pelos interesses da esfera financeira. O trabalho é flexibilizado e precarizado, com redução

9 *Idem Ibidem,* p. 31.

10 *Idem Ibidem*, p. 19.

11 CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.) *Finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

12 PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estud. av.,* São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003. Acesso em: 27 jun. 2015.

permanente no nível de emprego e predominância do regime previdenciário de capitalização[13].

Não é, portanto, uma casualidade estarmos diante de índices recordes de desemprego e que o grande pleito da burguesia seja a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. O governo Temer tem como única e exclusiva função garantir o funcionamento do modelo conforme suas necessidades.

Já no Estado bonapartista, analisado por Marx em "O 18 Brumário", há um equilíbrio das classes em luta. Isso possibilita ao poder de Estado tornar-se um mediador com certa autonomia, sem deixar, entretanto, de servir aos interesses da classe capitalista, pois não há alteração nas relações de produção[14].

Nicos Poulantzas destaca que

> *O bonapartismo é, paralelamente,* ***sistematicamente pensado*** *por Marx e Engels, não simplesmente como uma forma concreta de Estado capitalista,* ***mas como um traço teórico constitutivo do próprio tipo capitalista de Estado****. É o que foi expresso por Engels, em uma carta a Marx, de 13-4-1866: '****o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna.*** *Vejo cada vez mais que a burguesia não foi feita para reinar diretamente; por consequência..., uma semi-ditadura bonapartista tornar-se a forma normal; ela toma nas suas mãos... os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação'*[15]. (grifos no original)

Isto significa que o fato de um partido como o PT, com origens operárias, estar no governo não garante, por si só, o deslocamento do poder do capital, como vimos ao longo dos anos Lula/Dilma,

13 PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003. Acesso em: 27 jun. 2015, p. 25-39.

14 CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas, SP: Papirus, 1988. p. 78.

15 *Idem Ibidem,* p. 254.

durante os quais, embora com maiores contradições, o modelo seguiu vigente.

Como definiu Lênin:

> *A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado deste invólucro, que é o melhor, alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que nenhuma substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder*[16].

Corrupção e capitalismo: um casamento de conveniência

A corrupção é uma marca das sociedades regidas pela lógica da mercadoria e nas quais a escassez e/ou a distribuição da renda é desigual e injusta. No capitalismo a corrupção é uma característica recorrente, mas os ideólogos do livre mercado insistem em defender a ideia de que menos Estado e mais capitalismo poderia reduzir a corrupção. Medidas que aprofundem ainda mais a subordinação do interesse público às grandes empresas e monopólios seriam, em tese, a solução para a corrupção, sempre identificada com o Estado e com os políticos, e nunca com as empresas e grandes corporações. Supostamente a redução do tamanho do Estado, isto é, a privatização, seria o caminho para reduzir a corrupção. O atual escândalo envolvendo a Petrobrás tem servido ao propósito de entregar totalmente a empresa ao capital privado. Veremos adiante como esta identificação da corrupção com o Estado é uma manobra, pois as grandes empresas são protagonistas fundamentais da corrupção. Como afirma Bernardo Corrêa, em artigo nesta mesma revista:

16 LENINE V.I. *O Estado e a Revolução*. Obras escolhidas 3 Edições Avante! Lisboa 1985, p. 198.

> *O próprio neoliberalismo favorece relações promíscuas entre o público e o privado. O faz ideologicamente pela negativação do serviço público, mas também com as privatizações e Parcerias Público-Privadas, que garantem uma maior concentração do poder fático das empresas. Os governos que traíram as esperanças de mudança herdaram estas características do ciclo anterior e ainda que possam parecer vítimas de seus aliados, o fato é que a partir das posições que galgaram no aparelho de Estado, seus dirigentes passaram a formar parte orgânica da expansão dos negócios dos de cima, aplicando objetivamente um programa em comum que não obstante apresentasse algumas concessões, conservava os traços essenciais do modelo. Num ciclo econômico expansivo estas direções receberam como prêmio à sua capitulação vultosos financiamentos de campanha eleitoral e acesso aos salões da elite, muitas vezes, passando a compô-la como parte de uma casta política*[17].

Ruy Penna, em artigo publicado no site da organização Esquerda Marxista lembra ainda as modalidades de corrupção que envolvem atividades lícitas como o lobby, são uma marca definidora do capitalismo, mesmo aquele com "sólidas instituições democráticas":

> *Os lobistas, por exemplo, que circulam livremente pelos corredores do Congresso americano, oferecendo dinheiro em troca da aprovação de projetos de lei que favorecem os lucros das empresas que representam. Ou a manipulação das taxas interbancárias na "City" financeira de Londres, que gera ganhos escusos de centenas de milhões de libras. Ou o mercado negro de "informação privilegiada" dos bancos centrais e outros órgãos públicos, que é uma fonte de fabulosos lucros com a compra e venda de ações ou de moedas estrangeiras, e em outras espécies de negócios, etc., etc.*[18]

17 CORRÊA, B. "Esperanças Vendidas: Corrupção, cooptação e capitalismo na América Latina", publicado nesta seção de *Movimento*, n. 5.

18 Disponível em http://www.marxismo.org.br/content/corrupcao-capitalismo-e-democracia-burguesa.

A lista de modalidades de corrupção nos países avançados é longa, mas é principalmente mais sofisticada, e algumas dessas modalidades são inclusive legalmente "disciplinadas", supostamente para evitar abusos. A corrupção, em todos os países capitalistas, não é apenas uma questão de "oportunidades" que geram um número maior ou menor de episódios de suborno de funcionários públicos, oportunidades que poderiam ser reduzidas aumentando a fiscalização e a punição dos infratores, ainda que isso possa ter um efeito real até certo ponto, mas sim uma questão ligada à própria estrutura econômica e política da sociedade burguesa .

O Brasil nos fornece um exemplo muito concreto sobre as relações entre o poder das grandes corporações, a corrupção e o capitalismo. O acordo de delação premiada que expôs a participação de Michel Temer em esquemas milionários de corrupção possibilitou que o delator e corrupto confesso Joesley Batista, dono da JBS, não recebesse pena alguma, exceto uma multa de R$ 225 milhões, dividida com o irmão Wesley e executivos do grupo.

A conta deve ser paga com folga pelos ganhos que Joesley obteve quando vendeu ações da própria empresa e especulou no mercado de câmbio antes do vazamento da conversa comprometedora com o presidente da República. Livre e com a conta bancária recheada, a família Batista vive agora tranquilamente nos Estados Unidos.

A empresa dos irmãos Batista, a holding J&F, fechou acordo de leniência com o MPF e vai continuar no mercado pagando R$ 10,3 bilhões em 25 anos, o que equivale a 5,6% do faturamento livre de impostos registrado pelo Grupo em 2016, segundo nota divulgada pelo MPF do Distrito Federal, na qual eles ainda mencionam os valores que serão pagos pela Odebrecht (R$ 3,2 bi), Braskem (R$ 3,1 bi), Andrade Gutierrez (R$ 1 bi) e Camargo Corrêa (R$ 700 milhões) para continuarem operando livremente no mercado e participando de licitações públicas.

Muitos políticos estão sendo presos e até Michel Temer pode ir para a cadeia se perder o mandato, pois o sistema está entregando os anéis, mesmo os mais valiosos, para manter os dedos. Mas políticos e anéis podem ser substituídos e por isso é preciso romper o sistema que permite aos capitalistas continuar saqueando o país.

Não é de hoje que esses capitalistas ganham e comandam o país por meio de fantoches políticos. Independentemente das mudanças de governo e até de regime, as grandes empresas sempre levaram vantagem.

Protagonistas dos recentes escândalos de corrupção, as empreiteiras, por exemplo, começaram a se nacionalizar e ganharam força política e econômica durante a ditadura militar. Elas, que eram regionais, a partir de Juscelino chegam a Brasília e começam a organizar-se politicamente, ajudando a planejar a tomada do poder pelos militares e a pautar as políticas públicas do Brasil, conforme afirma o historiador Pedro Campos[19]. Ele afirma ainda que "todos os indícios são de que a corrupção não aumentou. O que a gente tem hoje é uma série de mecanismos de fiscalização que expõe mais, bem maior do que havia antes. Na ditadura não tinha muitos mecanismos fiscalizadores, e que o que havia era limitado"[20]. A tese transformou-se no do livro *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, no qual Pedro Campos desnuda as relações da Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht com o poder desde a ditadura. Uma entrevista com o autor resume a continuidade delitiva que presenciamos hoje[21]:

19 Campos, Pedro Henrique Pedreira. "A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985." Niterói, PPGH/UFF (Tese de doutorado) (2012).

20 https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/21/casamento-de-empreiteiras-com-poder-comecou-com-jk-e-teve-lua-de-mel-na-ditadura.htm

21 http://apublica.org/2017/04/entrevista-traz-analise-e-historias-de-corrupcao-na-ditadura-militar/

Mariana Amaral – Pedro, o que você pode dizer para a gente sobre os governos militares e as empreiteiras?

Pedro Campos – (...) A minha pesquisa é muito voltada para tentar entender como esses empresários atuam, como eles se organizam e em que medida eles agem no aparelho do Estado.

E fui verificar que esses organismos nos quais eles atuam funcionavam com algumas finalidades. Primeiro o cartel, com divisão de obras, acerto de concorrências e previsão da divisão do lucro em cada empreendimento. Muitas vezes eles acertavam previamente situações como: "Eu faço a obra, mas vou contratar vocês para fazer parte da obra". Subcontratação.

Marina Amaral – Já existia esse modelo antes da ditadura?

Pedro Campos – Sim, inclusive com financiamento eleitoral e inserção junto ao PSD, que era o partido que tinha maior entrada das empreiteiras no período.

Elas agem no sentido de direcionar o orçamento para as suas finalidades e de pautar as políticas públicas conforme seu interesse, criando prioridade e necessidade na agenda pública. O primeiro presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada é um sujeito bastante desconhecido hoje, chamado Aroldo Poulain, que foi presidente da empreiteira Metropolitana e presidente do Inpes [Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais], que é o organismo que criticava e tentava desestabilizar o governo João Goulart.

Então, o golpe de 64 tem uma composição empresarial muito significativa, um golpe que a gente diria que é civil-militar ou empresarial-militar. E o regime inaugurado em 64 é um regime com intensa participação desses empresários do chamado capital internacional e associados, mas também com empresários domésticos com associação direta ou não com interesses estrangeiros.

Marina Amaral – Como se dava essa corrupção? Porque a gente vê, por exemplo, a corrupção atual, que a Lava Jato investiga, que está ligada, principalmente, a doações eleitorais.

Pedro Campos – Existem várias evidências de que o pagamento de propina era muito comum, porém as formas de práticas ilegais e irregulares naquele período tinham lá suas particularidades. Hoje, para uma empresa chegar até uma estatal, ela vai usar intermediários como Parlamento, partidos, mandatos, financiamento eleitoral, emendas parlamentares.

Já no governo FHC vivemos o processo que ficou conhecido como a "A privataria tucana"[22], um grande esquema para beneficiar grandes empresas. A "quadrilha" movimentou cerca de 2,5 bilhões de dólares, há propinas comprovadas de 20 milhões de dólares, tudo fartamente demonstrado no livro de Amaury Ribeiro Júnior. Também no governo FHC, a Vale do Rio Doce, grandes bancos e companhias telefônicas ganharam muito dinheiro, como demonstrou Aloysio Biondi[23]:

A Vale do Rio Doce foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa, segundo noticiário da época. Ou, mais inacreditável ainda, simplesmente espantoso: a Telesp tinha nada menos que 1 bilhão (com letra b, mesmo) em caixa ao ser entregue à espanhola Telefônica, segundo entrevista do diretor da empresa "compradora" à Gazeta Mercantil, em janeiro de 1999, logo após a queda do real. Lembrete: a Telefônica pagou uma entrada de 2,2 bilhões de reais pela Telesp. Descontando-se o dinheiro em caixa, seu desembolso na verdade foi de apenas 1,2 bilhão[24].

22 Ribeiro Jr, Amaury. *A privataria tucana*. Geração Editorial, 2013.

23 BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do estado*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

24 *Ibid*. p. 16.

Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma "entrada" de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da "entrada" para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o "comprador" pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores[25].

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em "moedas podres" – vendidas aos "compradores" pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos[26].

Depois, nos governos do PT, as empreiteiras, como a Odebrecht, seguiram embolsando bilhões, enquanto outras empresas foram escolhidas para ser "campeãs nacionais" à custa de empréstimos subsidiados de bancos públicos e aportes do BNDESPar, braço de participações do BNDES. Foi o caso da JBS e do grupo EBX, do empresário Eike Batista, que chegou a ser preso por lavagem de dinheiro e pagamento de propina ao ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), também preso.

De tudo isso, o que permanece é o domínio das grades corporações sobre a política. São os corruptores, que irrigam as contas de todos os partidos dominantes, responsáveis pela perpetuação dos regimes e dos governos a serviço do capital.

A relação do ex-presidente Lula com a Odebrecht é reveladora dessa relação promíscua. Conforme depoimentos de ex-executivos do grupo, em troca de generosas contribuições financeiras desde a campanha de 2002, o governo Lula garantiu a privatização da petroquímica brasileira e consolidou praticamente todo o setor nas mãos da Braskem, empresa controlada pela Odebrecht.

25 *Ibid.* p. 7.
26 *Ibid.* p. 8.

Até a Petrobras tornou-se sócia minoritária da Braskem para deixar de ser concorrente e facilitar o fornecimento de matérias-primas à empresa do grupo Odebrecht. Graças à ajuda de Lula, a Braskem também comprou, ao longo dos últimos anos, concorrentes privadas como Ipiranga Petroquímica, Copesul e Quattor.

A ajuda foi valiosa. Em 2002, antes da posse de Lula, a Braskem havia faturado R$ 8,9 bilhões brutos. No fim de 2015, conforme o mais recente balanço anual auditado da companhia, o faturamento chegou a R$ 54,1 bilhões. Um crescimento de 508%, contra uma inflação de 120% no mesmo período.

Em 2002, a Braskem teve ainda prejuízo de R$ 794 milhões. Em 2015, festejou um lucro de R$ 2,9 bilhões. Os pagamentos a políticos durante todos esses anos tiveram um retorno e tanto para a empresa, que também recebeu muito dinheiro do BNDES. Em 2002, os financiamentos concedidos pelo banco federal à Braskem somavam R$ 304 milhões. Em 2015, o valor era de R$ 3,4 bilhões, um crescimento de mais de 1.000%.

Protagonista da mais recente rodada de delações premiadas, desta vez contra Temer, a JBS multiplicou por 44 o faturamento de 2004 a 2016. Nesse período, a receita bruta da empresa dos irmãos Batista passou de R$ 4 bilhões para R$ 176,9 bilhões.

A receita líquida chegou a R$ 170,4 bilhões no ano passado, e cerca de 75% desse valor foi gerado pelas operações no exterior. Só as unidades nos Estados Unidos produziram quase 70% do total, o que explica o plano da *JBS Foods International* – responsável pelos negócios internacionais do grupo – de abrir o capital na Bolsa de Nova York.

A abertura de capital, no entanto, depende de um acordo entre a empresa e o Departamento de Justiça americano. As negociações nos EUA correm em paralelo à delação premiada dos irmãos Batista no Brasil, que incluiu a multa de R$ 225 milhões, e à tentativa da holding J&F, que controla a JBS, de fechar um acordo de leniência com as autoridades para não ser declarada

inidônea e não ser impedida de tomar empréstimos de bancos públicos como o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

O Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria Geral da República (PGR) exigem quase R$ 11 bilhões como ressarcimento aos prejuízos provocados aos cofres públicos por anos e anos de corrupção.

Mas o montante corresponde a apenas 6% do faturamento de R$ 183,5 bilhões antes do pagamento de impostos em 2016, de todas as empresas controladas pela J&F, o que inclui Alpargatas, Eldorado Brasil (celulose), Vigor (lácteos) e banco Original, entre outras. Mesmo assim, os Batista queriam pagar apenas R$ 8 bilhões e no início das negociações chegaram a propor ridículos R$ 700 milhões.

Mas os R$ 8 bilhões "oferecidos" pela J&F perdem até para os R$ 8,1 bilhões em aportes de capital que só o BNDESPar fez na JBS de 2007 a 2009, conforme matéria publicada pelo jornal Valor Econômico em 15 de maio. Foi com esse dinheiro que a empresa bancou boa parte das compras de outras indústrias no Brasil e no exterior e se transformou em uma das maiores companhias de alimentos do mundo.

A injeção de capital do BNDESPar na JBS fez parte da política das "campeãs nacionais" dos governos do PT e correspondeu a 85% de todos os investimentos do banco no setor de frigoríficos naquele período. Hoje o braço de participações do BNDES tem 21,32% do capital da empresa e a Caixa Econômica Federal, outros 4,92%.

Essa mesma política foi responsável aumento da concentração dos aportes do governo nos setores de óleo e gás, mineração e energia em 10 anos até 2012. Naquele período, a participação dos três setores cresceu de 54% para 75% do total da carteira do BNDESPar e se forem incluídas as empresas de alimentos e de papel e celulose, o percentual chega a 89% dos R$ 74,5 bilhões investidos pela instituição no fim de 2012, ainda segundo o jornal Valor Econômico.

No livro "Desenvolvimento às avessas: Verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento", de 2013, o professor Reinaldo Gonçalves, também apontou o aumento da concentração de capital entre as 500 maiores empresas do Brasil, inclusive com o crescimento na participação do "núcleo central" das 50 mais importantes no valor das vendas totais desse grupo de grandes corporações.

O fenômeno foi acompanhado por um processo de desnacionalização da economia. De acordo com o professor, a participação relativa das companhias estrangeiras nas vendas totais das 500 maiores empresas do país cresceu de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010.

A concentração foi ainda mais acentuada no sistema financeiro. Gonçalves explica que durante o governo Lula a ascendência do capital financeiro, inclusive sobre outros setores dominantes da economia, repercutiu diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do país. A taxa média de rentabilidade dos 50 maiores bancos foi de 17,5% no período 2003-2010, enquanto a das 500 maiores empresas foi 11%.

Com isso, se antes do governo Lula o valor dos ativos dos 50 maiores bancos era praticamente igual ao das 500 maiores empresas, no fim era 74% maior, diz o professor. Segundo ele, os bancos se beneficiaram do abuso do poder econômico, da leniência do Banco Central, da certeza da impunidade e da política monetária baseada na elevada taxa de juros.

A concentração de riqueza entre as empresas reflete de forma ainda mais acentuada entre a população. Um estudo feito em 2015 pelos pesquisadores Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, ambos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostrou que 71,4 mil pessoas no Brasil (0,05% da população adulta) ganharam mais de R$ 1,3 milhão por ano em 2013 e detêm 8,5% de toda a renda do país. Quando o cálculo considera a parcela 1% mais rica, a concentração chega a 23,2% da renda.

Com base das declarações do Imposto de Renda, o estudo revelou que em 2013 esses 71,4 mil brasileiros super-ricos somaram rendimentos de R$ 298 bilhões, com uma média individual de R$ 4,1 milhões, e acumularam um patrimônio líquido (descontadas as dívidas) de R$ 1,2 trilhão. E, ainda, que 63% dos rendimentos dessa elite ultraprivilegiada estavam isentos de impostos.

Essa isenção deve-se ao fato de que o Brasil não tributa o rendimento de lucros e dividendos, que compõem a maior parte da renda de 51,4 mil pessoas entre os 71,4 mil extremamente ricos do país. Como consequência, a alíquota média efetiva de impostos sobre a renda da parcela de meio milésimo da população ficou em 6,7%, contra 11% a 12% no caso da classe média alta. Além do Brasil, apenas a Estônia abre mão da cobrança de imposto sobre lucros e dividendos.

O Brasil não é um caso isolado da economia mundial globalizada. As cifras são contundentes e demostram como as corporações cooptaram os governantes convertidos em agentes políticos dos grandes capitalistas.

É preciso um programa de mudanças profundas que desestruture este poder e comece a construir um poder popular e dos trabalhadores. Isso passa pelo fim das benesses fiscais aos milionários e grandes empresas, com a cobrança dura de todos os grandes sonegadores; é preciso que as grandes empresas que se envolveram em corrupção passem a funcionar sob controle de seus trabalhadores e não mais dos seus atuais donos corruptos, e que o sistema financeiro esteja sob controle público e seus lucros sejam revertidos para o interesse da maioria e não embolsados por um punhado de milionários. Além disso, é preciso uma profunda mudança tributária, que onere o capital e a propriedade fortemente, aliviando a carga sobre o salário e o consumo popular.

Estas são apenas algumas medidas transicionais a título exemplificativo. No artigo já citado de Bernardo Corrêa, também temos propostas de medidas para o combate à corrupção que são muito úteis para o debate sobre um programa de transição que dialogue com este problema fundamental.

Retomando as perguntas com as quais iniciamos este artigo, as respostas ficam claras. O dono do poder é o capital, e sem desestruturar este poder central as mudanças de governo ou de regime podem resultar em apenas uma maquiagem no sistema, sem afetar o seu núcleo central e muito menos acabar com a corrupção.

“Nosso desafio é ter um programa à altura dos desafios históricos” – Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Pedro Micussi e Thiago Aguiar[1]

Numa manhã fria do fim de outono paulista, a revista *Movimento* encontrou-se com Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor do Instituto de Economia da Unicamp e militante socialista há décadas. Em debate, a crise de dimensões históricas por que passa o Brasil e a necessidade de que a esquerda socialista retome a elaboração e o debate estratégico sobre a revolução brasileira.

Para Plínio, que está lançando livro com uma contundente crítica à política econômica conduzida pelos governos petistas, a crise brasileira é estrutural, profunda e de dimensões históricas: uma “reversão neocolonial” da economia brasileira, caracterizada pelo recuo da industrialização – como parte do movimento de toda a economia global e da organização das cadeias de valor –, aprofundamento da subordinação dependente do país, que mais e mais se especializa na exportação de matérias-primas agrícolas e minérios. Os governos do PT, ao contrário da propaganda realizada à época ao redor de um suposto “neodesenvolvimentismo”, aprofundaram o movimento de reversão neocolonial e financiaram a expansão de transnacionais brasileiras que, uma vez terminado o *boom* das *commodities*, também entraram em crise.

A crise política, portanto, responde a um movimento geral de reorganização da economia, da sociedade e do Estado brasileiros, conduzido – não sem conflitos, fissuras e indefinições – por uma burguesia divida e em luta interna, organizada em dois “partidos”: o partido do “estanca sangria”, que em perspectiva futura estaria historicamente condenado à derrota, e o partido do “fora todos”, que atua para desmontar o regime político apodrecido da Nova República. O governo Temer, completamente

1 Membros da equipe da revista *Movimento*.

tomado pelos escândalos de corrupção revelados pela Lava Jato em conjunto com o PT e o PSDB, debate-se buscando sobrevida ao mesmo tempo em que tenta entregar à burguesia a redução de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais conquistados há décadas e inscritos na Constituição de 88.

Para o entrevistado, cabe à esquerda socialista, nesse cenário, construir um programa próprio e uma política alternativa a ambos os campos em luta para evitar o risco de terminar atada aos planos eleitorais de Lula, ao partido do "estanca sangria" e ao passado. Acompanhe a seguir a extensa conversa, em que também se abordaram outras questões fascinantes, como o enfrentamento pelos socialistas das insuficiências da formação nacional brasileira, suas relações com o internacionalismo, as tarefas do PSOL e a necessidade de recuperar a esperança em nossas lutas. Às vésperas de completarmos 3 anos sem Plínio de Arruda Sampaio, relembramos de sua confiança na juventude, no Brasil e no socialismo.

***Movimento* – Prof. Plínio, você acaba de lançar o livro *Crônica de uma crise anunciada: crítica à política econômica de Lula e Dilma,* em que realiza a crítica dos 13 anos de governos do PT. Anos atrás, uma longa polêmica acadêmica e política desenvolveu-se justamente a respeito da caracterização da política econômica dos governos lulistas, em que estes foram considerados governos "neodesenvolvimentistas" por alguns analistas. A profunda crise econômica e o impeachment parecem ter tornado esta polêmica um fóssil antes mesmo que chegasse a uma conclusão. Afinal, como definir a política econômica dos governos do PT? Por que se trata de uma crise "anunciada" e quais seus fundamentos?**

Em primeiro lugar, a polêmica do neodesenvolvimentismo foi resolvida pela história. Ela desmanchou o neodesenvolvimentismo em meses. Ou seja, ele não existia. A crise do governo era previsível porque, no fundo, a crise é a expressão das contradições inscritas no próprio movimento da economia. E qual era o movimento dessa economia? Era uma economia subdesenvolvida e dependente que teve um ciclo de expansão impulsionado pelo boom especulativo internacional: o *boom* de *commodities* e o *boom* de liquidez internacional. Essas eram as duas premissas do crescimento da "Era Lula". Era previsível por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o comportamento de uma economia subdesenvolvida é cíclico. Alterna expansão – a depender da conjuntura internacional e da inserção desta economia na divisão internacional do trabalho – e exaustão. O fim trágico era previsível. Quando o *boom* internacional acabasse, a onda quebraria e a economia brasileira viria abaixo. O PT não enfrentou nenhuma das causas estruturais que condicionam o caráter dependente da economia brasileira. Não era difícil ver que o comportamento da economia

brasileira repetiria o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Para quem deu aula de economia brasileira por décadas, era mais ou menos previsível que a economia daqueles anos teria uma expansão que acumularia contradições internas e externas que em algum momento viriam abaixo de forma muito forte.

A crise internacional que irrompeu em 2008 já vinha se expressando desde o final da década de 1990 de maneira bem clara. Vários economistas americanos no início dos anos 2000 descreveram as contradições que redundariam na crise posterior. Lendo hoje, parece que fizeram um roteiro da crise. Era evidente que o frenesi especulativo iria estourar em algum momento. A forma temerária como o governo Lula surfou no *boom* internacional permitia prever que, no momento em que viesse a crise, o Brasil estaria particularmente vulnerável. Lula aprofundou a inserção subalterna na ordem global. Ele atraiu uma quantidade enorme de capital, intensificou a liberalização da economia e consolidou o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o exterior. A valorização do câmbio destruiu o mercado interno, destruiu a indústria nacional. O Brasil tornou-se totalmente dependente do comércio internacional. Este conjunto de fatores nos levou a perceber que algo daria errado. O importante da ideia de "crise anunciada" é que, se quisermos entender a realidade, temos que entender as contradições inscritas na realidade. Todas essas contradições (o caráter dependente, o caráter subdesenvolvido, o aprofundamento da inserção subalterna, etc.) sempre estiveram no DNA do governo. Aliás, estão na "Carta ao Povo Brasileiro". Então, bastava acompanhar isso nas várias trincheiras.

***M* – Há bastante tempo você tem argumentado que o Brasil passa por um processo de "reversão neocolonial". O que você entende por este fenômeno? Quais evidências nos levam a crer que ele está acontecendo?**

Em primeiro lugar, para entendermos a realidade, temos que compreender as contradições que explicam o movimento histórico. Sem compreender o sentido das mudanças, é impossível entender a realidade. Do ponto de vista histórico, o Brasil é uma sociedade de origem colonial que não conseguiu consolidar seu Estado nacional. É uma sociedade em transição entre a colônia de ontem e a possível nação de amanhã. Este movimento é o da autonomização da sociedade nacional dentro do sistema capitalista mundial. A formação da nação é impulsionada pela luta para criar um patamar mínimo de civilidade para a sociedade brasileira. Esse é o movimento que dá sentido à história do Brasil: a luta para colocar freios aos negócios. Sem um Estado nacional com um mínimo de soberania, é impossível conter as taras do capital. Essa é a leitura de Caio Prado Jr sobre nossos dilemas históricos. Na luta pela construção do Estado nacional, o golpe de 1964 é um marco decisivo, pois é aí que ela completa a formação de seu padrão de dominação. A burguesia conclui sua revolução burguesa como uma contrarrevolução. O capitalismo é consolidado sem resolver os problemas históricos herdados do período colonial – a segregação social e a marca do colonialismo. A dupla articulação que caracteriza o capitalismo dependente é definitivamente consolidada como marca da sociedade burguesa. Essa é a essência da interpretação de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa. Para a burguesia, o golpe de 1964 representou uma grande vitória, pois ela consegue derrotar as reformas de base e congelar a história. O poder da burguesia de controlar os de baixo – as classes subalternas – e ter um mínimo de poder de negociação com os de cima – o imperialismo – alicerçava-se em duas premissas históricas. De um lado, o imperialismo queria parceiros relativamente fortes em alguns pontos da periferia para combater o risco do comunismo. De outro, o crescimento acelerado gerava emprego e alimentava a ilusão de que a classificação social resolveria os problemas sociais.

A mobilidade social propiciada pela expansão dos empregos alimentava o mito do desenvolvimento como solução para os problemas do Brasil.

Estas duas premissas começam a ruir a partir da segunda metade da década de 1970. A crise da industrialização acaba com os empregos. O colapso da União Soviética acaba com o medo do comunismo. A mudança no contexto histórico implica a lenta e penosa transformação da burguesia dependente numa burguesia dos negócios. O que muda essencialmente é o grau de autonomia da burguesia brasileira para condicionar o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. A "reversão neocolonial" é um processo de progressiva perda de autonomia do Estado brasileiro dentro do sistema capitalista mundial. Sem capacidade de impor limites às taras do capital, a sociedade não tem como manter os direitos trabalhistas e democráticos conquistados com muita luta e sacrífico. Ainda que este "mínimo" fosse realmente muito mínimo... O projeto do capital é transformar o Brasil numa megafeitoria moderna – uma economia de "tipo colonial", voltada para o exterior, baseada na produção em grande escala, no sistema de monocultura, tendo como sustentáculo o latifúndio, a mão-de-obra barata e a depredação do meio ambiente. Se olharmos para as forças produtivas brasileiras, é possível perceber de maneira muito clara que, desde os anos 1980 para cá – e com a crise isso se acelera –, vivemos uma desindustrialização. Ela não é conjuntural, mas estrutural e irreversível. É gravíssimo! A indústria é a coluna vertebral de uma economia nacional. O que vai bem na economia brasileira é o agronegócio e a mineração – complexos produtivos típicos de uma economia colonial. A reversão neocolonial se manifesta em todos os planos. Nas relações de produção, a base de uma economia nacional é a burguesia nacional, aquela que vive de seu mercado interno. Mas a nossa burguesia abriu mão do mercado interno. Nós temos isso que eu chamo de "burguesia dos negócios". A classe operária de uma economia nacional é aquela que conseguiu construir um mínimo de condição de ter direitos básicos do trabalho. Supõe uma correlação de forças minimamente suficiente para se contrapor à burguesia. Já, no Brasil, estamos assistindo à precarização. Do ponto de vista da organização territorial, a economia nacional é formada por regiões que estabelecem relações econômicas e políticas baseadas em algum tipo de cooperação e solidariedade. Ainda que essa relação seja sempre desigual, uma dinâmica centrípeta unifica as regiões. Mas, no Brasil, as regiões conectam-se diretamente com o exterior. Começa a se configurar uma relação entre as regiões típica de economias coloniais. A reversão neocolonial também atua no âmbito cultural. Por exemplo, uma universidade nacional é aquela que cuida dos problemas nacionais e de suas possíveis soluções. Nossas universidades estão virando ensino superior. A diferença entre universidade e ensino superior é que o ensino superior transmite o que vem de fora, já a universidade cria conhecimento, critica a realidade e tem autonomia para criar uma forma de pensar. O que eu chamo de reversão colonial é este processo. A reversão neocolonial é bem concreta: tudo que rebaixa o mínimo civilizador da sociedade – o congelamento dos gastos públicos, o desmantelamento da legislação trabalhista, o fim da previdência, a nova onda de grilagem das terras indígenas, o jubileu da depredação ambiental...

***M* – Os intérpretes mais relacionados ao PT provavelmente rebateriam sua visão argumentando que houve no período Lula e Dilma, ao contrário, o fortalecimento do mercado interno e a criação de grupos empresariais que se expandiram. Mas, se olharmos para esses grupos empresariais, veremos que boa parte deles, senão todos, justamente lidam com essas atividades que você associou a uma economia tipicamente colonial. É o caso, por exemplo, do agronegócio com a JBS ou da Vale com a mineração.**

Com certeza. Na verdade, no período do Lula, houve crescimento econômico com regressão das forças produtivas. Se olharmos para qualquer indicador da indústria, veremos que, ao final dos treze anos do ciclo petista, todos os setores estratégicos da indústria nacional – como a indústria de transformação e a indústria de bens de capital – diminuíram sua importância relativa na economia nacional. Houve uma regressão das forças produtivas. Eu brinco que foi uma espécie de "crescimento Michael Jackson": finge que vai para frente, mas vai para trás [risos]. Não nego que houve expansão do mercado interno. O Brasil, por ser muito grande e ter distribuição de renda muito concentrada, possui um elevado multiplicador de renda. O mercado interno brasileiro é grande e tem um potencial de expansão enorme. Qualquer aumento de gasto leva a uma grande multiplicação da renda. Mas a pergunta é: qual foi o elemento dinâmico do crescimento do período Lula do ponto de vista qualitativo? O elemento determinante foi o *boom* exportador. Nós crescemos pela exportação. A pequena distribuição pessoal de renda deu um impulso adicional a esse elemento. Mas o elemento dinâmico, gasto autônomo, não foram os investimentos nem o gasto público, mas as exportações. Teria crescido ainda mais não fora a política de ajuste fiscal permanente que conteve o potencial expansivo do mercado interno para evitar desequilíbrios ainda maiores no balanço de pagamentos.

***M* – Isto é o curioso do Ciro Gomes. Trata-se de um oportunista, que a cada 5 anos veste uma camisa diferente: já foi candidato na juventude do PDS, suposto prefeito modernizador, economista tucano no Plano Real, ministro do Lula, agora uma espécie de nacionalista tardio... Independentemente do personagem, ele tem insistido num diagnóstico com aspectos comuns ao que apresentamos aqui: a desindustrialização e o aprofundamento da localização subalterna do Brasil na ordem internacional são os problemas a se enfrentar. Este é um discurso que pode ocupar parte do espaço da esquerda socialista. Como você avalia as saídas que ele propõe?**

O Ciro Gomes é um ignorante. Não tem ideia do que está falando. Qual é o nosso problema? A industrialização nacional não está mais inscrita no movimento econômico de nenhum país do mundo e muito menos de um país em reversão neocolonial. O capitalismo vive um momento impar. As mudanças são profundas. Transformações que levam à ruptura do Reino Unido devem significar alguma coisa... Alguma coisa grave deve estar acontecendo e é preciso estar à altura dos desafios históricos. O desenvolvimento das cadeias de valor liquidou a possibilidade da industrialização nacional. Não só para nós, para o mundo inteiro. Ah, mas há industrialização na China... Primeiro, na China, não há uma industrialização propriamente nacional e, segundo, a China é um caso muito atípico. O Ciro Gomes é um vendedor de ilusões. Faz um discurso nostálgico que vai ter clientela. Se a gente não tiver uma alternativa que o critique, ele vai ter espaço. Essa ideia de que nós vamos fazer industrialização, dentro dos parâmetros da ordem global, é um delírio. É um estelionato. Mas, se nós não estivermos preparados para fazer essa crítica, o discurso pseudodesenvolvimentista vai enganar muita gente. A esquerda precisa fazer a crítica da realidade para revelar as soluções inscritas no movimento histórico.

***M* – De que forma a crise econômica encontrou-se com a crise política? Como compreender a queda de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer?**

A crise econômica brasileira foi determinada pela crise do capitalismo e agravada pela política econômica recessiva feita por Joaquim Levy e depois pelo Henrique Meirelles. Para entendermos o que está acontecendo no Brasil, temos

que compreender a resposta do capital à crise, que é o ajuste. O ajuste é uma guerra aos trabalhadores. No curto prazo, arrocha os salários, cria alternativas de negócio para o capital por meio da privatização e cria alternativas de valorização fictícia do capital por meio da dívida pública. E o ajuste, no longo prazo, rebaixa o nível tradicional de vida dos trabalhadores; esvazia a soberania nacional, reduzindo a capacidade do Estado nacional conter as taras do capital, internacional e nacional; e especializa a economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Entre o curto e o longo prazos, a economia brasileira fica no limbo, no tempo que o capital precisa para resolver seus problemas em escala mundial e abrir uma brecha para o Brasil na divisão internacional do trabalho.

A crise política estava latente na contradição insolúvel que existe entre as promessas da Constituição de 1988, que acenava com a ampliação dos direitos sociais, e a dura realidade do capitalismo brasileiro, em tempos de reversão neocolonial, que exige o rebaixamento progressivo dos direitos sociais. A crise política explicita-se nas Jornadas de Junho de 2013, quando a juventude vai às ruas para exigir as promessas do programa democrático-popular e a burguesia responde com o ajuste fiscal e a retirada dos direitos sociais. A crise política expressa a absoluta incompatibilidade entre a democracia de cooptação que foi cristalizada na Nova República e a realidade do capitalismo selvagem brasileiro em tempos de crise. A galinha dos ovos de ouro da burguesia brasileira é o salário baixo dos trabalhadores. Quando a economia cresce, o salário pode aumentar um pouco. Quando a economia para de crescer, os salários precisam diminuir. Por essa razão, no Brasil, crise econômica e crise política caminham de mãos dadas. Nenhum presidente resistiu a dois anos de recessão, a começar por Washington Luiz destituído por Getúlio Vargas. O que acomoda os gigantescos antagonismos da sociedade brasileira é o crescimento. O ajuste é uma violência brutal contra os trabalhadores.

***M* – Então, a crise econômica encontra-se com a crise política...**

A conexão entre crise econômica e política é que o ajuste liberal significa uma declaração de guerra aos trabalhadores. Guerra é guerra. A burguesia precisa destituir os trabalhadores de qualquer meio de expressão política. Daí a necessidade de atacar o sistema político. O capital não admite nenhum obstáculo aos imperativos do ajuste, nem mesmo os que possam advir de sua rebaixada democracia. O projeto do capital para o Brasil é transformar o país numa megafeitoria moderna. As mudanças no padrão de acumulação exigem mudanças no padrão de dominação. Assim como a crise da economia cafeeira levou à derrocada da República Velha, a crise terminal da industrialização exige o fim da Nova República. Afinal, deve existir uma certa correspondência entre infraestrutura econômica e a superestrutura política. Em um país de instituições fracas como o nosso, a relação entre a economia e a política é quase que direta. A crise política tem uma funcionalidade econômica. Para que o ajuste avance, a Nova República precisa morrer. A Constituição de 1988 não cabe nos planos do capital. E o que vão colocar no lugar? Provavelmente, uma estrutura política ainda menos civilizada do que a Nova República. O sentido das mudanças em curso é claro. Em todas as dimensões, as medidas que compõem o ajuste procuram rebaixar o patamar mínimo de civilidade da sociedade brasileira. Logo, seria muito pouco provável que na estrutura política fosse o contrário. A burguesia está dando uma resposta reacionária às revoltas de Junho de 2013. É uma resposta ultrarradical: "Fora Todos"! A princípio, isto não estava claro: eu mesmo pensava que a Lava Jato fazia política e politicagem contra o PT. Mas agora me parece claro que a burguesia tem dois partidos, por assim dizer: o partido

da “estanca sangria”, cujo mentor é Jucá e a encarnação política é Lula – o único que, mesmo mortalmente ferido, permanece de pé; e o partido do “fora todos”, comandado pelo Janot, Moro, Fachin e Rede Globo, que sabe o que não quer, mas que não tem ideia do que colocar no lugar.

Em outras palavras, o andar de cima se divide em dois caminhos: o que defende a preservação do sistema político da Nova República, que é o “estanca a sangria” – na minha opinião, historicamente condenado – e o que representa os novos imperativos do capital, que é o “fora todos”. Só para esclarecer: eu não acho que os atores da tragédia conversem entre si, planejem suas ações e tenham plena consciência de seus efeitos. A disputa política é o resultado concreto das forças que estão jogando sem ter uma consciência clara do que elas querem. Na prática, o resultado de suas ações converge para a formação dos dois blocos mencionados. Isso trucidou o sistema político. E o exemplo maior é o Aécio, que se desmontou facilmente em dois dias. Mas a esquerda tem que ter uma resposta para isso. Pois o que faz a Lava Jato é desmoralizar a política e os políticos e ao mesmo tempo liberar o capital. O burguês se liberta pela delação e o capital, que é o mais importante, se libera pelos acordos de leniência. A causa do problema fica assim intocada. Nós, a esquerda, temos que ter uma resposta para isso. Pois, se não tivermos o nosso projeto, cairemos em uma armadilha: ou flertamos com a Lava Jato ou nos deitamos com o Lula. Nem um nem outro! Temos que ter a nossa proposta.

***M* – Na falta de um projeto nosso, não estamos perdendo a oportunidade de aproveitar as contradições e fraturas abertas pelas revelações da Lava Jato?**

Ótima questão. Peguemos três problemas: a crise econômica, a crise de corrupção, e a crise política. As três misturam-se. O capital está dando resposta pra todas elas.

Crise econômica: ajuste. Corrupção: Lava Jato. Crise politica: “Fora Todos”. Nós temos que dar uma resposta a isso. Qual nossa resposta ao ajuste? Deveria ser: “Fora Ajuste”, “Ajuste neles!”... Vamos sair da globalização! Nós não vamos nos adaptar às novas exigências da globalização. Nós vamos sair da globalização. Nós não temos alternativa. Nos parâmetros da situação, a sociedade brasileira fica condenada à barbárie da reversão neocolonial. Então, nossa única alternativa é a ruptura. Nós temos que preparar uma politica econômica de ruptura. Temos de colocar na ordem do dia a necessidade do fim da lei de responsabilidade fiscal, a revogação de todos os ataques aos direitos dos trabalhadores, a centralização do câmbio, a democratização do Banco Central, enfim, o desmonte do arcabouço institucional que garante a reprodução da ordem liberal. O Plano Real precisa ser desmontado. Esse é o desafio de um programa econômico de esquerda.

Qual é nossa solução para a crise de corrupção? Sempre as soluções de esquerda – e aqui entendo esquerda como a busca das causas estruturais dos problemas, como ensina Marx na crítica da Economia Política. A causa última da corrupção política é o controle absoluto do capital sobre o Estado brasileiro. O capital não é a solução que tem que receber uma leniência, ele é a causa do problema. Nós temos que propor, então, a expropriação das empresas corruptas. E eu acho que aí não sobraria, literalmente, nenhuma. Essa é a causa do problema. A Odebrecht continuou roubando com o Marcelo Odebrecht preso. Se fosse para escolher, preferiria deixar o Marcelinho solto e prender a Odebrecht.

A crise do “Fora Todos” é a crise política. Porque o povo quer o “Fora Todos”, a burguesia está respondendo ao que eles querem, ela está dando uma resposta contundente a um problema real – a absoluta promiscuidade entre o público e o privado no Estado. As respostas do capital são radicais. Eu diria

até mesmo "revolucionárias", no sentido de revolver a situação. Só que ela está dando uma resposta reacionária, que põe o Brasil pra trás. A gente tem que propor para a frente. Então, o que precisamos é a refundação profunda da política de baixo pra cima.

Como aproveitar as contradições e tensões dentro do andar de cima para abrir novos horizontes para o trabalhador brasileiro? Precisamos buscar um caminho completamente independente do andar de cima pela crítica do caráter reacionário de suas respostas aos problemas nacionais. O ajuste é contra os trabalhadores e os trabalhadores precisam ter plena consciência disso. Essa é a função da esquerda. Conscientizar a classe. O ajuste é para rebaixar as condições de vida dos brasileiros – tirar direitos, acabar com a aposentadoria, expulsar o homem pobre da terra, liquidar as nações indígenas, oprimir o negro... A crítica tem de mostrar os limites da solução reacionária. Temos que dizer: ora, vocês estão prendendo os políticos corruptos? Ótimo, mas isso não vai resolver nada se não prender o capital. Ou seja, se não expropriar o capital. Temos de colocar os problemas dentro de uma totalidade que indique o sentido das mudanças em curso – a aceleração e o aprofundamento do processo de reversão neocolonial. Nessa empreitada, a esquerda não conta com nenhum possibilidade de aliança com o andar de cima. Aliar com a "Estanca a Sangria", que defende um sistema político indefensável, historicamente condenado, seria um suicídio. Para fazer uma analogia, seria o equivalente a se juntar com a velha oligarquia na Revolução de 1930, sob a alegação de que Washington Luiz foi vítima de um golpe. O velho vai ser soterrado. Basta ver que das figuras da República Velha, apenas Getúlio sobreviveu ao vendaval do Estado Novo. Bem, a crise da Nova República também não vai deixar pedra sobre pedra. Nós estamos vendo isso: o Aécio, o Serra, o Temer foram destruídos... O Alckmin deve ser um dos próximos a ser comido.

Se você disser: então a gente fecha com a Lava Jato? Socorro, porque o que a Lava Jato está fazendo? Para fazer o ajuste, eles precisam neutralizar os políticos e desmoralizar a política. Mas os políticos, por pior que sejam, precisam de votos e têm de prestar contas de quatro em quatro anos aos eleitores. Mesmo venais, carregam um resíduo de representação da vontade popular. É esse o elemento que está sendo neutralizado. Porque a nova política tem que ter a cara do Joesley, que é a nova burguesia, e não a cara do Antônio Ermírio de Moraes, que é a velha burguesia. Qual o resultado da política de terra arrasada? O que eles vão pôr no lugar da Nova República? Pelo andar da carruagem, a democracia de cooptação será substituída por uma politica ainda mais corrupta e mais mercantilizada. É o que aconteceu na Itália com a Operação Mãos Limpas. Então, é por isso que critico nosso partido quando ele flerta com o Lula.

***M* – Mas, afinal, por que caiu Dilma? Quais forças estão por trás da ascensão de Temer?**

Primeiro, na minha visão, ao falar de golpes, precisamos ter claro que a burguesia sempre fez política na base do golpe. Golpear o adversário faz parte da tradição política brasileira. O PT não foge à regra. Precisamos ter claro que não tem nenhuma eleição do PT que não seja feita entre golpes e contragolpes. Então, golpes eleitorais, isso faz parte da cultura "democrática" brasileira. Então, teve golpe? Sim, teve golpe. O golpe foi contra a classe trabalhadora brasileira. O primeiro foi dado pela Dilma por meio do estelionato eleitoral que deu início ao ajuste; o segundo, liderado por Temer, dobrou a meta do ajuste. Estes foram os verdadeiros golpes do período recente.

E por que a Dilma caiu? Basicamente, porque ela traiu a confiança do seu eleitor e, ao fazer isso, ela ficou dependendo do serviço que prestava ao capital. Sua absoluta inabilidade

para o cargo acelerou sua queda, mas o problema central é que, ao dar as costas para o povo, Dilma perdeu toda autoridade. Então, ela derreteu e ao derreter ela criou um vácuo de poder. Como não existe vácuo de poder, Cunha e Temer ocuparam o espaço. Assim que perceberam que a presidente não daria conta do recado, começaram a conspirar. A burguesia brasileira só deu luz verde ao golpe dos aventureiros quando percebeu que a Dilma já não tinha a menor autoridade e sua permanência no Planalto passava a representar um risco de que as reformas seriam interrompidas. Enquanto Dilma agonizava, os delinquentes do PMDB articularam com os empresários uma agenda truculenta de ajuste – a "Ponte para o Futuro" – viabilizando-se como alternativa de poder. É isso que explica o golpe de Cunha e Temer. Não acho que tenha nada de conspiração internacional. A conspiração internacional aventada pela Marilena Chauí, eu não tenho capacidade de ver [risos].

***M* – Como neste artigo recente do Fernando Haddad para a *Piauí*...**

Pois é. O artigo do Haddad é um artigo feito inteirinho para justificar seu fiasco na prefeitura de São Paulo. Ele tem a cara dura de fazer um artigo dizendo que todos erraram menos ele, e foi por isso que ele perdeu. O artigo do Haddad é mais para uma análise de ordem psicanalítica do que qualquer outro tipo de coisa. É uma narrativa egocêntrica pra autojustificar sua derrota em São Paulo.

***M* – Em sua opinião, como é possível que o governo de Temer, odiado pelo povo e envolvido em escândalos permanentes, possa levar adiante uma agenda de ataques tão amplos contra direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira?**

Essa é uma ótima pergunta. Toda semana, eu dou uma entrevista para uma rádio uruguaia e, da última vez, eu falava que o governo Temer é um governo desmoralizado desde o início. Então, eles me perguntaram: mas se eles são tão fracos e tão vulneráveis, como eles podem ser tão ousados no ataque aos trabalhadores? A força de Temer tem duas origens: em primeiro lugar, o compromisso com o capital de fazer o serviço sujo contra os trabalhadores; e, em segundo, a extrema fragilidade da esquerda. Então, a premissa do governo Temer é a passividade da classe operária. Assim que qualquer um desses quesitos ficar comprometido, o governo derrete.

Daí a importância da Greve Geral. Foi só a classe mostrar que não estava morta para o governo Temer entrar em crise aberta. A entrada em cena da classe operária provocou uma mudança importante na conjuntura. A partir desse momento, todo o jogo muda e não é coincidência que a permanência de Temer passou a ser questionada em poucos dias depois. Vocês podem dizer que houve a delação do Joesley... Mas Temer desde o início tinha sobre a cabeça uma série de denúncias que a burguesia poderia ativar para derrubá-lo. Não faltavam suspeitas e delações para incriminar Temer. Afinal, é sabido que ele chefia uma quadrilha. A importância da Greve Geral é que, ao romper o cerco da grande mídia, a greve dialoga com as massas e uma parte do grupo do "estanca a sangria", que depende de voto para sobreviver, começa a perceber que a proximidade com Temer pode contaminá-los. O comprometimento da força parlamentar necessária para passar as mudanças na previdência colocou o governo Temer em xeque. A guerra entre os que lutam para "estancar a sangria" e a turma do "Fora Todos" acirrou. Procurando acelerar o cozimento da pizza, Gilmar Mendes, o braço judicial da turma do "Estanca a Sangria", mobilizou-se para tirar José Dirceu, Eike Batista, Bumlai e Genu da cadeia. Fachin reagiu revelando a delação de Joesley. O efeito foi devastador. Na minha opinião, Temer já caiu. Pode demorar para chegar ao chão.

Na falta de solução para a monumental crise institucional em que estamos metidos, pode eventualmente plainar até 2018. Só o povo na rua garante a sua deposição e uma solução democrática para a grave crise que condena a Nova República.

***M* – Como você avalia as respostas da classe trabalhadora, de suas organizações sindicais e políticas e dos movimentos sociais diante do desmanche promovido por Temer? Por onde deve passar a luta contra as reformas trabalhista e da previdência?**

A resposta da esquerda está muito aquém da gravidade dos desafios históricos postos em todos os planos. Falta um programa que responda aos problemas do povo brasileiro e força política para torná-lo realidade. Uma coisa está vinculada à outra. O que é um programa? Nós temos que ter uma saída, uma luz no fim do túnel. Precisamos de uma agenda econômica e política que coloque na ordem do dia a necessidade de mudanças estruturais e precisamos de força política para fazer as mudanças estruturais. Esse debate não está posto. A esquerda permanece hegemonizada pelo programa democrático-popular. Não é possível mudar a vida do povo sem mudanças estruturais e não é possível fazer mudanças estruturais sem construir força extrainstitucional. Não vamos sair da encalacrada histórica em que estamos por dentro da ordem. A saída deve ser construída de baixo para cima. É todo o Estado brasileiro que precisa ser refundando para que possamos ter alguma coisa qualitativamente distinta daquela que está acontecendo. A sociedade brasileira não vive uma crise conjuntural, de menor expressão. A crise é muito profunda e precisamos ter propostas de mudanças profundas. Cabe à esquerda colocar na ordem do dia a necessidade histórica da revolução.

Nossa falta de ousadia contrasta com a ousadia da burguesia. A burguesia não hesita em atropelar as instituições ou colocar na ordem do dia mudanças estruturais. A Constituição de 1988 está sendo destruída sem a menor cerimônia. As transformações nas leis trabalhistas, o congelamento por vinte anos da política social, o fim da previdência, o ataque às nações indígenas, o atropelo dos Sem Terra, a franquia da Amazônia para a pilhagem do capital representam uma verdadeira "revolução". É uma revolução que anda para trás, que nos coloca, por assim dizer, de volta ao século XIX, mas é uma "revolução". As leis foram suspensas. A burguesia está decidida a fazer tudo o que for necessário na lei ou na marra. O que disse Gilmar Mendes no TSE? "Tenho responsabilidade. Não é momento de cumprir a lei. Seria uma imprudência condenar Temer".

Nosso desafio é ter um programa que esteja à altura dos desafios históricos. Seria uma miopia imaginar que isso seria feito através do calendário eleitoral. Então, toda a ênfase que se dá às eleições é de uma ingenuidade brutal. A história será decidida na luta de classes. Quem tiver mais força ganha. Então, o desafio é acumular força. A força da classe trabalhadora é a sua consciência e organização como classe independente da burguesia. Isso não será alcançado pela dinâmica eleitoral.

***M* – A evidente derrota do PT, desmoralizado por suas escolhas e envolvido em denúncias de corrupção em conjunto com os principais partidos do regime, tem levado muitos à conclusão de que há uma crise "da esquerda"? Você concorda com este diagnóstico? Como localizar o PSOL nesse processo e qual deve ser o papel do partido nessa conjuntura?**

É preciso diferenciar o que é "a esquerda". Em qualquer agrupamento sempre haverá uma esquerda e uma direita. O PT é a esquerda da ordem. O PT não questiona o subdesenvolvimento, a dependência, o Plano Real, a Lei

de Responsabilidade Fiscal, a necessidade de ajustes que retirem direitos dos trabalhadores, a inserção subalterna... Mas, dentro da ordem, ele representa, sem dúvida, a agremiação com maior sensibilidade social. Então, seria honesto considerá-lo como um autêntico representante da esquerda da ordem. Outra coisa é questionar a própria ordem. A esquerda contra a ordem vive uma crise existencial de grande proporção. A esquerda socialista não tem um programa que aponte o caminho da luta por mudanças estruturais. Quem não tem programa, acaba absorvendo o programa de quem tem. É o que acontece com o PSOL. Na falta de um caminho próprio, o partido funciona, na prática, como linha auxiliar do PT.

Agora, o que é o programa? Veja que os economistas adoram programa: sentam e fazem o programa. Mas o programa não é um elenco de medidas. O programa é o resultado de uma construção política. Ele deve dar respostas concretas aos problemas concretos da luta de classes. Na ausência de um norte estratégico que oriente o caminho da luta de classes, as respostas concretas aos problemas concretas não acumulam força para as mudanças estruturais. A luz no fim do túnel do impasse histórico que vivemos é a revolução brasileira: as mudanças estruturais. Sem o horizonte de mudanças qualitativas, a política fica presa no fim da história. Sem programa ficamos a reboque do PT. Dou exemplos. A palavra de ordem "Fora Temer" abraçada pelo PSOL é absolutamente insuficiente. A consigna deveria ser "Fora Temer e Fora Ajuste". Porque quando falamos só "Fora Temer" e não "Fora Ajuste", nós estamos no programa do PT. O problema não é exatamente Temer, o problema é o ajuste, com Temer, Dilma, Lula, Ciro ou com quem quer que seja. Não temos uma resposta para o problema da corrupção. Por que o partido não levanta a consigna "Expropriação da JBS"? Não temos uma resposta de fato para a crise política. Não basta eleição direta, nem eleições gerais e nem mesmo Constituinte. Nós temos que pedir liberdade

de organização política, liberdade de organização sindical, fim da Rede Globo... Se as eleições forem feitas sem uma mudança nas regras do jogo, o resultado será o mesmo. Se o dado é enviesado, o resultado será sempre o mesmo. Sem mostrar as insuficiências do jogo eleitoral, a esquerda acaba vendendo a ilusão de que as eleições resolvem tudo. Seria bom resolver tudo pela eleição, mas, infelizmente, não vai ser desse jeito.

O programa é uma construção coletiva. Precisamos ter um norte estratégico e respostas táticas, articuladas à estratégia, que faça a crítica da política burguesa. O desafio é mostrar, caso a caso, o caráter de classe das respostas burguesas e seus efeitos nefastos sobre a vida do povo, a fim de mostrar a necessidade inescapável de enfrentar as causas dos problemas responsáveis pelas mazelas da população. A esquerda precisa dialogar com os problemas concretos dos trabalhadores e criticar permanentemente as respostas da burguesia. Não é o que estamos fazendo. Nas eleições municipais, o Partido não mencionou a necessidade de revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se isso tivesse sido feito, teríamos a possibilidade de mostrar a teia institucional que amarra o Brasil no circuito fechado da ordem global, pois o questionamento da Lei de Responsabilidade Fiscal leva ao questionamento do Plano Real e à necessidade de enfrentar o capitalismo global. É o diálogo pedagógico com a classe e a massa que leva à construção de um programa de luta para enfrentar os desafios da Revolução Brasileira.

***M* – Você tem insistido na necessidade de que os socialistas recuperem o debate estratégico sobre a revolução brasileira. Por que houve um recuo da elaboração programática entre os socialistas? Como recuperá-lo?**

É uma ótima questão. Quando cheguei ao Chile no início de 1965, o Chile tinha acabado de eleger Eduardo Frei Montalva para a presidência da república. Ele era do PDC [partido

democrata-cristão] e pregava a necessidade de um reformismo moderado, mas autêntico. Perto de Lula, Frei seria um verdadeiro revolucionário [risos]... O lema da campanha dele era *Revolución con Libertad*, quer dizer, naquela época, um reformista moderado sentia-se obrigado a se assumir como tal porque a revolução estava na ordem do dia. Hoje vivemos o fim da história e qualquer proposta de mudança estrutural recebe o veto da burguesia.

Então, a questão estratégica que está posta para esquerda é colocar a necessidade histórica da revolução na agenda nacional. Aí as pessoas dizem que a revolução não está na esquina. Mas ela nunca esteve. Em janeiro de 1917, Lênin não tinha ideia de que ocorreria uma revolução em fevereiro. Então, essa ideia de que a revolução não está próxima e, portanto, não pode e não deve ser colocada em debate, é uma besteira que só serve para reforçar o senso comum de que estamos no fim da história. A burguesia fez "vaca-amarela" e transformou a revolução num anátema. No Brasil a "vaca-amarela" começou em 1964, no Chile em 1973... O domínio das palavras faz parte da dominação. Por exemplo, a burguesia capturou a palavra reforma, que é uma boa palavra. Faz-se uma reforma para melhorar, ninguém faz reforma para piorar. Mas a reforma era uma consigna do campo da revolução brasileira.

A dificuldade de colocar a revolução brasileira na ordem do dia tem uma história. Em 1964, a burguesia derrotou as reformas estruturais. Depois do massacre da luta armada, a esquerda se reorganiza por dentro da ordem através do Programa Democrático-Popular. A ideia era fazer as mudanças dentro das regras do jogo da democracia que surge no fim da ditadura militar. Tratava-se de mobilizar as massas e canalizar toda essa força política para dentro do Estado. A hipótese é que seria possível retomar as mudanças estruturais por dentro do jogo democrático-parlamentar. O PT encarna esta aposta política. Hoje sabemos no que isso deu. A história mostrou de maneira cabal que não existem bases objetivas e subjetivas para a realização

do Programa Democrático-Popular. Não existem bases objetivas porque o capitalismo brasileiro é um capitalismo de tipo selvagem, bruto, que depende da pobreza para sobreviver. Logo, não há muito a ceder. E não existem bases subjetivas porque a burguesia brasileira é intolerante em relação à utilização do conflito social como forma legítima de conquista de direitos coletivos. Ou seja, a burguesia brasileira não cede, ela vem de uma tradição autocrática e não democrática.

Então, não há base para esse programa. Aí o PT rebaixou o programa paulatinamente, até convertê-lo numa impostura: a "Carta ao Povo Brasileiro". Ao longo dos anos noventa, o PT transformou o Programa Democrático-Popular numa espécie de "melhorismo" que, na verdade, é um "piorismo" – ruim com o PT, pior com o PSDB. A derrota da luta pela reforma agrária é emblemática. A luta pela terra foi organizada em torno da ideia do Estatuto da Terra que estabelecia a função social da terra. Não faltou luta, sacrifício organização e força, mas não houve reforma agrária. A reforma agrária não aconteceu, nem acontecerá, porque o latifúndio é uma entidade estratégica para o padrão de acumulação e dominação da burguesia brasileira. Reforma agrária no Brasil só a da "companheira" Kátia Abreu que revitaliza a grilagem de terra no Brasil.

***M* – Ao falar em "revolução brasileira", imediatamente vem à mente a obra de autores, sobre os quais já falamos hoje, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, parte de uma geração de intelectuais do século XX que tinha a preocupação de refletir sobre as particularidades da formação nacional brasileira e suas relações com a luta pelo socialismo. Ainda há atualidade nessas preocupações?**

Qual é o problema concreto para o capital? É resolver a crise. Qual é o problema concreto para nós? É a barbárie. Isto nós temos de ter bem claro. A tarefa da esquerda é enfrentar

as causas da barbárie. Qual é a cara da barbárie no Brasil? É a reversão neocolonial que traz à tona toda a violência, os antagonismos e as virtualidades inscritas em 500 anos de história mal resolvida. A revolução brasileira é a solução desses problemas. Primeiro, os problemas não resolvidos de nosso passado colonial – a segregação social e o colonialismo que estão em todos os poros da sociedade. Segundo, os problemas do capitalismo contemporâneo, um capitalismo que marcha para a barbárie. Então, a revolução brasileira é uma revolução democrática, anti-imperialista e é uma revolução socialista. A revolução brasileira é uma trincheira da revolução mundial. Isso é inevitável e independe da vontade dos brasileiros. Qualquer revolução em qualquer país do mundo será interpretada pelo capital como uma ameaça a sua sobrevivência. Se a contrarrevolução é internacional, a revolução não tem como ser nacional. Então, é óbvio que a revolução brasileira não é uma revolução que possa se completar em sua dimensão nacional, mas ela começa na trincheira nacional.

***M* – Ou seja, ainda hoje há atualidade nessa preocupação com as insuficiências da formação brasileira conjugada com a luta pelo socialismo...**

Eu não tenho a menor dúvida da importância da questão nacional. Dou um exemplo. Estava na França quando o Ayrton Senna morreu. Logo em seguida chegou meu pai impressionadíssimo com o enterro do Senna: "Filho, você não tem ideia da comoção!". E por quê? É porque a questão nacional está muito mal resolvida. O brasileiro vive com a questão nacional engasgada no peito. Não tem um brasileiro que ganhe medalha em competições internacionais e não desabe no choro. O que é isso? É o sentimento generalizado de que não somos nada no mundo e não controlamos o nosso destino como sociedade. Se ignorarmos a questão nacional, estamos liquidados. Aliás, a direita, que é antinacional, faz questão de se apresentar como defensora dos valores nacionais.

***M* – Em anos recentes, a crise do capitalismo internacional foi acompanhada pelo surgimento e fortalecimento de alternativas de esquerda em diversos países do mundo. Com suas potencialidades e insuficiências, as experiências como Podemos, Bloco de Esquerda, as campanhas de Bernie Sanders, Jean-Luc Mélenchon e Jeremy Corbyn, entre outras, têm chamado a atenção da militância socialista no Brasil. O que é possível aprender delas? Como conjugar as lutas em nosso país com a resistência internacional aos ataques do capitalismo em crise?**

A questão de fundo é que a esquerda no mundo inteiro está em crise. A esquerda é a luz no fim do túnel. É a crise da esquerda que alimenta a ultradireita. Na falta de luz no fim do túnel, os aventureiros acendem um fosforozinho – que é um trem que vai passar por cima da gente – e o povo olha e fala: "bom, vamos por lá". A classe trabalhadora está sendo violentada e procura um caminho alternativo. A tarefa da esquerda é apontar uma saída para o inferno da globalização. É o que explica a animação da juventude com o Bernie Sanders. Assisti a um debate em que ele diz: "Não é uma questão de me eleger, não é isso... A América precisa de uma revolução!". Eu achei incrível ele falar isto porque resgata a palavra revolução. Porque hoje só a direita pode fazer "revolução" e está fazendo, agora, no Brasil. Está colocando o Brasil no século XIX. É uma "revolução" reacionária. E nós não temos coragem sequer de colocar a questão em debate. A revolução brasileira é uma necessidade histórica. Temos que olhar a correlação de forças do ponto de vista dinâmico. Se avaliarmos as possibilidades históricas do ponto do vista estático, estamos liquidados. Do ponto de vista

dinâmico, o que abre o espaço para a esquerda pensar na revolução é a profunda crise do capitalismo e os antagonismos tectônicos que dela emergem. O desafio da esquerda é como evitar o avanço da barbárie. Se tivermos ousadia de olhar para além dos muros da ordem global, seremos ouvidos. Veja o Corbyn. Eu estive na Inglaterra em 2014. Se falasse que o Partido Trabalhista seria liderado por um reformista, as pessoas iam pensar que eu estava louco. Pois aconteceu porque a classe trabalhadora e a juventude procuram desesperadamente um caminho alternativo para fugir da barbárie. A função da esquerda é abrir este caminho. Qual é a saída? A revolução socialista. Esta é a tarefa que está posta. Se isto for posto, eu acho que vai ter eco. E tenho a meu favor a burguesia porque ela é quem mais acredita no risco da revolução, tanto que não deixa a gente falar nela.

M – **Há quase 3 anos, nos despedíamos do saudoso Plínio de Arruda Sampaio. Em 2010, em sua candidatura a presidente, Plínio insistia na necessidade de reconstruir a esquerda com a participação da juventude. E o Plínio levava uma mensagem de muita esperança, como naquele encerramento com o "Viva o Brasil!" no último debate presidencial. Onde podemos, hoje, encontrar a esperança?**

Sou do partido do Gonzaguinha: eu acredito é na rapaziada! Inclusive no nosso partido. Ou a gente atropela a burocracia, de baixo para cima, ou estamos liquidados. Onde está a esperança? A esperança passa pela luta, pela ousadia de abrir horizontes, de abrir novas picadas, de encontrar alternativas. Discuto isto muito com as minhas filhas: nós estamos na barbárie e como nós vamos viver na barbárie? Em tempos de barbárie, o único jeito de dar um sentido existencial à vida é lutando contra a barbárie. A luta contra a barbárie não é só a resistência contra a barbárie, mas é, sobretudo, a superação da barbárie. Na prática, é a superação do capital. Então, a esperança vem, no fundo, da convicção de que a classe trabalhadora reagirá. Mais dias, menos dias, os trabalhadores reagirão e criarão os instrumentos e os homens da revolução socialista.

INTERNACIONAL

GOVERNO TRUMP EM XEQUE, CRISE NA VENEZUELA E LUTAS NO PERU

A crise do governo Trump

Ella Mahony [1]

Já faz cinco meses desde que Donald Trump tronou-se o presidente dos Estados Unidos. Esses cinco meses de sua administração foram marcados principalmente pelo caos generalizado e escândalos sem fim. O primeiro conselheiro de segurança nacional de Trump, Michael T. Flynn, foi forçado a sair após apenas 24 dias em seu cargo. Seu mandato foi o mais curto da história da pasta. Em seguida, Steve Bannon, ex-presidente do jornal da extrema-direita *Breitbart News*, foi desligado de sua função como chefe do Conselho de Segurança Nacional (NSC), embora permaneça como estrategista-chefe do presidente. E no dia 9 de maio, no que se tornou sua maior controvérsia, Trump demitiu James Comey do cargo de diretor do FBI, dizendo que "enfrentei uma grande pressão por causa da [investigação sobre os laços com a Rússia]", que teria sido "retirada" com a demissão do Comey. Além disso, por trás do gabinete oficial, está um círculo de conselheiros informais, a maioria da família Trump. Jared Kushner, genro de Trump, passou a atuar com uma espécie de Secretário de Estado às sombras, viajando pelo mundo aparentemente como representante dos EUA, inclusive nas zonas de guerra. A filha Ivanka aparece regularmente em reuniões de políticos de alto nível. No entanto, não há transparência em relação às funções desempenhadas por eles e tampouco compromissos democráticos com os cidadãos americanos. Em suma, a intriga está na ordem do dia no palácio de governo.

O comportamento errático de Trump e sua incapacidade de evitar crises e escândalos é um convite a milhões de avaliações psicológicas e teorias de conspiração cada vez mais absurdas.

1 Ella Mahony é jornalista, editora da *Jacobin Magazine* e militante da *Democratic Socialists of America* (EUA).

Mas seu estilo de se relacionar com funcionários de alto nível e a atitude de usualmente misturar negócios pessoais com o trabalho do governo podem ser facilmente explicados pela maneira como se tornou magnata dos imóveis em Nova York. O "império" Trump foi fundado pelo pai, Fred Trump, que fez sua fortuna beneficiando-se dos contratos públicos para habitação a preços acessíveis depois da Segunda Guerra Mundial. Fred foi alvo de uma investigação federal em 1954 sobre suas negociações com a agência da Autoridade Federal de Habitação em Nova York. Esta agência foi encabeçada por um operador de esquemas corruptos, Clyde Powell, que foi descoberto facilitando empréstimos favoráveis em troca de propina. Powell beneficiou Trump com um crédito do governo de 3,7 milhões de dólares, superior ao necessário para a construção das habitações. Neste conjunto habitacional, chamado Beach Haven, Fred Trump defendeu zelosamente a "linha de cor" (*color line*), lutando para excluir os negros da habitação construída com recursos públicos. Numa curiosa coincidência, o ídolo musical e comunista Woody Guthrie morou em *Beach Haven* por dois anos, enquanto Fred Trump era seu comandante. Aqueles anos inspiraram uma das letras mais militantes – e proféticas – de Guthrie: "Eu suponho que o velho Trump saiba quanto ódio racial/ ele instigou no pote de sangue dos corações humanos/ quando pintou aquela linha de cor/ aqui em seu projeto familiar de *Beach Heaven*"[2].

Seis décadas se passaram desde que Fred aumentou sua fortuna por meios cada vez mais obscuros e discriminatórios. Donald seguiu os passos do pai, mantendo o "império" pela manipulação da lei de falências e negando-se a pagar empreiteiros e trabalhadores. Tudo que Donald Trump adquiriu foi devido aos contatos privilegiados de sua família e a sua aura de

2 *"I suppose that Old Man Trump knows just how much racial hate/ He stirred up in that bloodpot of human hearts /When he drawed that color line/ Here at his Beach Haven family project"* – "Old Man Trump", Woody Guthrie.

"celebridade". Esta história explica claramente o estilo da administração Trump. Sua obsessão pela lealdade pessoal, sua postura impiedosamente mercenária quando trata com pessoas que possam apresentar "problemas", a facilidade com que mistura negócios e interesses públicos e a antipatia com relação a investigações oficiais: tudo que caracteriza o mandato caótico de Trump também caracteriza os métodos do setor imobiliário. A direita adora proclamar a eficiência de se dirigir o governo como um negócio, mas, no caso de Trump, isso tem causado absoluta instabilidade e caos.

Entretanto, as características pessoais de Trump representam apenas uma das várias causas para as constantes crises do mandato.

Do ponto de vista partidário, o Partido Republicano não precisa que Trump seja estável para atingir seu programa. Nem mesmo o quer. As tentativas republicanas de "revogar e substituir" o *Obamacare* (programa de seguro de saúde que representa o feito mais popular do mandato de Obama) mostram o porquê.

No começo do junho, o escândalo da demissão de Comey atingiu seu clímax. Comey testemunhou perante o comitê de inteligência do senado sobre suas comunicações com Trump, num *show* que atraiu uma audiência televisiva comparável à do *Superbowl*. Seu testemunho de que Trump pediu a ele que "esquecesse" as investigações sobre os laços entre Rússia e o antigo conselheiro nacional de segurança, Michael Flynn, deu margem a especulações sobre a possibilidade de se realizar o *impeachment* do presidente.

Naquela mesma semana, o Partido Republicano começou a unir-se em torno de um projeto de lei secreto que pretendia destruir o sistema *Obamacare*. A confidencialidade pode ser explicada pelo fato de que os republicanos fracassaram ao tentar fazer a mesma coisa em março, quando o partido tentou aprovar um projeto de lei público chamado *American Health Care Act* (AHCA). O AHCA revogaria o *Obamacare*, cortaria

fundos para a saúde das mulheres, cancelaria o seguro de saúde de 24 milhões de pessoas na próxima década, e priorizaria pacientes saudáveis sobre os doentes e idosos. A completa crueldade da lei catalisou uma reação popular sem precedentes, com republicanos enfrentando massas furiosas e clamorosas, inclusive nos distritos tradicionalmente conservadores. Tornaram-se virais vídeos de pessoas iradas nos estados de Texas e Iowa – supostos bastiões de Trump – defendendo o *Obamacare* e até mesmo exigindo um programa de saúde nacional. Graças a essa resposta popular, a lei AHCA, um pilar da campanha de Trump, foi derrotada de forma humilhante.

Mas os republicanos não perderam tempo para tentar de novo. Desta vez, quando interrogado sobre por que o rascunho da lei era secreto, um funcionário do partido respondeu: "Porque não somos estúpidos." Os líderes republicanos também pretendem, quando a lei se tornar pública, manipular as regras do Senado para diminuir a duração do debate público. Dessa forma, o partido pretende fazer uma manobra legislativa por métodos de sigilo, manipulação e aceleração. Muito importante é o fato de que os republicanos estão contando com o enfoque que os democratas têm dado ao escândalo de Comey, Trump e Rússia. De acordo com Jeff Stein, da *Vox*, os altos funcionários do Partido Democrata não desejam travar uma "guerra nuclear" contra a AHCA porque querem mais um acordo bipartidário de sanções para Rússia. Nesse caso, o Partido Republicano estaria se beneficiando do caos que emana da personalidade de Trump. Por enquanto, possuem motivos para não buscar a estabilidade do presidente.

A luta em torno da saúde revela outra fonte de instabilidade para Trump: seu programa é extremamente impopular e sua base social está débil demais para defendê-lo. Vale a pena repetir que o Trump não ganhou o voto popular: recebeu 2,9 milhões de votos menos que Hillary Clinton e foi ajudado por níveis históricos de abstenção, com quase 50% do país ficando em casa em vez

de votar. Aqueles que votaram sim para Trump são parte de um bloco contraditório e dividido, que conta com poucos seguidores ideológicos. Vejamos quem são os seus eleitores: trabalhadores rurais brancos sem emprego estável, dentre os quais muitos confessam que preferiam Bernie Sanders; brancos de classe média-alta e alta dos subúrbios que formam a base tradicional do Partido Republicano; evangélicos desconfiados de Trump, mas atraídos pelo vice presidente Pence; jovens socialmente isolados que se radicalizam pelas discussões na internet. Esses setores da base de Trump não têm interesses em comum nem intercâmbio social. Os evangélicos, por exemplo, não querem ser associados a figuras provocativas e pós-modernas da direita alternativa como Milo Yiannopolous. Por causa dessa fragmentação, a base social de Trump mal consegue se mobilizar pela defesa de seu programa. Fazem pequenas manifestações, um tanto patéticas, mas que não podem ser comparadas às enormes mobilizações da esquerda contra a posse de Trump, os atos de mulheres por todo o país no dia 8 de março, ou aos protestos nos aeroportos defendendo os refugiados.

A violência esporádica dos lobos solitários representa melhor o que conseguem fazer os fiéis de Trump. Enquanto escrevo, pode-se ouvir sobre o assassinato de uma menina muçulmana de 19 anos, sequestrada enquanto andava para uma mesquita na Virginia e espancada até a morte com um bastão de metal. A polícia afirma que "não foi crime de ódio, mas de 'raiva da rua'". No mês passado, no metrô de Portland, dois homens foram mortos a facadas por outro homem enquanto tentavam proteger duas meninas muçulmanas de seu assédio racista. Um homem tentou defender duas meninas muçulmanas do assédio racista matando dois outros homens que queriam assassiná-las. Entre os dias 7 de janeiro e 24 de fevereiro, quatro mesquitas foram incendiados. Em três estados, cemitérios judeus foram vandalizados e várias ameaças de bomba foram mandados para escolas judaicas. Estes ataques são difíceis de parar porque geralmente

são realizados por indivíduos radicalizados pela internet, que não conseguiram manter relações saudáveis com amigos, família, ou colegas de trabalho. A imprevisibilidade desses indivíduos assusta bastante, mas também significa que não têm apoio de nenhuma força mais organizada e coerente.

Mas isso pode mudar graças à ajuda dos setores do Estado mais amigáveis às políticas de Trump: as Forças Armadas e a polícia. Nessas agências, há infiltração de movimentos e milícias de supremacia branca que pretendem usar o acesso a armas e o treinamento militar para aumentar sua capacidade. Quanto mais Trump fortalecer esses setores do Estado e aproximar os objetivos racistas do governo ao das milícias, mais estas podem crescer.

Diferentemente do que acontece com sua política de saúde, Trump não depende do consentimento popular para realizar seus objetivos nas agências militares. Como presidente, ele tem fortes poderes legais nesses setores do Estado que, de fato, foram estendidos sob o mandato de Obama. Na polícia e nas Forças Armadas, Obama frequentemente enviou "prioridades" supostamente progressistas, enquanto aprofundou os poderes oficias dessas agências e as isolou da democracia popular. Trump meramente abandonou a aparência de prioridades "progressistas" enquanto retomou o uso dos poderes repressivos que permaneciam escondidos debaixo delas. Isso se aplica às aventuras militares de Trump na Síria e Iêmen. Enquanto Obama expandiu o uso de *drones*, também transformou o vocabulário para descrever a guerra. Com a ajuda da mídia burguesa, os ataques de drones começaram a ser descritos como "cirúrgicos" e "precisos." Essa mudança facilitou evitar a definição dos ataques como "atos de guerra", para os quais o presidente precisa de aprovação do Congresso. Assim, conseguiu remover os atos de guerra dos processos democráticos destinados a supervisioná-los. Com este modelo, até 2015, Obama havia realizado mais de 2800 ataques contra Síria e Iraque sem um único voto no Congresso. Esse precedente permite que Trump possa perseguir as aventuras militares agressivas sem consultar o Congresso ou, ainda menos, o povo americano.

A esquerda americana não pode subestimar a força que Trump tem nesses setores do Estado. O nosso poder vem da mobilização popular, da qual esses setores estão profundamente protegidos. Isso significa que os movimentos que mais enfrentam o Estado repressivo – como o *Black Lives Matter* ("Vidas Negras Importam"), o movimento de imigrantes e o movimento contra a guerra – são extremamente importantes. Devemos investir vigorosamente nossos esforços neles. Mas isso também significa que seus objetivos são mais difíceis de realizar.

Apesar desses graves desafios, não podemos exagerar o poder da personalidade de Trump como faz o Partido Democrata. A fragmentação da base social da direita apresenta mais oportunidades para a esquerda que as crises confusas e conspiratórias que rodeiam Trump. As amplas lutas por serviços sociais, como saúde universal, mobilizam muito mais pessoas e aparecem como uma ameaça maior para o Partido Republicano. O Partido Democrata atua como freio para a formação dessas lutas. Mas a esquerda socialista não vai parar de construí-las.

People's Summit: Com Bernie Sanders construindo uma política contra-hegemônica nos Estados Unidos

Luciana Genro e Mariana Riscali[1]

Nos dias 10 e 11 de junho estivemos em Chicago, participando de um dos mais importantes eventos do ano da esquerda norte americana: a *People's Summit* ou "Cúpula do Povo". Este encontro reuniu 5 mil ativistas de todas as regiões dos Estados Unidos, dos mais diversos grupos políticos e movimentos sociais que apoiaram a pré-candidatura de Bernie Sanders. Fomos a convite de Winnie Wong, uma das fundadoras do movimento *People for Bernie*, um dos principais protagonistas do evento, junto com o *Sanders Institute*, a *National Nurses United* (União Nacional das Enfermeiras), movimentos como *Our Revolution, People's Action*, veículos alternativos de mídia como *The Intercept* e *The Nation,* intelectuais e artistas como Naomi Klein, Danny Glover, Jesse Eisenberg, além de lideranças políticas e de movimentos sociais.

Na primeira conferência, "Do conhecimento à ação", Naomi Klein, que agora está lançando seu novo livro "Não, não é o bastante – Resistindo às políticas de choque de Trump e ganhando o mundo que precisamos", falou sobre os movimentos de esquerda ao redor do mundo que representam alternativas ao sistema neoliberal. Ela citou a expressiva votação de candidaturas da esquerda radical como a de Bernie Sanders nos Estados Unidos, do Podemos na Espanha, de Jeremy Corbyn na Inglaterra e de Jean-Luc Mélenchon na França. "O sucesso do projeto neoliberal nunca foi nos convencer de que suas ideias são boas, mas sim dizer que nossas ideias são impossíveis. Isso está mudando, nós estamos aprendendo que é possível vencer. E se nós podemos vencer, temos que vencer", disse Naomi.

1 Dirigentes nacionais do PSOL.

A jornalista Katrina Vanden Heuvel, editora da importante revista de esquerda *The Nation*, destacou a necessidade de estes movimentos de esquerda se unirem internacionalmente para articular a resistência ao sistema capitalista e a formulação de uma outra forma de organização social, política e econômica: "O establishment falhou. A velha ordem está morrendo, mas uma nova ordem ainda não nasceu", disse, usando uma descrição que também ilustra muito bem o que temos vivido no Brasil.

Já Amy Goodman, que apresenta um programa semanal de rádio chamado *Democracy Now*, falou sobre a importância de se fortalecer uma mídia independente das grandes corporações. Ela comentou ainda, a respeito das lutas ambientais nos Estados Unidos, que têm ganhado destaque graças à cobertura dos veículos alternativos: "O nosso trabalho é ir onde está o silêncio. Quando a luz da mídia brilha na direção certa, podemos fazer uma diferença enorme no mundo. Por isso precisamos de uma imprensa independente, que não seja financiada pelas petroleiras, por fabricantes de armas e por grandes laboratórios", defendeu.

O ator Danny Glover falou sobre racismo e ancestralidade e se emocionou ao se referir a uma jovem estudante negra que havia relatado sua experiência após ter sido presa pela polícia em um protesto: "O grande problema da democracia nos Estados Unidos permanece sendo a questão racial. Sempre foi assim", finalizou.

O grande evento da *People's Summit* ocorreu num sábado à noite, quando ouvimos Bernie Sanders falar para um auditório gigantesco e entusiasmado. Ele foi introduzido por RoseAnn de Moro, diretora executiva da União Nacional das Enfermeiras, um poderoso sindicato nacional que endossou a candidatura de Bernie desde o início, o que nos Estados Unidos é permitido. Bernie começou reafirmando a necessidade de se construir um governo que represente a maioria do povo e não apenas o 1%. Apontou que as eleições no Reino Unido, na qual o Partido Trabalhista, liderado pelo "radical" Jeremy Corbyn, ganhou 30 novas cadeiras (numa eleição que foi um tiro no pé para os conservadores), mostraram que o movimento por igualdade econômica, social e racial está crescendo em escala global.

Bernie resgatou o fato de que sua campanha apresentou a plataforma mais progressista da história dos Estados Unidos, e que teve financiamento sem o aporte de *Wall Street*: foram cerca de 2,5 milhões de dólares em contribuições individuais em um valor médio de 27 dólares cada.

Ele ressaltou que embora a pré-candidatura tenha sido derrotada, no campo das ideias as vitórias foram muitas, dando visibilidade e ganhando apoio para pautas que vão desde a questão da igualdade salarial entre homens e mulheres, o racismo e o encarceramento em massa, o fim da cobrança de mensalidades nas universidades públicas, a reforma na lei de imigração, entre tantas outras. Vitórias concretas também foram possíveis, com a eleição de congressistas comprometidos com bandeiras fundamentais. A proposta de elevar o salário mínimo a 15 dólares a hora, contrapondo o valor defendido pelos Democratas de 10,1 dólares a hora, está ampliando seu respaldo no Congresso e sendo vitoriosamente implementada em várias cidades e estados do país.

Na luta para avançar além do *Obamacare*, garantindo assistência médica para todos como um direito, e não um privilégio, houve uma vitória no estado da Califórnia, que aprovou no Senado uma proposta que avança em um modelo de garantia de acesso universal ao sistema de saúde.

Em um balanço da campanha de 2016, Bernie lembrou que eles venceram as eleições entre as pessoas com menos de 40 anos em todos os estados do país e disse: "Nós somos o futuro deste país". À plateia, aos gritos de "Bernie, Bernie", ele respondeu: "Não é Bernie, é você!". Sobre Trump, Bernie destacou que os Estados Unidos estão sob o governo do "pior e mais perigoso" presidente da história dos país:

Trump é o governo com mais bilionários em sua administração em toda a história do país, defendendo uma política de cortes do orçamento como 800 bilhões de dólares do Medicaid, dexando milhares de americanos sem acesso ao Medicare, mulheres sem acesso a políticas de planejamento familiar, enquanto ao mesmo tempo propõe um corte de impostos de 3 trilhões por um ano aos mais ricos – é um governo dos bilionários.

Bernie faz um balanço de que "Trump não ganhou as eleições, e sim o Partido Democrata é que perdeu", pois o modelo e a estratégia do Partido Democrata são um fracasso – perderam não somente a Casa Branca, mas também cadeiras no Senado, nos governos estaduais e centenas de cadeiras no legislativo. Neste sentido Bernie afirmou que "o Partido Democrata precisa abrir suas portas aos trabalhadores, aos jovens, lutar por justiça social e econômica. O seu lado não pode ser o lado de *Wall Street*, das petrolíferas ou das companhias farmacêuticas".

Hoje o Partido Republicano é um partido de extrema direita, disse Bernie, e os "Democratas do Establishment", assim como o governo Trump, deixaram para trás dezenas de milhões de pessoas: trabalhadores, aposentados, entre outros.

Uma pergunta do ator Kendrick Sampson arrancou risadas da plateia:

- Você já concorreu tantas vezes e perdeu, porque continuar?

Bernie respondeu:

- Persistência. Não se deve ficar preso ao momento.

No domingo, nos dois debates de encerramento, travou-se uma discussão sobre as perspectivas do movimento que tem em Bernie Sanders a figura unificadora, mas que vai além dele, com laços construídos em torno das pautas que ele representou na campanha. Neste momento, foi possível detectar claramente a existência de setores que são mais ligados estruturalmente ao Partido Democrata, muito embora críticos à sua direção majoritária e mesmo ao governo Obama, e aqueles que são mais independentes, que aceitam usar o partido para disputar eleições, mas também utilizam largamente a tática de apoiar candidatos independentes, permitidos pela legislação. Bernie, inclusive, apresenta-se como senador independente.

Na mesa *Our Movement Moment : Beyond neo-liberalism and trumpism*, chamou nossa atenção o fato de ser composta exclusivamente por mulheres, sendo apenas o mediador um homem. Mas, diferentemente do Brasil, onde só vemos mesas exclusivas de mulheres quando o debate é em torno desta pauta, a discussão foi sobre os rumos da luta.

Becky Bond, organizadora do movimento *#KnockEveryDoor* durante a campanha de Bernie, falou sobre o fato de estarem enfrentando um sistema econômico fraudulento, aliado a um sistema político corrupto onde os bilionários compram as eleições. Maria Elena Letona, diretora Executiva do *Neighbor to Neighbor*, e presidente do *People's Action*, falou sobre a centralidade das políticas de raça, gênero e classe e da necessidade de uma construção coletiva com os imigrantes. Ela também defendeu que o movimento não pode estar "amarrado" ao Partido Democrata.

Linda Sarsour, membro da *Arab American Association* e da *Women's March*, falou sobre a importância da grandiosa Marcha das Mulheres que ocorreu durante a posse de Trump: "Traduzir a frustração em ação foi como nós conseguimos fazer as pessoas deixarem suas casas e marcharem". Ela ressaltou que foi um movimento que não apenas reuniu mulheres, mas foi dirigido por mulheres, e que seguiu o "modelo Bernie": a maior parte do financiamento foi individual, ou com apoio de organizações da sociedade civil. Suas pautas foram não somente pelos direitos reprodutivos ou por igualdade salarial, mas também uma

plataforma interseccional que unificou mulheres negras e LGBTs. Para Linda, a marcha foi o início de um novo tipo de resistência: autossustentável, interseccional e intergeracional, organizando e formando uma direção de mulheres com pessoas que ainda não se conheciam entre si. "Foi assim que ampliamos o movimento e realizamos o maior protesto de um único dia na história dos Estados Unidos – e ele foi liderado por mulheres!", disse.

Sobre os rumos do movimento Linda afirmou que "precisamos parar de balizar o que estamos fazendo pelo que faz o Partido Democrata. Nós somos parte de uma revolução porque não estamos tentando manter o status quo, mas porque estamos tentando transformá-lo".

Nossa agenda em Chicago também incluiu conversas com lideranças do DSA – *Democratic Socialists of America* –, que se apresentam como uma organização política e ativista que atua através das mais variadas táticas, desde a tática eleitoral até a ação direta, na luta por reformas que empoderem a classe trabalhadora. Eles estiveram presentes no Acampamento Internacional do Juntos! deste ano, buscando um maior contato com a esquerda brasileira e, em especial, com o MES.

Estivemos com um de seus dirigentes nacionais, Joseph Schwartz, que falou em nome do DSA em um dos painéis da Summit, no qual nós também tivemos a oportunidade de fazer uma saudação em nome do PSOL. Schwartz nos contou sobre os debates dentro do DSA, pois são um grupo antigo na esquerda norte-americana, mas que cresceu muito na juventude, fruto do apoio a Bernie e seu envolvimento em todo o processo de construção do movimento em torno dele. Uma enorme quantidade de jovens veio a militar no DSA nos últimos meses, mais que triplicando a quantidade de ativistas nas suas fileiras. Um dos debates que eles travam, e que é também um debate que permeou indiretamente toda a *People's Summit*, é sobre a relação com o Partido Democrata, que todos sabem ser um partido do establishment, mas há diferenças sobre como atuar em relação a ele. A visão mais à esquerda entende que há necessidade de atuar de forma tática no partido, pois o sistema eleitoral americano dificulta bastante o surgimento de um novo partido com força real, mas que é preciso também lançar candidaturas independentes e principalmente estar nos movimento sociais. O fenômeno Bernie Sanders confirmou a importância de atuar eleitoralmente e o grande desafio é dar continuidade a este processo, construindo um alternativa política anticapitalista no coração do capitalismo mundial.

Tivemos também a oportunidade de conversar com um grupo destes jovens, em um happy hour organizado por uma das lideranças de Chicago, Micah Uetricht, que junto com Bhaskar Sunkara também é editor da Revista *Jacobin*, uma das mais importantes da esquerda norte-americana. Todos muito interessados em entender melhor os processos vividos pela esquerda brasileira e latino-americana, da formação do PSOL às lutas contra o governo Temer. Pensar a organização da esquerda nos Estados Unidos em um momento em que a resistência só cresce é um dos principais desafios para o DSA, que se prepara para realizar sua Conferência Nacional no próximo mês de agosto.

Nesta noite, tivemos a presença também do vereador de Chicago Carlos Ramirez-Rosa. Ele foi um dos oradores no painel final da *Summit*, é membro do DSA e nos deu a enorme alegria de comparecer ao nosso bate papo. Ele é filho de imigrantes, foi eleito com 25 anos e é o atual vereador mais jovem e o primeiro vereador latino assumidamente gay de Chicago. Sua campanha foi feita com o movimento de voluntários do movimento *#knockeverydoor*. Isto é, batendo de porta em porta para dialogar com o povo e convencê-los a votar. Seu mandato é uma expressão da força da luta contra as deportações de imigrantes, que já vinham acontecendo durante o governo Obama, e que estão crescendo terrivelmente sob Trump.

O final da fala de Ramirez no nosso encontro resumiu o espírito que vivenciamos nestes dias de contato com o melhor

da esquerda norte-americana: “Sabemos que a questão posta é socialismo ou barbárie, e escolhemos o primeiro!”.

O processo de construção de uma alternativa anticapitalista nos Estados Unidos se desenvolveu enormemente com a candidatura de Bernie Sanders, e os setores socialistas que souberem navegar nesta maré – mantendo sua identidade, mas empalmando com a vanguarda lutadora que surgiu desde o movimento *Occupy Wall Street* e que fez da candidatura de Bernie um canal para expressar suas reivindicações – crescerão enormemente, como foi o caso do DSA. A estrada é longa, mas quando falamos em construir uma alternativa na maior potência capitalista do planeta estamos falando de caminhos decisivos para os socialistas do mundo inteiro.

Marea Socialista diz não à violência: nem “coletivos” armados, nem “*guarimberos*”[1]

Introdução

2017 tem sido um ano complicado e extremamente conflitivo. Os cenários modificam-se rapidamente e a incerteza da população venezuelana é maior que em 2016. Em um mês e meio, morreram mais pessoas que durante os quatro meses de *guarimbas* em 2014. Ambiente de violência em crescimento e, se mantido o ritmo atual, de maior confrontação. Entretanto, este cenário de confrontação pode ser evitado. Duas tarefas se cristalizam: deter a escalada de violência e organizar o descontentamento. Percebem-se novos signos. A maioria do povo venezuelano começa a agir de outra maneira. Levanta-se uma voz diferente em relação às da polarização. É preciso organizar a indignação para assim darmos um rumo à luta do povo.

É imprescindível definir e assinalar os setores violentos que são produto da polarização. *Guarimberos* e coletivos. Quem são? Que interesses defendem? Como atuam? A quem convém esta violência? Que relação há entre estes grupos e os que se manifestam de maneira pacífica? Existe uma relação de identidade entre eles? Ante tudo isso, o que fazer e como fazer? É preciso fazer um debate político sincero, entendendo que as respostas não são fáceis, imediatas e diretas, porque a incerteza e as mudanças políticas são aceleradas e, às vezes, imprevisíveis. Por isso mesmo, debater é buscar o caminho, não aceitar o que se dá por consolidado desde os extremos e a partir de uma mesma violência de duas pontas que se respalda uma na outra.

1 Documento de 7 de junho de 2017 da organização socialista venezuelana *Marea Socialista*, corrente-irmã do MES.

A armadilha da polarização do "Bem" e do "Mal"

Os meios de comunicação venezuelanos têm perdido toda a credibilidade na Venezuela. Os audiovisuais e impressos, os oficialistas e os que estão sob a influência da MUD. Cada um joga com a informação e "informa" a seu favor. Salvo algumas exceções, mostram posturas parciais e tergiversadas, algo que piora ainda mais quando as manifestações têm mortes.

É necessário deixar a visceralidade de lado. Do contrário, cairemos diretamente na armadilha da polarização. O maniqueísmo julga com fanatismo as ações do único adversário, rechaça qualquer coisa que o inimigo diga e assume que toda a crise e as mortes são responsabilidade direta e única daquele que se encontra do outro lado. Tudo se reduz a um campo completamente bom em contraposição a outro completamente mal.

A polarização conduz unicamente à confrontação dos venezuelanos comuns, os que sofrem com a crise, e desvia a atenção dos problemas reais e de seus corresponsáveis. A polarização é parte desta armadilha.

Quem é responsável pela crise?

É necessário partir do estrutural. No entanto, isso implica aprofundamentos que desviariam a atenção do tema principal. Esboçamos aqui apenas três ideias, desenvolvidas e postuladas em documentos anteriores[2]:

1) O governo é o principal responsável pela crise atual, por suas políticas de ajuste neoliberal, e por ter favorecido o capital financeiro internacional. Tudo isso vem sendo gestado desde 2014.

2 "Editorial #18: Las tareas de 2017: Enfrentar el curso totalitario, organizar la luchar para salir de la crisis y construir alternativa política"" (março de 2017); "Editorial #19: Lo que viene: Tiempos de turbulencias y lucha política y social" (abril de 2017); "Editorial #20: ¿Por qué no vamos a las marchas del PSUV ni a las de la MUD?" (abril de 2017). Todos os editoriais disponíveis em http://www.aporrea.org

Zonas Econômicas Especiais, Projeto do Arco Minerador do Orinoco, entrega da faixa petrolífera a empresas transnacionais, exploração a céu aberto das minas de carvão da Serra de Perijá, a redução das importações (em mais de 60%) para poder pagar uma dívida externa jamais auditada, e a cumplicidade do oficialismo e da MUD ante o rombo por corrupção de ao menos 500 bilhões de dólares, clientelismo e quebra de empresas nacionalizadas (como Café Venezuela, Corporação Venezuelana de Cimento, Sidor, etc.), são somente alguns exemplos.

2) O governo acompanha seu programa de ajuste com uma política sistemática de repressão em distintos níveis.[3]

3) A MUD é cúmplice e corresponsável pela crise. Desde a sua vitória nas eleições de dezembro de 2015, seus principais dirigentes apostam em saídas violentas, fora do marco constitucional. Além de ser em boa parte responsável pelo fracasso da convocação do referendo revogatório, a MUD utiliza a crise como propaganda política, mero tema de seus discursos, e em contrapartida não acompanha as lutas populares dos setores excluídos (como as lutas dos trabalhadores e operários, feministas e de gênero, ambientalistas e ecológicas, saúde, direitos sociais, etc). Não apoia a auditoria contra a corrupção, a revisão da dívida externa, os direitos dos outros partidos fora da polarização, etc. Tem se expressado através de convocatórias cada vez mais esvaziadas, sem programas a nenhum prazo, os quais convêm ao projeto pessoal de seus dirigentes e das cúpulas que os rodeiam.

3 Represión y Violencia. ¿Qué está pasando?". MAREA SOCIALISTA CARACAS. Caracas. Mayo, 2017. Disponível em http://www.aporrea.org

As dimensões da violência parapolicial

A violência tinha gerado, até 5 de junho, um saldo preocupante de 80 mortos, conforme a contagem dos meios de comunicação, e mais de 480 feridos que lutavam por direitos fundamentais, segundo o Ministério Público. Além da repressão que estas cifras evidenciam somada às ações do Estado desde o início do ano, há uma violência que os meios e as cúpulas responsabilizam ao bando contrário reciprocamente. Para o governo, os falecidos são responsabilidade dos *guarimberos*. Para a direção da MUD, os falecidos são decorrência da repressão ou dos "coletivos". Um jogo macabro que exacerba ânimos e parcializa posturas.

Esta manipulação oculta as graves consequências da violência parapolicial. Dos 39 falecidos registrados desde abril até 4 de maio, quinze (15) envolvem diretamente a grupos irregulares, entre os quais se encontram 13 civis, um guarda nacional e um policial de Carabobo. Dez deles por impactos de bala.

Resulta, pois, alarmante que a responsabilidade de quase 40% dos assassinados recaia sobre os setores violentos, cifra que poderia aumentar. O jogo e a manipulação midiática em prol dos interesses políticos turvam ainda mais o cenário e dificultam a determinação das responsabilidades. Chega a parecer que estas mortes são simples números a avultar nos noticiários. Isso ajuda as posturas políticas que mostram desinteresse pelas causas reais de tais fatos.

Ademais, é preciso somar dezenas de feridos pelas agressões das mais várias: linchamentos, intimidações, destruição de espaços públicos (como edifícios e hospitais) e ações que, continuadas e propagadas, pode nos conduzir a uma convulsão social incontrolável. Por isso, é indispensável rechaçar contundentemente a ação destes grupos violentos que só impõem sua dinâmica e prejudicam os menos favorecidos.

Guarimberos extremistas[4]

O governo criou uma campanha comunicacional em que os *guarimberos* são setores paramilitares financiados por agentes externos, de acordo com as classes altas de nossa sociedade. Ainda que certamente existam grupos que recebem dito financiamento, suas características são muito complexas. O financiado ou o paramilitar é uma parte realmente minoritária deste fenômeno.

Os *guarimberos* são um setor político extremista que têm se espalhado nas principais cidades do país. Corresponde principalmente a setores de classe média, mas começa a ganhar eco também em pessoas de setores populares, forçados ante a ausência de outras alternativas. Apesar de desarticulados entre si a nível nacional, demonstram símbolos claros de uma política reacionária, xenofóbica, racista, discriminatória e uma intolerância ante tudo o que guarde relação direta ou indireta com os movimentos de esquerda, o próprio Chávez e até o Chavismo como fenômeno político. Extrapolam críticas políticas fundamentadas e expressam cargas emocionais de ódio e rechaço a estes símbolos, apartando-se do reconhecimento de outros setores e de toda possibilidade de diálogo.

Embora rejeitem boa parte da direção da MUD, da mesma forma que fazem com o governo, são acompanhados e respaldados pelos setores mais violentos, neoliberais e elitistas da oposição, como María Corina Machado[5]. Todas suas iniciativas se traduzem em ações de vandalismo, agitando palavras-de-ordem impostas pela MUD, como "NÃO mais ditadura", e expressões claras de antichavismo fanatizado. Desprezam o debate democrático, inclusive com os setores que se manifestam de maneira pacífica.

4 Quando falamos de "guarimberos" extremistas não nos referimos aos manifestantes que se defendem das agressões ou arremetidas dos corpos da seguridade do Estado em manifestações pacíficas.

5 Ex-deputada de direita que apoiou a tentativa de golpe contra Chávez em 2002.

Antecipam uma política de "caça às bruxas", caso cheguem ao poder, e uma intenção de aliar-se ao setor financeiro internacional, como demonstraram iniciativas desta índole em outros países (como "Aurora Dourada" na Grécia). Além disso, evocam políticas reacionárias com símbolos autoritários, de sectarismo e de ajuste, em certa medida similar (e igualmente perigosa) à do governo, mas com interesses políticos e econômicos contrários.

Estes grupos instalaram uma espécie de estado de sítio temporário em alguns redutos urbanos ou até zonas completas, aproveitando-se de manifestações ou *trancazos*, às vezes como resposta à repressão desmedida de parte do governo. Tomam ruas e avenidas principais; instalam-se como entes superiores ao estado durante os dias de conflito; estabelecem horários de compras ou aquisição de serviços, restringindo arbitrariamente a entrada e a saída daqueles que vivem nas zonas tomadas, agredindo todo aquele que se pronuncie contra eles ou critique essas ações. Chegaram até a cobrar "pedágio" dos veículos que pretendiam transitar pelas barricadas.

Esta descrição fica refletida nas ações que os *guarimberos* extremistas levaram a cabo em abril e maio:

- Assassinato de civis e, em menor medida, de membros dos corpos de segurança;

- Linchamentos e queima de pessoas (inclusive de não-manifestantes) durante os protestos[6];

- Toma de bairros nos quais impuseram sua autoridade;

- Queima de sedes do Ministério Público;

6 O vídeo pode ser encontrado em "(VIDEO) Opositores quemaron vivo y apuñalaron a joven acusado de "chavista" durante disturbios en Altamira" (21/05/2017), no link https://www.aporrea.org/ddhh/n308797.html

- Ataque a espaços de serviço público como hospitais;

- Amedrontamento de habitantes de suas próprias zonas;

- Mensagens de ódio e incitação à agressão a setores políticos distintos e a todo aquele que não queira se somar a suas iniciativas violentas.

"Coletivos" armados[7]

Grupos históricos da esquerda venezuelana, alguns relacionados diretamente com a experiência da guerrilha nos 60 e 70, os quais em 1999 tinham presença em setores populares de Caracas e de outras capitais do país, vincularam-se ao começo do processo bolivariano. Da mesma maneira como ocorreu com muitos movimentos sociais (por moradia, comunitários, estudantis, operários, etc), estes grupos se degeneraram progressivamente a partir da cooptação propiciada pela direção do PSUV e da clara burocratização do processo chavista, acentuada no auge da renda petroleira. Alguns poucos coletivos ou grupos mantiveram seus princípios ideológicos e atualmente fazem um esforço para desenvolver trabalhos comunitários e/ou de produção autossustentável, mas uma grande parte deles converteu-se num apêndice direto do Estado, com a ânsia de acessar a uma parte da renda petroleira. Ao se relacionar com a direção burocrática do processo, esta confiscou a possibilidade de participação e autonomia verdadeiras.

Nos últimos anos do governo de Chávez, multiplicaram-se referidos grupos, surgindo em zonas onde eram completamente inexistentes anos atrás. Alienados de toda relação com o trabalho

7 Quando falamos de "coletivos" armados não nos referimos a cidadãos organizados em agrupamentos sociais ou políticos com trabalho comunitário real, honesto e sem intimidação. Cremos que conceitualmente a palavra "coletivo" reflete uma perspectiva ampla e distinta de fazer política, mas a realidade é que hoje o grosso da população utiliza dita denominação para referir-se a grupos socialistas armados e violentos.

comunitário de base, começaram a se instalar como organizações de controle territorial. Cada "coletivo" foi instalando seu local exclusivo, empregado como centros de operações políticas e de micronegócios, com pleno financiamento do Estado. Serviram como comandos de campanha durante os diversos eventos eleitorais. Ao possuir uma quantidade importante de armamento de todo o tipo e de procedência duvidosa, exerceram cada vez mais uma sorte de autoridade por cima, inclusive, dos corpos de segurança do Estado, controlando amplos espaços (sem invadir a atividade nem os espaços de outros "coletivos") e baixando novas regras para a comunidade, segundo seus critérios.

O caráter mafioso, corrupto e criminoso de acumulação por parte das cúpulas governamentais permeou estes grupos violentos. O processo de depuração dos corpos de segurança anteriores, que estavam altamente corrompidos, como a PTJ e a Polícia Metropolitana, deu origem à formação dos novos "coletivos" armados, inexistentes há uma década. Seu treinamento militar, as armas e os portes de arma (que deveriam ser manejadas apenas pelo exército) e a impunidade de suas ações evidenciam sua relação direta com instituições públicas.

Esta dinâmica, contundentemente detestada pelas comunidades dos setores populares, tem se agravado com o governo de Nicolás Maduro. Hoje, os coletivos armados instalados nos bairros das principais cidades do país respondem a uma voz de mando central, um burocrata de alto poder no Governo. Ligam-se diretamente com programas impulsionados pelo Executivo, exercendo uma posição de administração e vigilância de operativos sociais como Mercal e CLAP, para citar somente alguns; e inclusive isso lhes tem permitido estabelecer negócios de revenda de alimentos e outros produtos, num mecanismo obscuro conhecido como "bachaqueo".

Com o agravamento da crise, estes grupos violentos buscam afiançar uma estrutura de controle social sobre

as comunidades, ao impor ordem nas filas e amedrontar os habitantes que se queixem ou que sejam reconhecidos como opositores. Além disso, atuam diretamente como grupo de choque contra qualquer manifestação política ou reivindicativa, como ocorreu durante o protesto do setor universitário, no início do ano, no qual membros destes coletivos agrediram estudantes e civis. Ante esta realidade, a Guarda Nacional Bolivariana e a Polícia Nacional Bolivariana mantêm-se à margem, sem atender às permanentes denúncias da cidadania, e em alguns casos chegam a ser cúmplices diretos de suas ações.

Durante os meses de abril e maio, os "coletivos" armados levaram a cabo suas práticas políticas com total impunidade:

- Vinculação direta com assassinato de civis;
- Intimidação e agressão direta contra manifestantes pacíficos e desarmados;
- Agressão a jornalistas e roubo de equipes;
- Agressão e execução de disparos contra policiais e manifestantes pacíficos;
- Porte evidente de armas de fogo (longas e curtas) e armas brancas em distintos pontos da cidade.

História da luta e da dupla moral da esquerda

A violência política hoje não se restringe unicamente às ações de vandalismo dos *guarimberos* extremistas, nem as ações reacionárias dos "coletivos" armados. Existe uma violência legítima dos cidadãos, que se mobilizam pacificamente ante a repressão das forças de segurança. Pretender mesclar o vandalismo *guarimbero* com a confrontação de manifestantes

com corpos de segurança é cair na superficialidade tendenciosa da polarização e até negar décadas de confrontação Estado-povo, nas quais inclusive a velha esquerda participou infinitas vezes.

Os ajustes econômicos, as crises e a restrição de direitos são catalisadores para os protestos populares. Ocorreu durante o século XX, com a revolução mexicana, a revolução russa e a revolução cubana, o Maio francês, a queda das ditaduras latino-americanas, o *Caracazo*, para citar alguns exemplos. Ocorreu durante a primeira década do século XXI, com o *Argentinazo*, os *Indignados* na Europa, o *Ocuppy Wall Street*. E segue ocorrendo hoje com mobilizações multitudinárias de jovens e trabalhadores de todos os continentes, assim como ocorre no Brasil, onde o povo se mobiliza e o Estado reprime de forma desmedida.

Setores do povo trabalhador mobilizam-se permanentemente e o Estado as reprime de muitas maneiras e em distintos níveis. Ante a repressão, os setores populares se defendem com pedras, bombas molotov, barricadas ou com o que encontrem. São táticas de luta históricas, que não se inventaram em 2017 na Venezuela, e que não tem nada a ver com a queima e destruição de espaços públicos seletivos, com o objetivo de criar caos. Criminalizar estas táticas é criminalizar as lutas históricas venezuelanas. Ou agora lançar pedras e coquetéis molotov é um crime de lesa-humanidade?

Pode-se ou não estar de acordo com o objetivo da manifestação ou de seus dirigentes; pode-se participar, ignorar ou ser contrário, como é o caso das manifestações da MUD nas quais não participamos. Mas aprovar, desde a esquerda, a investida dos corpos de segurança do Estado (burguês, evidentemente) contra manifestantes desarmados, por não estar de acordo com suas exigências, é uma clara expressão antidemocrática e autoritária, inaceitável. Rompe-se cinicamente com os códigos e princípios revolucionários que foram construídos no último século. Ou reprimir uma mobilização popular de centenas

de milhares de pessoas está bem porque não esta não é liderada por uma direção marxista-leninista como pretende ser a do governo? Ou existem cidadãos (dos 99% explorados) com mais ou menos direitos, conforme sua ideologia?

Por outro lado, justificar a repressão das manifestações pela participação nelas de setores minoritários violentos é igualmente um erro. Nas manifestações participam *guarimberos* extremistas? Seguramente que sim. Da mesma forma, nas mobilizações governamentais PSUV– Gran Polo Patriótico participam membros dos "coletivos". Em ambos os casos seguem sendo uma minoria, o que não deslegitima as manifestações. Por isso, o discurso polarizado perde toda a coerência e expressa uma perigosa dupla moral. Ou o *Caracazo* foi uma mobilização organizada e homogênea? Por que se admira o *Caracazo* se ele não tinha direção política clara? Em nenhum momento, afirmamos que o *Caracazo* significa o mesmo que as mobilizações da MUD, mas sim afirmamos que não existe justificação para a repressão desmedida em nenhum dos casos. Nenhuma luta é pura e expressa setores muitos diversos da sociedade.

A irresponsabilidade criminosa das cúpulas da MUD

Nos últimos meses, a direção da MUD mostra-se absolutamente irresponsável. Sua ambiguidade nos objetivos das manifestações, sua ausência de análise e propostas para superar a crise econômica, social, moral; seu discurso reacionário e superficial de reduzir tudo a um "Fora Maduro" e "Não mais ditadura", tem despertado uma violência descontrolada, que se impôs no cenário nacional. Esse reducionismo, que deixa de lado a complexidade da situação e da sociedade venezuelana, cede espaço para que os setores mais radicais imponham sua agenda, estabelecendo sua forma de luta como a "única" possível e viável; enquanto isso, milhares de manifestantes pacíficos saem às ruas para lamentavelmente ser bucha de canhão da dupla violência

que se esconde por baixo da polarização.

A MUD ignora o terrível impacto da violência extrema. Da mesma forma, o governo imita essa postura com o caso dos "coletivos" armados. Nenhum dos dois se distanciam destes grupos. Não importam os responsáveis, nem importam as táticas; não importa se há um direcionamento correto ou se é necessário que morram centenas de pessoas; ao final para a MUD é "culpa do regime". Este tipo de violência só favorece a polarização das cúpulas PSUV-MUD, e busca exacerbar ânimos e emoções para somar à política visceral de ódio e enfrentamento.

Eis o que os discursos dos dirigentes mais incendiários, como María Corina e Freddy Guevara, ocultam nos debates de fundo: a crise e as condições de vida do povo venezuelano. Ao que parece, o problema não é como solucionar a escassez de alimentos e de remédios, as alternativas ao Arco Minerador e às Zonas Econômicas Especiais, o pagamento forçado da dívida externa não-auditada, os direitos sociais, os direitos sociais, os feminicídios, o estado de abandono crítico dos hospitais e o sistema de saúde, a criminalidade desatada, a mineração ilegal e a corrupção que já roubou mais de 500 bilhões de dólares. O problema é o Madurismo, a liberdade (em abstrato) e a saída de Leopoldo López do cárcere. Para eles, o problema não é o colapso do modelo rentista nem como desenvolver uma economia produtiva e soberana. O problema é o fato de Maduro ser quem está administrando a renda de maneira mafiosa.

Por isso, a direção da MUD dedica-se a impor sua agenda (no melhor estilo do PSUV). Por isso, tergiversa toda a luta político-social legítima a partir do mal-estar desumano da população, com propostas por fora do marco constitucional. Por isso, é que em vez de discutir e diagnosticar o problema da liberdade de imprensa e da necessidade da comunicação alternativa, convoca a marchar em honra da RCTV (canal plenamente parcial a favor de um setor empresarial durante décadas na Venezuela). Por isso, a cúpula da MUD é hoje

um freio objetivo para a construção de uma alternativa real de luta contra o plano de ajuste do governo.

A violência como consequência do rumo neoliberal e repressivo

Então, todo o cenário de violência deste ano não é uma causa, mas um produto de uma política equivocada do governo. Desde 2014, o governo vem aplicando um ajuste econômico contra o povo venezuelano. O aumento da desigualdade social e da pobreza[8] a partir da execução de medidas neoliberais (mencionadas anteriormente) e aceleradas com a queda do preço internacional do petróleo, somado à limitação clara de direitos democráticos constitucionais (eleições setoriais, discussão e descumprimento de contratos coletivos, militarização de empresas e instituições, postergação de eleições regionais, suspensão arbitrária do referendo revogatório, Assembleia Nacional Constituinte sem referendo consultivo, entre outros) conduziria inevitavelmente a mais violência e confrontação social. Como de fato está ocorrendo.

Reduzir o discurso a que tudo acontece a partir de uma conspiração imperialista é eludir por completo as terríveis condições de vida nas quais se encontra o povo venezuelano. Certamente, existem organismos internacionais que obedecem aos poderes mundiais e têm um caráter intervencionista, mas o capitalismo imperial está personificado em governos e burocratas, empresas transnacionais, bancos e organismos financeiros internacionais com os quais o governo tem excelentes relações a partir do pagamento da dívida externa (ilegal, ilegítima e mafiosa), as Zonas Econômicas Especiais e a assinatura

8 Cifras do ministério de Saúde corroboram que entre 2015 e 2017, houve um aumento da mortalidade infantil e da mortalidade materna, de 30,12% e 65,78% respectivamente. No mesmo sentido, cifras do INE afirmam que a pobreza extrema aumentou de 6% , no segundo semestre de 2012, a 9,3% para o primeiro semestre de 2015, enquanto que para esse mesmo período a pobreza geral aumentou de 21,2% para 33,1%.

de contratos desnecessários na Faixa Petrolífera e no Arco Minerador do Orinoco.

Outro tipo de oposição: demandas do povo e método democrático

Hoje o debate de tática, da forma e dos métodos de luta volta à baila. Um setor minoritário concluiu que o governo só pode ser derrotado com guarimbas e caos. De maneira sectária, pretendem impor uma ideia de "ditadura" clássica, apelam para o foquismo como único método válido de luta, com o discurso pírrico do "Fora Maduro", sem uma proposta de país alternativo. Nos encontramos entre dois abismos. Mas na realidade vem-se demonstrando que com guarimbas e marchas o governo não vai cair, mas que, ao contrário, se viu favorecido.

As *guarimbas* e o vandalismo afastam o grosso do povo venezuelano, o trabalhador de cada dia da luta na rua e aumenta a polarização. Acumula para a irracionalidade e para o ódio, reduz princípios éticos e humanistas. Evita o debate político e prepara um perigoso cenário de maior confrontação e derramamento de sangue.

A participação massiva do povo, com toda sua heterogeneidade, é determinante para gerar mudanças políticas contundentes. Estas não ocorrem por simples desejos, bons discursos, ou simplesmente por ter a "razão". Sem apoio popular ativo e presencial, a luta fica isolada e apartada de todo verdadeiro objetivo político.

Para incorporar a setores massivos do povo, devemos deixar de lado os velhos vícios sectários, antidemocráticos e reacionários tradicionais na Venezuela e começar a construir uma política distinta. Para incorporar a setores massivos da gente, devemos escutar o povo e começar a visualizar as lutas populares mais sentidas. Devemos deixar de refletir desejos e ações particulares para começar a refletir o sentimento e a ação coletiva.

A fim de que sejam enfrentadas as políticas de ajuste do governo e para que todos os setores sociais se somem a este enfrentamento é crucial levantar uma nova alternativa política, embasada em dois pilares fundamentais:

1) **Demandas do povo:** refletir as necessidades e lutas mais sentidas da população. Um programa amplo que contemple a múltiplos setores e suas exigências.

2) **Método democrático para discutir:**

a) As táticas e estratégias de luta na rua, submetendo-nos à vontade da maioria da população, repudiando a ação de grupos violentos minoritários;

b) As bandeiras unitárias, as medidas mínimas para por fim à crise socioeconômica que acomete o povo venezuelano, além de propostas de fundo para construir um novo projeto nacional. Para melhorar as condições de vida e recuperar os direitos sociais e políticos é necessário nos encontrarmos em espaços diversos e participativos. A saída de Maduro por si só não assegura bem-estar nem uma melhora da situação. O problema é o modelo rentista e presidencialista.

Portanto, nós, do Marea Socialista, postulamos:

- Nem MUD, nem PSUV!
- Nem "coletivos" armados nem "guarimberos" extremistas!
- Mobilização ativa e democrática!
- Construamos outro tipo de oposição!

Nós, do Marea Socialista, propomos:

• Exigimos ser consultados em tudo!

• REFERENDO CONSULTIVO PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE!

O poder constituinte reside intransferivelmente no povo. Qualquer mudança da Constituição Bolivariana deve ser consultada com o poder originário, mediante referendo. Não pode se instalar uma ANC, sem consultar o soberano se o desejo é alterar a carta magna.

• AUDITORIA PÚBLICA E CIDADÃ CONTRA A CORRUPÇÃO E A FOME

Desapareceram por desfalque mais de meio trilhão de dólares, quantidade suficiente para assegurar o consumo do povo durante vários anos sem contar com os ativos petroleiros, e portanto, sem importar o preço do petróleo.

• AUMENTO IMEDIATO DA IMPORTAÇÃO DE REMÉDIOS E ALIMENTOS – NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA!

Sacrificar o alimento e a saúde do povo para pagar a dívida aos bancos e organismos financeiros é criminoso. Dívida que não foi gerada pelo povo venezuelano e que grande parte parecia ser ilegítima e ilegal, em seu uso e proveniência, como ocorreu com a Grécia e o Equador, os quais conseguiram por em movimento processos de auditoria. Auditemos a dívida externa venezuelana e determinemos o que é legal!

• CALENDÁRIO ELEITORAL (2017-2018) E INSCRIÇÃO ABERTA DE PARTIDOS E CHAPAS

A saída da crise só pode ser alcançada com mais democracia e não com menos. O referendo revogatório foi detido de maneira autoritária e as eleições regionais foram postergadas por fora dos prazos constitucionais. Faz-se urgente o compromisso com um cronograma eleitoral, mas de todas as eleições contempladas para o período 2017-2018, com prazos definidos, além do fim da proscrição de grupos políticos mediante a abertura de inscrição de chapas eleitorais, sem critérios antidemocráticos.

A luta pela justiça social e os direitos democráticos não pertence a um só grupo nem do que lance mais pedras. É de toda a população que se sente parte dela.

“Na crise, a velha esquerda mostra suas misérias” – Entrevista com Carlos Carcione [1]

Punto de Corte/Aporrea.org

Carlos Carcione é jornalista, pesquisador e coordenador da Equipe de Pesquisa do *Marea Socialista*. Como militante internacionalista reside há uma década na Venezuela, acompanhando a experiência do processo bolivariano. É integrante da equipe da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição e membro da Plataforma pela Auditoria Pública e Cidadã que luta contra o desfalque à nação. É colunista em vários meios digitais, entre os quais se destacam *Aporrea.org, Rebelión.org, Questiondigital.com, MST.org.ar, Portal de la Izquierda*, e integra as equipes de investigação do recentemente criado Centro de Estudos da Realidade Latino-americana (CER/Latinoamericana).

Punto de Corte **– À raiz da complicada e incerta situação venezuelana abriu-se um debate naquilo que genericamente poderíamos denominar de movimento da esquerda latino-americana e internacional. À medida que a situação do país torna-se mais crítica, pareceriam atuar como referência dois setores mais ou menos claros: um defendendo o governo de Nicolás Maduro e outro questionando-o. Como você vê esta polêmica?**

O que se expressa assim jornalisticamente é para mim a simplificação interessada de uma polêmica de fundo. Quero esclarecer que o nosso olhar é a partir de uma localização como parte do processo bolivariano e não somente frente ao governo de Nicolás Maduro. Governo que um querido amigo,

1 Entrevista de Carlos Carcione a Punto de Corte/Aporrea.org (05/06/2017) sobre a atual situação política na Venezuela que republicamos nesta edição da revista *Movimento*. Disponível em: https://www.aporrea.org/ddhh/n309525.html

Santiago Arconada, batizou acertadamente de "Governo Maduro, Diosdado, Padrino"[2]. A partir do meu ponto de vista, o que está em jogo nesse debate é a posição quanto ao conteúdo das políticas do governo/PSUV, sua orientação, que setores sociais expressa, que interesses representa e quais as consequências que provocam ao país e à população. E não somente as figuras do governo, os discursos ou a apelação abusiva, excludente, à disputa geopolítica.

Falando de uma perspectiva do que se costuma chamar genericamente de "esquerda", analisando estes elementos e levando em conta o que mencionei anteriormente e à luz da proposta da Constituinte de Maduro, vemos que há dois setores com este referencial na Venezuela. Grosso modo, por um lado existem as cúpulas do PSUV-Governo-Polo Patriótico e por outro um conjunto de plataformas de luta social e política de caráter amplo e plural como a Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição, a que luta contra o Arco Minerador do Orinoco, reagrupamentos recentes de setores sindicais e de lutas das comunidades, a Plataforma pela Auditoria Pública e Cidadã, *Marea Socialista* como organização política e partidos do processo bolivariano localizados recentemente neste espaço, como UPP-89, além de destacadas personalidades. As correntes dessa esquerda que descrevo defendem propostas opostas para enfrentar o colapso do atual do modelo rentista petroleiro venezuelano.[3] Se entendemos isso e se compreendemos quais são as diferenças radicais entre elas, a polêmica torna-se mais transparente. Fica mais nítido o que uns e outros defendem.

Esta localização dentro do processo tem uma importância adicional, porque, por exemplo, *Marea Socialista* – que no último período saiu do PSUV e mais tarde se definiu primeiro por não se sentir representada nem pelo PSUV nem pela MUD para, posteriormente, se posicionar como oposição de esquerda ao governo de Maduro[4] – não renega seu pertencimento ao processo bolivariano, nem tampouco faz isso um grupo de ex-ministros de Chávez[5] ou o heterogêneo movimento denominado pelos meios como "chavismo crítico". Pelo contrário: as críticas, as advertências, as propostas e as políticas que vêm se desenvolvendo tanto por parte de *Marea* como por estes outros espaços se fazem a partir da defesa consciente, ou seja, crítica dos avanços e/ou conquistas econômicas, sociais e políticas do processo. Entre eles, a Constituição de 99 e outros triunfos que estão sendo atacados ferozmente pelo governo.

Enquanto isso, o setor que nomeamos anteriormente e aqueles que o apoiam do exterior, com o seguidismo incondicional e automático ao presidente, não questionam as políticas que o governo está levando adiante nem a própria Constituinte, expressando – tacitamente, às vezes, e explicitamente em outras – a aprovação dessas políticas.

***PC* – Poderia esclarecer quais são essas diferenças existentes entre esses dois setores tanto na Venezuela como internacionalmente?**

Em termos esquemáticos, essas diferenças giram ao redor do brutal *crack* econômico que estamos vivendo, do pronunciado retrocesso com fortíssimos traços autoritários do sistema político.

2 Nicolás Maduro, presidente; Diosdado Cabello, deputado, primeiro vice-presidente do PSUV e cabeça do segundo grupo de poder mais importante deste trio; Vladimir Padrino, ministro da Defesa e chefe da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB).

3 É bom esclarecer que estes dois setores com todos os matizes e diferenças em cada um deles não são apenas nacionais. Eles têm também expressão internacional.

4 Para deixar taxativamente estabelecido que não tem nada a ver com a oposição de direita organizada na MUD.

5 As personalidades mais destacadas deste grupo são, entre outros, Héctor Navarro, ex-ministro de Educação e de Energia Elétrica; Olly Millán Campos, ex-ministra de Economia Popular, de Comunas e Movimentos Sociais; Gustavo Márquez Marín, ex-ministro do Comércio Internacional e ex-embaixador na Colômbia; Ana Elisa Osorio, ex-ministra do Meio Ambiente. Além deles, outras destacadas personalidades como o major-general Cliver Alcalá Cordones, os professores Edgardo Lander, Esteban Emilio Mosonyi e Freddy Gutiérrez Trejo, e lutadores sociais como Santiago Arconada.

Ambos devem se consolidar e aprofundar com a Constituinte e com as contrarreformas tremendamente regressivas nas políticas sociais. Tratarei de sintetizar, brevemente, a que me refiro.

No campo econômico, podem ser vistos dois períodos claros do governo de Nicolás Maduro. Um primeiro momento, de ajuste macroeconômico gradual, que fracassa estrepitosamente. Este momento podemos localizar no tempo entre a desvalorização de fevereiro de 2013, um mês antes da morte de Chávez, e o segundo semestre de 2014, quando foi sancionado um primeiro pacote de Leis Habilitantes, uma tentativa de ajustar o gasto fiscal e de rebaixar investimento social nas *Misiones*; a redução das importações; redução do nível salarial real, via estímulo do processo inflacionário. Fracassa essa política que tem uma clara tendência regressiva, de contrarreformas econômicas, haja vista que o ajuste recai fundamentalmente sobre as rendas e a possibilidade de acesso a bens básicos das famílias trabalhadoras e dos setores mais despossuídos.

E fracassa entre outras razões porque não só não ataca, como aprofunda o padrão mafioso de acumulação rentista[6], que se assenta na fuga delitiva de capitais, por meio de dois mecanismos financeiros fraudulentos: as manobras ilegais com a atribuição dos dólares petroleiros para as importações, para as grandes obras ou grandes contratos ou convênios internacionais; em segundo lugar, o manejo especulativo, ilegítimo, da dívida soberana da nação e da dívida do PDVSA, inclusive da dívida interna, que segundo já se demonstrou é uma dívida externalizável. Os mecanismos deste endividamento, segundo um estudo em profundidade de Oly Millán Campos e Paulino Núñez[7] , com os quais compartilho assento na Plataforma pela Auditoria Pública e Cidadã, levam-na a níveis que estariam

6 Este padrão que se inicia com a exploração petroleira cruzou todo o período de governo do processo bolivariano e não foi desmontado até a atualidade.

7 "Situación Actual de la Deuda de Venezuela como expresión de un modelo económico de extracción delictiva de capitales". Disponível em https://www.aporrea.org/economia/a245302.html.

na ordem de 80% do PIB. Estes mecanismos tornam tal dívida, como bem insiste Paulino toda vez que pode, numa dívida sobretudo ilegítima e odiosa.

Não obstante todas as advertências sobre isso, o governo paga pontualmente cada vencimento, reduzindo importações, o que está provocando a aguda situação de escassez em alimentos e medicamentos que nos tem colocado à beira da crise humanitária. E comprometendo seriamente o futuro da nação[8]. Ao invés de aceitar a proposta que fizemos de Auditoria Pública e Cidadã a fim de que Maduro emule a atitude de Correa em relação à dívida do Equador, o governo obstina-se a pagar sem nenhum tipo de investigação nem auditoria independente. E já se foram dilapidados desta maneira 60 bilhões de dólares em três anos. Não nos cansaremos de insistir que ele está pagando esta dívida ao custo da fome, literalmente falando, do povo venezuelano, porque o valor destinado para o pagamento da dívida é abatido das importações essenciais.

O segundo período que destacamos começa no final de 2014 com a sanção de uma nova Lei Habilitante que permite ao presidente governar por decreto. Estas leis habilitam a criação de Zonas Econômicas Especiais, onde não vigora a legislação venezuelana. Toma forte impulso a partir da queda dos preços, sobretudo, no início de 2016 com os chamados 15 motores da economia produtiva, apresentados como um plano de superação do rentismo petroleiro, quando o que na realidade fazem é ampliar de maneira colossal a fronteira extrativista e a primarização da economia do país. Do "motor mineiro" com o Arco Minerador do Orinoco, do "motor energético" com a abertura total

8 Ultimamente, hipotecou-se o capital acionário de CITGO, subsidiária da PDVSA nos Estados Unidos, empresa que conta com refinarias aptas para o cru pesado venezuelano e uma rede de 17000 bombas de gasolina, cerca de 49% como garantia para um empréstimo de um Fundo Abutre e com a petroleira russa russa Rosneft, outro 50%. Esta operação foi realizada para obter liquidez a fim de pagar a dívida. E a chave de ouro, por ora, é a venda, a preço de banana, por parte do BCV de bônus da PDVSA, que não estavam no circuito financeiro internacional, para a *Goldman Sachs*, banco do qual foi executivo o atual Secretário de Tesouro de Trump.

da faixa petrolífera, passando pelo "motor florestal" e até o "motor turístico", estão transversalizados por uma política de abertura feroz ao capital transnacional.

Sobre nada disso se pronuncia a velha esquerda que apoia incondicionalmente Nicolás Maduro. Nem explicam por que razão seria necessário este plano, nem se é conveniente, nem tampouco se eles ouviram ou leram algum questionamento sobre o mesmo. Sequer fazem propostas alternativas. Neste terreno predomina o silêncio, um silêncio cúmplice, como se nada disso existisse, como se a realidade estivesse congelada no ano de 2012. A única coisa que falam é sobre a chantagem, a extorsão e a guerra econômica do imperialismo, algo que nós não desconhecemos, mas que não teria nem a décima parte do impacto atual, caso não se apoiasse nesta política de entrega e no padrão mafiosos de acumulação de capital que existem desde muito antes e que o governo Maduro organizou e disparou exponencialmente até chegar aos níveis de saqueio atual do país. Como escreve Oly Millán em seu artigo, "Es la Economía Estúpido…"[9], a Constituinte tem entre outros objetivos dar suporte jurídico para esse modelo.

***PC* – Quais são, para você, as contrarreformas nas políticas sociais?**

No tocante às políticas sociais, esta esquerda em solidariedade automática com o governo continua utilizando as estatísticas de 2012-2013, as últimas publicadas de maneira completa, fazendo isso de forma global. Essas estatísticas dizem respeito a um país que já não existe. Aferram-se a esses números porque, uma vez reconhecida a realidade atual, grande parte de sua argumentação se desvaneceria. O que realmente sucede é que onde havia mercados populares como Mercal ou PDVDAL, nos quais grande parte da população podia obter alimentos de relativa qualidade a preços subsidiados, hoje apenas existe um sistema de distribuição estatal porta a porta, os CLAP, que até agora regularizou um número muito baixo de famílias que apenas podem ter acesso a essas caixas ou bolsas, uma vez a cada 50 dias. Onde havia um sistema nacional de atenção médica primária, elogiado por todos, os Barrio Adentro, nos quais se realizava diagnósticos, se faziam estudos elementares e até de certa complexidade, se entregavam medicamentos necessários de modo gratuito, hoje há terra arrasada, com equipes inoperantes, sem remédios, sem possibilidade de fazer os mais básicos estudos, com uma infraestrutura sem manutenção à beira do colapso. Onde havia casas de alimentação nas zonas mais vulneráveis, organizadas para que os que necessitavam comer o fizessem sem custo, sustentadas pelo trabalho voluntário e solidário de donas de casa dos bairros, já faz muito tempo que não chegam nem os ingredientes para cozinhar, o que provoca um fenômeno desconhecido na Venezuela Bolivariana: há cada vez mais cidadãos comendo o que se revira do lixo. Uma longa lista de políticas sociais, exitosas durante anos, seguem o mesmo caminho e hoje estão desaparecidas. O mesmo sucede com toda a legislação progressiva, como, por exemplo, a Lei Orgânica do Trabalho. Ficam no papel, que aceita tudo, mas não se aplicam. Para não falar do salário que era um dos melhores na América Latina e já está nos patamares do Haiti. Enquanto isso, o grande capital local e estrangeiro recebe benefícios insultantes de todo o tipo.

Frente a isso, aquela esquerda prefere não ver a realidade, olha para outro lado e repete as velhas estatísticas, os velhos avanços e conquistas, há muito tempo desmentidas pelos quilogramas perdidos pelo que os venezuelanos batizaram de "dieta de Maduro". O maltrato, a perseguição aos setores mais oprimidos e o ocultamento criminoso de toda a informação impedem hoje que se conheça sequer qual é o orçamento da nação,

9 "Es la economía estúpido… Lo que está detrás de la Asamblea Constituyente", por Oly Millán Campos, economista e ex-ministra de Chávez. Disponível em https://www.aporrea.org/economia/a246950.html.

assunto que se converteu num segredo guardado a sete chaves.

***PC* – O que você chama de forte tendência autoritária no sistema político?**

Faz aproximadamente dois anos que se desenvolve por parte do governo, eu diria como política de Estado, um processo de desmantelamento de direitos e garantias estabelecidos na Constituição de 99. Supressão de direitos políticos e sociais, eliminação em grande parte do território nacional de direitos econômicos e eliminação de soberania. Suspensão, criação de obstáculos e eliminação de eleições sindicais, estudantis, de instituições autônomas, como as universidades, e de cargos políticos como os pleitos regionais para governadores, eliminação efetiva do direito ao Revogatório. Como observa Edgardo Lander numa recente entrevista: "Creio que, depois das eleições parlamentares de 2015, o governo parece assumir que sua continuidade no exercício do poder não é possível nem apelando para a votação popular nem respeitando a Constituição"[10].

Aqui não vou descrever o crescimento, também exponencial, da violência policial do Estado por fora dos protestos, em relação, por exemplo, à política das OLP[11], operações de limpeza e extermínio da denominada pela imprensa *"hampa común"*, contra toda norma legal e humana.

Esta tendência autoritária vem de antes e tem um marco importante com as fracassadas resoluções 155 e 156 do TSJ (Tribunal Superior de Justiça) nos finais de março – resoluções que configuraram um mini autogolpe, mas que tiveram de ser "revisadas" pelo rechaço nacional e internacional

10 "La Constituyente nos lleva a un punto sin retorno", por Edgardo Lander. Disponível em https://www.aporrea.org/ddhh/n309163.html.

11 OLP. (Operação de Libertação do Povo), política policial que consta de entrada nas zonas das grandes cidades para deter, reprimir e até assassinar, sem nenhum tipo de respeito pelas garantias constitucionais e legais mínimas.

que provocaram[12]. Ela tem-se acelerado desde o momento em que começaram os protestos em abril de 2017. Há dois trabalhos recentes que descrevem e avaliam corretamente a situação em que já foram produzidas 60 mortes no decorrer das manifestações[13]. Mas talvez o símbolo mais contundente do aprofundamento desta tendência é a atuação contra todo tipo de princípio legal de tribunais militares para o julgamento sumário de civis, além da utilização de prédios militares para a detenção desses civis condenados pelos tribunais militares. A Constituinte está desenhada, segundo os objetivos que lhe atribuem os porta-vozes oficiais, para consolidar o autoritarismo.

Vamos insistir neste ponto em que é evidente que existem do lado da MUD setores que aproveitam o clima dos protestos para desenvolver ações foquistas. Estes grupos, que sem dúvida recebem financiamento e até treinamento dos Estados Unidos ou do uribismo, não buscam uma saída democrática nem eleitoral para a crise, mas a liquidação do chavismo. Mas isso, que com certeza repudiamos, de nenhuma maneira pode justificar a eliminação efetiva do direito ao protesto e de direitos humanos elementares, nem muito menos a repressão desproporcional e indiscriminada dos protestos por parte do Estado.

Neste caso, ocorre o mesmo que nos anteriores. Essa esquerda, que responde com mecanismos de alinhamento automático com o governo Maduro, carrega as tintas no papel "terrorista" das ações foquistas e livra a responsabilidade do Estado no tratamento repressivo dado aos protestos. Chegando ao caso extremo de Atilio Borón, sociólogo argentino prestigiado, que num artigo recente aconselha o presidente Maduro a "*aplastar*"[14] alguns não identificados "terroristas".

12 O fato mais destacado deste rechaço foi a declaração da Procuradora-Geral da República, Luisa Ortega Díaz, assinalando que essas Resoluções rompiam o fio constitucional.

13 "Balance hechos violentos: del 6 de abril al 25 de mayo" https://www.aporrea.org/actualidad/a247131.html, por Keymer Ávila; ¨Represión y violencia ¿Qué está pasando?¨ https://www.aporrea.org/actualidad/n308819.html, por Marea Socialista Caracas.

14 "Venezuela sumida en la guerra civil", por Atilio Borón https://www.aporrea.org/tiburon/a246559.html.

Este "*aplastar*" é um termo que no contexto do artigo pode ser lido como um "extermine".

Por isso, onde essa velha esquerda exige cerrar fileiras incondicionalmente com uma suposta "direção revolucionária" frente às ameaças imperialistas, nós exigimos a aplicação de políticas claras de ruptura com a dominação do capital financeiro, começando pela suspensão do pagamento da dívida. E denunciamos todas aquelas políticas que consolidam a dependência ao sistema do capital, depredam o ambiente, eliminam a soberania, desmontam as conquistas sociais, econômicas e políticas do processo, consolidam o rumo de capitulação do governo ao imperialismo e abrem as portas a uma ingerência ou intervenção estrangeira ainda superior. Quatro anos depois de iniciado este período já não se pode falar de erros. Ao contrário, para nós, o governo "Maduro, Cabello, Padrino" desenvolve uma política planejada, com a esperança de namorar com esses setores concentrados do grande capital.

À diferença da confusão instalada pelos setores de esquerda que apoiam incondicionalmente Maduro ou que timidamente fazem reclamações parciais e exigem uma mudança limitada de política, nós não depositamos nenhuma confiança nessa cúpula do PSUV/governo e, por isso, estamos empenhados na construção de uma nova referência ou alternativa política anticapitalista, ecologista, feminista, que recupere as chaves democráticas, anti-imperialistas e bolivarianas do Processo e que lute por aprofundá-las.

***PC* – A Constituinte não seria um canal de saída para a crise? Não poderia deter a escalada de violência e abrir uma rota de diálogo, estabelecendo regras do jogo que todos aceitem?**

Antes de responder sua pergunta, é necessário fazer uma caracterização do momento atual. E responder por que, pelo meu ponto de vista, a resolução da crise só pode ser favorável ao país e ao povo que vive do seu trabalho com mais democracia, e não com mais autoritarismo. Mais democracia quer dizer neste momento recuperar a vigência da Constituição de 99. Hoje precisamos optar entre a proposta de Constituinte fraudulenta de Maduro e a guerra civil/esmagamento que propõe Borón – sabendo que estas duas opções buscam o estabelecimento de um sistema autoritário para poder consolidar o modelo de entrega que venho apontando – ou pelo oposto, a recuperação da vigência da Constituição de 99, a realização das eleições regionais e municipais com um claro cronograma para a eleição presidencial, tudo isso com plenas garantias de participação política para todas as expressões do pensamento político nacional, sem exclusões nem proscrições.

Creio também importante fazer outra definição. A caracterização da atual confrontação entre as cúpulas, diferentemente do período 2002-2003, contra aquilo que sustenta a cúpula do governo, repetindo e adornando com rios de tinta os intelectuais que respaldam Maduro fora do país, não é uma luta entre os setores populares contra os oligárquicos. Ao contrário, é uma luta por definir qual das cúpulas se garante no próximo período no controle do Estado para administrar e distribuir a renda. São dois setores das elites, um tradicional e outro emergente, subordinados ao capital financeiro internacional. E nenhum dos dois setores é democrático, ambos têm claro que necessitam um sistema político completamente autoritário para conseguir aplicar a contrarrevolução econômica em curso e as contrarreformas que acabam com os avanços políticos e sociais alcançados, com todas suas deficiências e limitações, no período de Chávez. Porque como disse a companheira Oly Millán no artigo que citei antes: "Mas também, essa história petroleira tem outra característica muito *sui generis* – em cada processo de *boom* petroleiro, produz-se um reacomodamento dos grupos de poder, ou seja, alguns caem em desgraça, enquanto outros

se fortalecem e novos emergem". Hoje, no declínio do *boom* petroleiro e num momento de colapso do modelo, há uma guerra de rapina entre estes dois setores das elites.

Neste contexto, outro objetivo da Constituinte é que a cúpula hoje no controle do poder estatal – ameaçada de perder todos seus privilégios, como castigo pela política antipopular e antinacional que vem aplicando nos últimos quatro anos – tenta retê-lo por intermédio de uma nova assembleia constituinte, cuja convocatória é espúria e suas bases comiciais são claramente ardilosas, sem necessidade de revalidar seu mandato em nenhuma eleição universal, na qual, sem dúvida, conforme todas as pesquisas, sairia derrotada.

Nestas condições, a Constituinte não é uma arma de Paz, como diz a cúpula PSUV/governo, mas ao contrário é a arma com a qual se pretende construir um regime autoritário. As eleições regionais oferecidas para dezembro ou o próprio referendo que indicou que Maduro requereria uma nova Constituição são apenas a máscara para maquiar de falsa amplitude democrático um embuste. Uma vez não sendo arma da paz, o enorme perigo que encerra ao ser realizada é que termine se transformando em alavanca com a qual a atual escalada de violência polarizada pelas cúpulas – da nova elite que controla o Estado e a antiga elite que se crê pronta para recuperar esse controle – abra a porta para um conflito civil de consequências imprevisíveis.

Contudo, a convocatória abriu outra porta, inesperada pela cúpula do PSUV, pela qual se começou a expressar com força o rechaço de uma parte importante do chavismo. Militantes, deputados e dirigentes médios do partido, funcionários atuais, ex-funcionários, intelectuais e acadêmicos (e muitas informações assinalam que até uma parte substantiva das forças armadas) rechaçam com sólidos argumentos a manobra antidemocrática. Com este setor coincidimos num ponto essencial: o único caminho democrático, e que portanto não pode ser sequestrado pelas cúpulas que instigam a violência, é a luta pela recuperação da vigência da Constituição de 99. Nisso estamos, enquanto a velha esquerda, em sua decadência, com sua alienação e disciplina automática – com um governo que rompeu com o processo que o levou até ali – segue mostrando ao mundo todas as suas misérias.

“As lutas estão dando um salto no mundo” – Entrevista com Tito Prado

Bernardo Corrêa [1]

Se certa vez o intelectual socialista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) escreveu que “nada importa, na história, o valor abstrato de uma ideia, mas sim seu valor concreto”[2], a ideia do socialismo tem em Humberto “Tito” Prado um de seus maiores colaboradores para que permaneça com plena validade. Militante pela causa revolucionária desde os tempos de juventude, Tito Prado carrega quase cinco décadas de distintas batalhas travadas sob a tradição trotskista para a direção nacional do *Movimiento Nuevo Perú* (MNP), novo partido da esquerda peruana que reúne, entre outras correntes, seu *Movimento Por la Gran Transformación* (MPGT) e a ex-presidenciável Verónika Mendoza, a terceira mais votada nas eleições de 2016 com 18% dos votos.

Nas duas horas de conversa autobiográfica que a revista *Movimento* realizou com Tito, pudemos tomar contato com parte da história viva e plenamente ativa da esquerda anti-imperialista latino-americana. Nosso entrevistado foi um daqueles jovens estudantes dos rebeldes anos 60 que largou tudo para se juntar ao chamado de Che em prol da revolução internacional. Tito, no entanto, não incorreu no erro de absolutizar a tática guerrilheirista, inconforme com a realidade social peruana. Internacionalista, compreendeu com seu maestro argentino Nahuel Moreno a importância de enxergar a totalidade do movimento revolucionário socialista a fim de transformar o Peru, nunca aposentando o método da organização e mobilização da classe operária e demais setores explorados e oprimidos para o futuro de sua estratégia. E é com essas perspectivas que ele

1 Sociólogo e dirigente do MES, militando no Peru para contribuir com a construção do *Movimiento Nuevo Perú*.
2 MARIÁTEGUI, “La Libertad de la enseñanza”, In: *Mundial*, Lima, 22 de maio de 1925

impulsiona uma coluna de jovens quadros revolucionários que está se forjando no Peru pós-Ollanta Humala, ex-nacionalista cuja rendição ao receituário neoliberal foi logo denunciada pelo MPGT de Tito Prado.

Evidentemente, um dos enfoques da entrevista é o balanço histórico de sua experiência com Hugo Blanco – outro militante incansável da revolução peruana, também entrevistado por nossa revista na edição n. 4 e que seguiu outras vias de ativismo. Além de reconstituir os desacertos políticos com Blanco, Tito Prado rememora a coleção de triunfos e tropeços – dos quais ele não se isenta – cometidos pela vanguarda peruana neste quase meio século transcorrido, sem se esquecer de intervir energicamente nas questões presentes que se impõem aos socialistas de nossa época.

***Movimento* - Em que contexto tu começaste a militar? Que idade tinhas e como foi?**

Comecei com as grandes mobilizações juvenis, em particular estudantis, que se deram no mundo no ano de 1968. Eu tinha 18 anos. Estavam acontecendo grandes mobilizações na França, na Argentina e no México. Havia também a luta dos jovens contra a Guerra do Vietnã. Eu sou dessa geração. De um setor da juventude que se radicalizou ao ver estes movimentos que convulsionaram o mundo. Sou parte dessa onda de radicalização da juventude naqueles anos. Como muitos da minha geração, nos perguntávamos por quê? O porquê da Guerra do Vietnã, o porquê destas mobilizações que convulsionaram a França e a Europa, o porquê das ditaduras na América Latina... A partir dessas perguntas, começamos a tomar consciência de que algo não ia bem no mundo. E também em nosso país. Desde a época do colégio, eu era admirador da luta de Hugo Blanco e da luta camponesa que ele encabeçou em Cuzco. Parecia-me formidável que ele

fosse a expressão dessa luta tão importante, porque existia no Peru o gamonalismo[3] e a opressão ao índio. Coisas que eu aprendi a partir de algumas leituras. E ele encarnava tal luta em carne e osso. Então, sentia-me, de alguma maneira, parte deste processo e das lutas que se desenvolviam no Peru. Eu estudava arquitetura, na Universidade Nacional de Engenharia (UNI), era um dos mais jovens da minha turma e optei por assumir um compromisso com todas estas causas.

Algo que marcou uma atitude mais militante foi conhecer o que tinha acontecido na Revolução Espanhola. Apesar de serem acontecimentos muito anteriores, ali pude ver o valor de um povo em luta, a capacidade de transformar a realidade e a tragédia que significou o stalinismo, não só para a Espanha, mas para outros países. Demorei em assumir um compromisso partidário porque sentia que era perder, em alguma medida, a liberdade. Ainda pesa em um jovem dessa idade o individualismo, né? Contudo, pesaram mais as lutas que se desenvolviam no meu país. Naqueles anos governava Velasco Alvarado, um regime militar, que implantou uma série de reformas muito importantes de caráter nacionalista, mas, claro, a partir de um poder burocrático por meio do Estado, o que gerou grandes mobilizações operárias. Eu, já militante da FIR – grupo de Hugo Blanco no qual ingressei – optei junto aos jovens estudantes por militar nas fábricas. Durante 10 anos, militamos em diferentes greves e isso foi decisivo na formação de nossa organização.

3 O gamonalismo formou-se na América Hispânica no início do século XIX como parte da concepção sobre a propriedade senhorial da terra e paralelamente ao processo de formação do latifúndio *criollo*. Em 1824, Bolívar expediu um decreto no qual passou a propriedade de terras aos indígenas e reservou ao Estado áreas de cultivo comum. Mas, com o passar do tempo, esta iniciativa inspirada nas melhores intenções se distorceu e a propriedade da terra foi consolidando-se nas mãos dos grandes latifundiários brancos e mestiços que compraram a preços baixíssimos a parte dos índios. Segundo Mariátegui, o gamonalismo peruano *"no designa sólo una categoría social y económica: la de los latifundistas o grandes propietarios agrarios. Designa todo un fenómeno. El gamonalismo no está representado sólo por los gamonales propiamente dichos. Comprende una larga jerarquía de funcionarios, intermediarios, agentes, parásitos, etc. El indio alfabeto se transforma en un explotador de su propia raza porque se pone al servicio del gamonalismo. El factor central del fenómeno es la hegemonía de la gran propiedad semifeudal en la política y el mecanismo del Estado"* ("7 ensayos de interpretación de la realidad peruana", 1928).

Porque algumas outras formações priorizavam o trabalho popular, camponês ou estudantil. Nós fomos uns dos poucos que se dedicaram à militância no movimento operário num período em que havia grandes lutas operárias.

Esse processo culminou na greve geral de 1978, fato que paralisou o país por completo e levou à retirada da ditadura militar do sucessor de Velasco, encabeçada por Morales Bermúdez. Foi uma luta dirigida pelo movimento operário, no qual nos construímos durante estes anos. Foi uma vitória relativa: a ditadura teve que sair, mas lamentavelmente tivemos mais de 5 mil dirigentes operários despedidos. Cortaram a cabeça do movimento operário, mas politicamente a esquerda capitalizou esta vitória contra a ditadura e, nas eleições à Assembleia Constituinte de 1978, apresentou distintas chapas. A nossa, encabeçada por Hugo Blanco (era a terceiro na lista da FOCEP), ficou em terceiro lugar nas eleições gerais com 15% da votação que era muitíssimo! Nunca a esquerda tinha conseguido esta votação e conseguimos eleger, com a FOSEP, 13 deputados constituintes. Entre eles o próprio Hugo, Enrique Ferrnandez Chacón e outros. E de fato ganhamos a liderança da esquerda, frente aos grupos maoístas ou stalinistas que ficaram pelo caminho. A FOCEP foi um instrumento de classe, tanto que seu nome era Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular. Pretendia apresentar uma alternativa do movimento operário e popular frente às diferentes variantes da direita naquele momento. Posteriormente, em 1980, justo quando era necessário intervir nas eleições gerais se ensaia uma frente eleitoral do conjunto da esquerda chamado ARI[4] (Aliança Revolucionária de Esquerda) que, uma vez mantida teria mudado a história. Quem a encabeçava era Hugo Blanco, unindo toda a esquerda ou quase toda, com uma altíssima intenção de votos. Mas, por distintas causas e distintas responsabilidades

4 Ari, em quéchua, também significa algo como "Sim, podemos!".

(que inclusive nos toca, apesar de não havermos estado na ARI), se dividiu. E, já nos anos 80, o papel eleitoral da esquerda foi negativo, muito fracionado. Nós mantivemos uma frente (Frente dos Trabalhadores ao Poder) que obteve 4% dos votos. Não foi mal, mas se perdeu a grande oportunidade de uma frente que aglutinava toda a esquerda, que poderia ter disputado o primeiro ou segundo lugar.

***M* – Gostaria que falasse um pouco do PST e a colaboração com outros dirigentes como Ricardo Napurí, Enrique Fernandez e outros.**

Bem, Napurí foi o dirigente mais importante do grupo lambertista que se chamava POM-R, Partido Operário Marxista Revolucionário. Eles foram da FOCEP, portanto compartilhamos essa experiência notável que se deu no Peru. Mas depois da vitória, eles desenvolveram uma política muito voluntarista. Agitavam greve geral quando já não havia mais condições para isso, propunham construir uma organização dentro da FOCEP com 20 mil filiados, quando a ruptura da LIT já tinha nos golpeado muito. Entretanto, conseguimos trabalhar em conjunto, apesar destas diferenças, e nos unimos em uma única corrente internacional. Na França, ocorreu esta unidade entre a nossa corrente (Fração Bolchevique) e a OCI de Lambert. Isso nos levou a processar a unidade de nossas organizações no país. Nem todos os membros do POM-R entraram em acordo com o PST. Alguns ficaram pela metade do caminho. Quando houve uma crise dessa unidade internacional, Napurí e um contingente de seus companheiros finalmente entraram no PST e atuamos juntos durante alguns anos. Napurí era um dos líderes de esquerda mais importantes do Peru. Antes, ele havia sido militante de outra organização que se chamava Vanguarda Revolucionária, junto com Javier Diez Canseco, Ricardo Letts, Edmundo Murrugarra, uma organização de característica centrista,

com grande simpatia pelo castrismo. Justamente por este caráter centrista, a VR rompeu. Napurí formou, então, o POMR e participou conosco da FOCEP, sendo sem dúvida um dos grandes dirigentes da esquerda peruana.

***M* – Poderias falar um pouco da tua experiência com o morenismo? Como entraste na corrente e como se desenvolveu tua trajetória.**

Quando eu decidi ter uma atitude militante, isso levou a romper com minha família, inclusive com meus estudos universitários. Eu compreendia que era um compromisso de vida e estava disposto a tudo para que se pudesse levar adiante a revolução também no Peru. Um pouco estimulado pelo triunfo da Revolução Cubana e pelo processo de grandes lutas em todo o continente. Nesse período, todos pensávamos que a revolução no Peru estava mais perto, coisa que não aconteceu. Então, o primeiro passo era ter uma atitude militante. Entretanto, o segundo passo era: qual localização internacional tu tens? Então, chegou às minhas mãos um texto de Moreno, polêmico com Che Guevara, no qual reivindicava o caráter revolucionário de Che e o conceito que tinha da revolução na América Latina, do caráter socialista que ele atribuía à revolução latino-americana, sua ruptura com a tese de que seria um processo pacífico. Ao mesmo tempo, divergia de Guevara e sua defesa do caráter foquista[5] da revolução. Moreno, ao mesmo tempo em que discordava da estratégia de construção de focos guerrilheiros no campo que Che atribuía ao processo revolucionário, reivindicava a experiência de Hugo Blanco de colocar ênfase em duas estratégias: a mobilização e organização permanente do movimento de massas e a construção de uma direção revolucionária. Estas teses me pareceram que definiam o contexto, naquele momento na América Latina. Portanto, optei por seguir de perto o processo de Moreno, do partido argentino e de outras organizações afins. E optei por viajar para conhecer estes processos no ano de 1971. Foi minha primeira viagem internacional! [risos]. Não sei como consegui a passagem, mas fui. Para tomar contato com Moreno e com sua corrente. A partir daí me identifico plenamente com o morenismo, como uma continuidade do trotskismo, como uma luta por construir uma Internacional e, especialmente, estimular e propugnar uma revolução no continente latino-americano. Desde então, sou parte dessa corrente.

***M* – O partido sofreu muitos golpes, especialmente por ser o partido de Hugo Blanco. Tu estiveste em muitos destes momentos. Como foi e como superaram cada momento difícil?**

Depois das mobilizações camponesas, Hugo Blanco é condenado a 25 anos de prisão. Antes, o promotor tinha pedido a pena de morte e uma campanha internacional lhe salvou a vida. Sua prisão marca o fim desta experiência. Muitos quadros que tinham sido parte desta experiência acabaram presos, perseguidos ou cansados. Sua prisão marcou uma derrota. Não de seus ideais ou de seu programa, mas desta experiência, porque ficou isolada, não se difundiu em escala nacional, não empalmou com o movimento operário e popular das cidades. Por um lado, o governo respondeu à revolução camponesa com repressão. Por outro, respondeu com a implantação de uma reforma agrária. Acalmou as coisas. pelo menos nesta zona [Convención e Lares]. Então, a partir deste ano, o que primou foi a defesa de Hugo, a defesa dos companheiros presos.

5 Centrado na estratégia de construção de focos insurrecionais ou guerrilhas no campo. De acordo com Che: "1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. 2) Nem sempre há que se esperar que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las. 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo" (GUEVARA, *Guerra de Guerrilhas*, 1982, p. 13).

Quando eu ingresso nessa organização, ela se encontrava dizimada. Assisti a um congresso na clandestinidade, no qual havia cerca de 70 companheiros (basicamente de Cuzco). A opção majoritária foi de seguir a política que emanava do IX Congresso da [IV] Internacional. Inclusive com o voto de Hugo de dentro da prisão, o Congresso apoia a tese segundo a qual se deveria seguir a linha do ERP argentino e do POR da Bolívia, quer dizer, seguir as teses da guerrilha urbana. Então, eu lembro que junto com um punhado de companheiros, todos novos no partido, decidimos votar contra esta orientação, indo contra o voto de Blanco. Na saída do Congresso, nos perguntávamos o que faríamos. Porque decidimos não seguir a linha guerrilheirista e ficamos sós! Aí decidimos fazer duas coisas: uma, visitar Hugo Blanco, para quem dissemos o tanto que nos alarmava ele ter votado uma política diferente de sua experiência. Hugo nos confessou que não tinha lido bem o documento, reconheceu que havia se equivocado e que não concordava com essa tese. Nos propôs formar a comissão reorganizadora da FIR. Esse foi um acordo. O segundo acordo foi ir à Argentina, conhecer Moreno. E essas duas coisas deram origem a nosso grupo, que inicialmente se chamou comissão reorganizadora da FIR sob a bandeira de reivindicar o método da mobilização de massas e da construção do partido contra as teses guerrilheiristas que não somente haviam entrado na FIR, por impulso da IV Internacional, mas que também estavam muito generalizadas na vanguarda de esquerda no Peru.

Esta é uma definição importante, neste momento o grande perigo não era o oportunismo, o grande perigo era o ultraesquerdismo. Tu me perguntavas sobre as dificuldades que tivemos na construção. Passamos de tudo. Momentos de repressão, de prisão, mas do ponto de vista político, um problema que muito nos afetou é que Hugo sempre foi contraditório para a construção do partido. Porque a política que nós reivindicávamos ajudava nossa construção, mas quando ele saiu da prisão

todos achávamos que era a oportunidade para deslanchar. Porém, ele não ajudou, infelizmente. Vou te contar uma história muito concreta: se não me engano ele saiu em 1973, quando já tínhamos alguns anos de militância, um núcleo forte em Lima, muitos quadros, sobretudo estudantis, ganhos entre os secundaristas, e muitos operários, ganhos nas greves. Então, Hugo livre, para nós, era "a" oportunidade! Ele foi recebido num coliseu cheio, demasiadamente cheio, pela gente que o considerava seu líder. Ou seja, Hugo era de massas. Por quê? Porque foi o líder camponês, porque nunca se dobrou, porque convocou a greve geral contra a ditadura, enfim, uma série de circunstâncias que fizeram dele um líder de massas. Nós, ainda um pequeno grupo, víamos que sua liberdade era a oportunidade para crescer. Assim parecia, pois cada convocatória, cada atividade com ele era multitudinária. Nas universidades, faltava espaço nos salões, ficava gente do lado de fora. Nisso, aproximamos muita gente, mas, neste contexto, estourou uma greve nacional dos professores e ele optou por ser parte das ações de rua desta greve, contra nossa opinião, contra a opinião de nossa pequena direção. Dissemos a ele que isso era colocar em risco sua liberdade e, portanto, colocar em risco a organização. Mas ele colocou à frente seu critério de que tinha que estar, como sempre, nas lutas. Como resultado, o descobriram e o deportaram. Ficamos um longo período sem nosso principal dirigente, um processo de construção que foi abortado a partir de uma decisão que foi imposta por sua personalidade, mas que não era compartilhada pelo grupo como um todo.

Posteriormente, quando triunfa a FOCEP, Hugo retorna. E nós – que havíamos dito que o principal dirigente da FOCEP, Genaro Ledesma, um advogado de esquerda, recentemente tinha ido a Cuba e voltava com uma linha diferente – alertamos Hugo de que era necessário modificar a direção da FOCEP e que ele, o responsável por receber uma abrumadora maioria dos votos, passasse a ser o representante e não Ledesma. E ele se negou,

disse que "não, Ledesma tem que seguir como presidente". Hugo não levou a sério nossas advertências e, depois, Ledesma consumou um acordo com setores militares e, se não me engano, com o PC também. Logo a FOCEP é rompida e Hugo Blanco fica sem a Frente, sendo o principal líder, sendo o mais votado! O resultado foi que perdemos a FOCEP. Isso foi um desastre político e também um fator de ruptura entre nós. Ele rompeu com o PST e formou o PRT. Qual era a principal diferença de ambas as políticas? O PRT se orientava para formar um partido centrista, em unidade com Vanguarda Revolucionária e outros grupos de esquerda, sob a tese do Secretariado Unificado da IV, de que naquele momento havia uma nova vanguarda nos partidos centristas. Já nós víamos a necessidade de um partido mais operário e mais popular... Para mim, então, os golpes mais fortes foram de caráter político. Expressos pela personalidade de Hugo Blanco, pouca disposição em se disciplinar por seu próprio partido. Além de sobrepor seu critério pessoal. Isso nos levou em duas ocasiões, pelo menos, a abortar um processo de construção.

***M* – Tu falavas anteriormente da ruptura da Frente de Esquerda, ARI, e das distintas responsabilidades, incluindo as nossas. Quais foram os principais erros em tua opinião?**

Nosso erro fundamental foi não ver a oportunidade que representava a ARI. Ficamos à margem da ARI. Sob a ideia de que, ao haver aceitado um pequeno setor que rompeu com Ação Popular, tinha se convertido em uma Frente Popular, coisa que era absolutamente exagerada e até equivocada, porque ARI era uma unidade de toda a esquerda com Hugo Blanco como candidato, o que lhe garantia bastante independência. Este setor que nós denunciamos era muito pequeno, era na realidade um setor que veio à esquerda a partir de

posições populistas. Encontramos, na verdade, um pretexto. Nossa posição foi muito sectária. Quando se rompeu a ARI, nós sentíamos que havíamos triunfado, quando na realidade deveríamos haver estado aí e evitado que isso acontecesse.

***M* – Bem, vamos dar um salto na história. Tu foste parte e estiveste muito envolvido na mobilização que derrubou Fujimori em 2000, a Marcha de Los Cuatro Suyos. O que significou este processo para a construção de uma alternativa para o país?**

No ano 2000, quando vieram à luz, pelos meios de comunicação, os vídeos que mostravam como o governo Fujimori havia comprado deputados para se manter no poder, a luta contra o governo deu um salto a dois níveis de confrontação: um, do resto da esquerda que se negava a fazer unidade de ação com os partidos que começaram a romper com este regime; e outro, a nossa posição, que afirmava não ser uma luta somente de classe, mas sim uma luta democrática e deveríamos construir uma unidade de ação com todos os setores que tivessem dispostos a derrubar a ditadura. Nós nos somamos às ações que envolviam Ação Popular, APRA, o partido de Toledo... por isso fomos parte da Marcha de Los Cuatro Suyos, à qual finalmente a esquerda teve de se somar, por ver que sua política de pretender dirigir a queda de Fujimori somente pela esquerda havia fracassado e levava ao isolacionaismo. Então, definitivamente, o que triunfou foi uma política de unidade de ação da qual nós fizemos parte. Tanto fizemos parte que um dos nossos companheiros perdeu um olho nesta luta [Aldo Gil]. E nós, em um dos momentos finais, às vésperas da Marcha de Los Cuatro Suyos, participamos com deputados da nossa corrente do Brasil e Argentina, evidenciando que estávamos jogados em escala continental na luta pela derrota do fujimorismo. Finalmente, Fujimori foi derrotado, mas nós consideramos que a luta deveria continuar, porque seguia vigente

sua Constituição bem como o modelo econômico neoliberal. Para encarar esta nova situação, decidimos mudar o nome de nossa organização para *La Lucha Continúa*. Isso nos permitiu ter relações com um setor juvenil, vanguarda das mobilizações contra Fujimori e aí começou uma nova etapa de nossa construção...

***M* – Que foi até a experiência com o nacionalismo, não?**

Claro! Com *La Lucha Continúa* estabelecemos vínculos com o nacionalismo, porque vimos que havia aberto uma nova oportunidade para a esquerda que estava muitíssimo desarticulada e muito reduzida pelo fracasso de *Izquierda Unida*, que foi o novo reagrupamento posterior à ARI, e a derrota do *Sendero Luminoso*[6]. Ambas as frustrações, por assim dizer, deixaram a esquerda muito mal, no entanto havia muita disposição de luta do povo peruano. E essa vontade de luta, alguém teria que expressar.

Assim que Ollanta Humala volta da Europa, montamos uma comissão para falar com ele. Nesse momento, ainda não aparecia em nenhum meio como um líder. Simplesmente tinha fama por haver organizado uma insurreição militar no sul do país contra a ditadura, que durou poucos dias. Quando regressou, visitamos Ollanta, propondo que ele encabeçasse uma corrente pela mudança, de caráter nacionalista e popular. E esboçamos o que seria logo o programa da "Grande Transformação": recuperação da soberania, assembleia constituinte, etc. Ollanta nos escutou, junto com o seu principal colaborador naquele momento, Francisco Rojas – que em seguida faleceu em um acidente – confirmando estar totalmente de acordo com as nossas propostas e nos pedindo para ingressar no Partido Nacionalista Peruano (PNP). Nós entramos pouco tempo depois e desenvolvemos uma experiência de vários anos, entre 2005 e 2011. Durante todo este período, sempre fomos uma corrente interna no PNP, defendíamos o máximo que podíamos um processo de mudança no país, independente da direita. Porém, os métodos absolutamente caudilhescos e burocráticos na direção da organização nos levaram a desconfiar de Ollanta e, por esta razão, mantivemos uma atitude crítica dentro do partido. Em particular, nos apoiamos na juventude que estava organizada em uma instituição que se chamava COEN, dirigida por nós e com várias centenas de jovens em todo país. Em 2011, quando assume Ollanta, nós já começamos um processo de ruptura, pois nos demos conta que a traição estava absolutamente consumada e oficializamos a ruptura com o partido um ano depois.

Formamos o *Movimiento Por La Gran Transformación* (MPGT) junto com outros setores que haviam resistido à traição de Ollanta e haviam rompido também. Entre eles, Jorge Rimarachín, um congressista do nacionalismo que teve uma atitude de confrontação com o governo por causa do projeto Conga[7]. Conga nos uniu. Formamos o MPGT, até nosso ingresso na Frente Ampla.

***M* – E, nessa experiência da Frente Ampla, qual balanço tu fazes? Foste candidato a deputado pela FA, inclusive. E agora, com a formação do Nuevo Perú, novas oportunidades se abrem. Podes falar um pouco deste processo mais recente?**

Nós ingressamos na Frente Ampla depois que esta atravessou uma crise. Ocorreu uma ruptura com velhos partidos que a integravam e que haviam optado por apoiar Suzana Villarán para sua reeleição na prefeitura de Lima, se posicionando a favor de uma frente com Alejandro Toledo, ex-presidente de um governo neoliberal. Logo, o setor originário da FA resistiu a este curso

6 Sendero Luminoso foi um grupo guerrilheiro de orientação maoísta, surgido na década de 1960, quase extinto durante os anos Fujimori e que ressurgiu no século XXI como um pequeno grupo armado na região oriental dos Andes.

7 Conga foi um projeto da grande mineração no norte do país, região de Cajamarca, que teve uma enorme resistência popular por meio do movimento Conga No Va. A mobilização derrotou, afinal, o projeto.

e nós saudamos que não tenham caído nessa política, começando a nos aproximar. Já em 2015, iniciamos um acordo. Entraríamos na FA com base em um protocolo, no qual acordávamos mutuamente defender um programa de mudanças. Um programa democrático e anti-imperialista como ponto de partida para um caminho de maiores transformações. Ou seja, nosso ingresso na FA se deu numa circunstância em que a velha esquerda ficou de fora, após sua capitulação a Toledo. A FA se constituiu como uma confluência de distintos grupos em torno deste programa para ação. Não era uma unidade em torno de uma ideologia, que era muito diversa, porque vinham movimentos ecologistas, democráticos, de gênero, nacionalistas, socialistas... O que nos unia era uma proposta programática, que sendo democrática se expressava na assembleia constituinte e que sendo anti-imperialista se expressava na necessidade de recuperação de nossos recursos e na soberania econômica do país. Um programa que marcava uma dinâmica de transição porque, ao questionar a propriedade privada das grandes transnacionais, estava questionando a propriedade capitalista, afinal. Então, ainda que não se reivindicasse socialista, era um programa muito progressista, de uma perspectiva democrático-anti-imperialista, a qual poderia abrir uma perspectiva socialista. Óbvio, caso ele chegasse a ser governo. Como parte das organizações que compunham a FA, participamos das eleições de 2016.

Sim, efetivamente, fui candidato em Lima... e não me elegi. Na realidade, minha candidatura foi de última hora. Eu duvidava muito se teríamos condições de sustentar uma candidatura. Ao final, o ânimo e a vontade dos companheiros me animaram e, obviamente, se tivéssemos uma candidatura ela deveria servir para a construção. E, ao redor da candidatura, foi se conformando uma corrente dentro da FA que se identificava com as ênfases que nós colocávamos nas propostas programáticas. Que finalmente foram incorporadas e a FA de conjunto passou a identificar-se

com essas propostas. A FA elegeu 20 congressistas, três deles de Lima que já eram muito conhecidos e essa vitória abriu uma nova etapa. Verónika [Mendoza] foi muito significativa nessa vitória: teve dois milhões e oitocentos mil votos, que significam 18% dos votantes. Somos a segunda força do Congresso, tivemos uma vitória absoluta em sete regiões do país, sobretudo no sul. E, de fato, Verónika ficou como a líder deste processo e a FA como opção de governo em 2021.

***M* – O processo de construção das candidaturas, inclusive a da própria Verónika, foi muito democrático, não é? Todo o povo foi chamado a participar nas primárias...**

Claro. A FA foi uma unidade do diverso ao redor de um programa, mas também ao redor de um método democrático, tanto para a eleição de suas autoridades como para a eleição de suas candidaturas. Nós, pela primeira vez no país, ensaiamos uma escolha dos candidatos via consulta cidadã. Não era só a militância das organizações que votava, mas qualquer cidadão que tivesse vontade de fazê-lo. Assim os candidatos tinham mais possibilidade de refletir o sentimento de suas regiões e não responder à lógica do mais amigo do líder ou o que põe mais dinheiro como foi tradicional no Peru e em todos os partidos. No nosso caso, inaugurávamos uma nova forma de fazer política que caiu muito bem na cidadania. Evidentemente, também cometemos erros que servirão de experiência, mas o método nos resguarda e o reivindicamos.

***M* – Foi justamente a ruptura deste método que gerou a ruptura da Frente Ampla e o surgimento do Nuevo Perú, não?**

Nós achamos que a FA rompeu-se por uma questão organizativa, mas que refletia um problema político mais de fundo. A questão organizativa é: quem detinha a legalidade da FA,

uma de suas partes (Tierra y Libertad)[8], se negou a abrir o padrão de seus militantes a toda base frenteamplista, retendo dessa maneira para si todas as decisões finais. Não democratiza as decisões na FA. Isso já é uma barbaridade! Se nós queremos ser uma opção de poder, temos que dar a possibilidade de que todos os militantes exerçam poder sobre a Frente. Mas, ao contrário, se diferenciamos os direitos de quem milita em *Tierra y Libertad* (TyL) e quem não milita, há um muro que divide, o que é antidemocrático, é uma primeira questão. Mas isso refletia um problema político mais de fundo, ou seja, TyL e seu líder Marco Arana não consideram que está aberta a luta pelo governo, se trata de acumular. Portanto, se contentam em ter grupos menores, mas sob seu controle. E disputaram de tal forma a liderança com Verónika, que, ao final, assumem uma posição sectária e fracionalista de ruptura da Frente. Eles decidiram ficar com o nome, o logo, os recursos... sob a ideia de que, com isso, terão uma boa performance eleitoral, mas a realidade vai demonstrar que nem com todo dólar do mundo podem enganar a vontade dos peruanos que demonstram sua simpatia majoritária por Verónika.

É uma pena que TyL tenha dado aval ao governo numa política de "Unidade Nacional". Nós não faremos isso. Consideramos que continuam os grandes problemas econômicos e sociais do Peru, evidenciados agora nos desastres naturais, pois quem mais sofreu as consequências foram os setores populares. Pensamos que é necessário persistir em uma política de mudanças. Levantamos como bandeiras fundamentais a mudança de modelo econômico – para que o Peru possa dispor de seus recursos naturais para o desenvolvimento nacional e o bem de sua população – e a necessidade de uma Assembleia Constituinte para

8 Terra y Libertad é uma organização política peruana que se auto-definide como "ecossocialista" e "democrata radical". Fundada em 2010, conta com a inscrição eleitoral, utilizada pela Frente Ampla nas eleições de 2016.

mudar o regime político que permite a corrupção e a impunidade. Esses são nossos eixos. De alguma forma, retomamos os eixos fundacionais da FA e os alinhamentos organizativos votados no II Congresso, que definem a organização como anti-imperialista, anticapitalista e socialista. Há um progresso do que foi a FA em seu momento e o que é hoje o *Movimiento Nuevo Perú* (MNP).

***M* – Uma última pergunta para finalizar. Que mensagem queres deixar aos jovens que estão começando a militar?**

A mensagem de que estamos vivendo numa época muito promissora, porque as lutas estão dando um salto no mundo, à medida que o capitalismo se mostra um regime econômico, social e político que "no va más". Já não são somente os países periféricos, como na década de 60 e 70. Quando eu comecei a militar, agia com a ideia de que os processos revolucionários maduros se desenvolviam nos países do Terceiro Mundo, onde se concentravam as maiores contradições. Hoje em dia, a crise do capitalismo levou essas contradições às metrópoles, em particular, aos EUA. Isso se expressa no fato de que nasceu dentro do Partido Democrata uma opção socialista! Sanders fala de socialismo, quando já parecia perdida esta opção política, e com um programa que questiona os monopólios, a ditadura do capital. Logo, isso é um sintoma de que os processos de mudança e de massas que confrontam o sistema agora se generalizam no mundo inteiro e, em especial, entrou nos EUA. Isso é a diferença de quando eu comecei a militar. O neoliberalismo, ao ter generalizado suas políticas, também generalizou os protestos. Não são somente os operários, os estudantes e camponeses; agora, também os setores médios se movimentam. Há múltiplas razões para lutar contra o neoliberalismo e o sistema capitalista. É uma luta generalizada, mais forte, com uma consciência mais continental e mundial. Isso para mim é o novo. E os meios de comunicação modernos como a internet, como o *WhatsApp,* ajudam para que esta

comunicação internacional seja mais intensa.

Eu diria aos jovens que aproveitem, porque o novo pode ser a destruição deste sistema, porque se a revolução entra nos EUA pode ser o princípio do fim. Obviamente, também há avanço da direita, mas estamos vendo que não é o que define a situação mundial. Para mim o mais significativo, para usar termos moderados e precisos, o mais significativo da situação mundial é esta luta que abarca tantos setores sociais e se generaliza em todo o planeta.

CONTRIBUIÇÕES

A crise da vanguarda: crítica ao texto "Sobre a natureza da crise brasileira", de companheiros da Insurgência

Bruno Magalhães e Felipe Ultramari Moreira[1]

Circula entre militantes um texto[2] publicado na página da Insurgência (corrente interna do PSOL) produzido pelos camaradas Ana Carvalhaes e José Correa que expressa as principais ideias dessa organização acerca da crise que marca a conjuntura brasileira atual. Em um espírito de ampliação do diálogo e debate fraterno entre militantes do PSOL, colocamos aqui divergências sobre as análises e conclusões dos companheiros, buscando também o diálogo com outras organizações combativas da esquerda brasileira.

Uma das principais diferenças políticas com a Insurgência no período atual está na avaliação do caráter das investigações operadas atualmente pelo judiciário brasileiro. Analisar a Lava Jato e outras operações como simples ferramentas da burguesia leva os companheiros a problemas políticos decorrentes dessa caracterização. No texto criticado, os companheiros aparentemente recuam na posição sobre a Lava Jato, mas a ambiguidade textual não nos permite tirar conclusões imediatas.

Não se trata de pautar a corrupção de maneira monotemática, mas de evidenciar que nos dias de hoje tudo aquilo que nos une é abalado pelas diferenças nesses marcos, nos dando caracterizações diferentes sobre o PT, o PSDB, o judiciário e tudo mais o que importa. Nesse texto, a ideia é aprofundar as duas possibilidades de visão da Insurgência sobre a Lava Jato: braço de um setor da burguesia ou ação de um setor não controlado pela burguesia, e pensar as consequências de cada posição na realidade.

1 Militantes do MES/PSOL.

2 CARVALHAES, Ana e CORREA, José. "Sobre a natureza da crise brasileira", 19/06/2017. Disponível em: http://www.insurgencia.org/sobre-a-natureza-da-crise-brasileira/ (Visualizado em 23/06/2017).

Cada dia é um fato novo

Na própria forma, o texto da Insurgência se esquiva de elementos contraditórios. Segue o primeiro parágrafo:

> ***Este texto não trata do "varejo" da conjuntura nacional.*** *Não debate as consequências da não cassação da chapa Dilma-Temer no TSE, o inédito pedido de impeachment de um ministro do STF, as peripécias do "fico não fico" do PSDB, as perspectivas da campanha das Diretas Já, nem os caminhos fundamentais da resistência às contrarreformas ultraliberais do capital para o Brasil, que seguem em curso veloz no Congresso Nacional cada vez mais desacreditado.* (grifo nosso)

A análise dos processos de maior duração é essencial, mas necessariamente deve levar em conta os eventos da conjuntura se tiver qualquer objetivo não acadêmico, como a política. O que chamamos de processos é em última medida a sequência dos fatos encadeados, cuja compreensão sobre seu desenvolvimento, suas combinações e contradições é o que permite a tática para intervenção na realidade. Na conjuntura vertiginosa em que vivemos, os fatos cada vez mais deixam de ser "varejo" e tornam-se "atacado", parte central de processos incertos.

O imponderável elemento do "fato novo", que balança toda semana a política brasileira, é essencial na compreensão da realidade, elementos como a possibilidade de prisão do Aécio, da delação de Palocci, Temer negociando propina em rede nacional e o que mais aparecer não são elementos para serem tratados como simples "varejo" porque podem muitas vezes virar a conjuntura e exigir de nós mais do que análises.

Não é apenas uma questão de discurso. Se os companheiros debatessem a não cassação da chapa Dilma-Temer teriam mais elementos para caracterizar a aliança e confluência entre os interesses de PT e PMDB. E se debatessem a proposta de impeachment de Gilmar Mendes teriam mais elementos para caracterizar as diferentes correntes dentro do judiciário. Ao colocar os fatos na categoria de "varejo", de forma consciente ou não, os companheiros da Insurgência deixam de lado evidências que vão contra a política que defendem.

O combate feito por setores da esquerda contra as investigações no último período – dizendo que as investigações acabariam depois do impeachment, que o PSDB nunca seria afetado, que a Lava Jato era uma operação planejada pelo imperialismo, entre outros erros crassos – foi totalmente desacreditado justamente pelos fatos de "varejo" que o texto procura ignorar.

As investigações são um plano da burguesia?

Uma diferença maior com a Insurgência está na hipótese da Lava Jato como ação da burguesia imperialista (se há um equívoco aqui e a Insurgência não tem essa leitura, podemos pular os parágrafos abaixo e estabelecer mais um marco de unidade). A hipótese, formulada inicialmente por intelectuais como Emir Sader e Marilena Chauí e ampliada pela mídia petista, teve alguma força na época do *impeachment*, mas foi desmoralizada nos últimos meses pelo avanço das investigações. Quem defende essa hipótese parte de um silogismo: "o judiciário é de direita, a direita é imperialista, logo o judiciário é imperialista". A cereja do bolo argumentativa é a ida de Sérgio Moro aos EUA em evento sobre lavagem de dinheiro, a prova final da relação orgânica entre as investigações e as agências de inteligência do governo americano.

Isso não se sustenta porque a realidade é muito mais contraditória. Os esquemas generalizados de corrupção no Brasil produziram imensas fortunas a serem lavadas, mecanismo que de certa forma vai contra as formalidades do capitalismo internacional. Os reflexos da crise econômica no país e a generalização dos esquemas de corrupção nos levaram

à situação atual de crise dupla (econômica e política), tendo a conjuntura internacional como estopim da primeira e o judiciário como estopim da segunda (dois elementos, diga-se de passagem, menores no texto), as duas refletidas nos processos abertos em junho de 2013.

Ainda que juízes e promotores sejam majoritariamente conservadores ou liberais, contando-se nos dedos os magistrados marxistas, e acreditem de fato na impossível "limpeza", o processo de investigações tem múltiplos interesses e movimentações independentes, é mais complexo e contraditório do que certos modelos conseguem abranger. Daí a dizer que esses processos podem substituir a classe trabalhadora como sujeito histórico é uma vulgarização barata, não defendida por nenhuma organização no campo da esquerda.

É impossível sustentar que a desmoralização do PSDB seja parte do plano da burguesia, ou que a provável queda de Temer seja parte disso, ou ainda que o recuo nas reformas foi um "tiro que saiu pela culatra". O grau de crise dentro da burguesia brasileira é evidente e o elemento de instabilidade trazido pelas investigações afeta os planos tanto da "oligarquia" quanto do "capital internacional". O texto dos companheiros da Insurgência insinua a hipótese das investigações como parte desses planos, mas nunca a afirma diretamente. Vejamos:

> *Já se vão três anos de recessão e uma completa paralisia do sistema político. Esta realidade evidencia que o regime (termo usado aqui como sinônimo de sistema político, ou seja, aquela dada articulação de instituições utilizadas para a dominação política de classe) se tornou disfuncional para amplos setores do capital.* ***Uma burguesia com a dimensão e interesses (leiam-se negócios) globais como a nossa não pode coexistir com tanta instabilidade e incerteza*** *sobre o futuro por tanto tempo, já que* ***o prolongamento da crise política aprofunda a crise econômica*** *e prejudica tanto a extração direta de mais valia quanto os lucros do rentismo no sistema financeiro.* (grifo nosso)

Se a nossa burguesia global não pode coexistir com essa "instabilidade" e não suporta o "prolongamento da crise", por que teria um comportamento suicida de planejar uma operação judicial para atrasar as próprias reformas e esquemas de poder? Esse dilema dos companheiros é insolúvel. E continuam:

> *Apostamos na hipótese que* ***um setor do aparelho de estado, autonomizado,*** *representado por parcela da PF, pelo MP do PR e juiz Moro, está tentando fazer uma limpeza do pessoal político e empresarial formado na* ***velha escola patrimonia****l – para usar a linguagem e a análise que empresários estão empregando. Esse setor está querendo "moralizar o ambiente de negócios" no Brasil. E faz isso golpeando outros setores dirigentes do aparelho de estado e empresários importantes– todos muito beneficiados nos anos do lulopetismo. Está se dispondo a degolar políticos e capitalistas. É neste sentido uma disputa pela "modernização" do estado, tendo como pano de fundo um cenário internacional de instabilidade e incertezas sobre o futuro da globalização neoliberal. (grifo nosso)*

O texto não é direto (nesse caso nem pode ser), mas dá a entender que esse "setor do aparelho de estado", apesar de "autonomizado", é organizado ou subsidiado por uma "burguesia com interesses globais", mais "moderna" que a "velha escola patrimonial". Se essa hipótese sobre a interpretação do texto se confirma, a Lava Jato é uma operação do imperialismo e o argumento cai no problema exposto acima. Se não, se o "setor do aparelho de estado" é mais independente e autônomo inclusive da própria burguesia, a postura da Insurgência precisaria mudar, pois seria necessária alguma política para esse setor contraditório que se enfrenta com interesses da burguesia, e seria necessária principalmente uma política que dialogasse com as amplas

camadas da população que defendem essas investigações.

A tentativa de profundidade do texto acaba ignorando elementos visíveis à superfície. Que setor da burguesia globalista está contra o PSDB? Quem controla a Lava Jato? Essas questões-chave na reflexão proposta pelos companheiros ficam como lacunas sem resposta.

Para nós, essa "disputa pela modernização", que a Insurgência não deixa evidente quem dirige, é reflexo de uma sequência interminável de fatos do "varejo" que levaram a processos maiores. O descontrole de hoje dos "fatos novos" que sacodem nossa conjuntura foi plantado durante as décadas dos governos FHC e Lula, com muita sujeira sendo enfiada debaixo do tapete com os esquemas de corrupção nas privatizações, na compra da reeleição, nos fundos de pensão, no mensalão (que tirou camaradas como Chico Alencar e Ivan Valente do PT) e em tantas outras expressões da aliança orgânica de todos os governos da "Nova República" (PSDB, PMDB, PT) com a burguesia nacional, seja ela "globalista" ou "oligárquica".

Há uma década, quando Lula se uniu a Gilmar Mendes para afastar Paulo Lacerda da ABIN e blindar o PSDB (principalmente Serra e Alckmin), acabando com as operações Satiagraha e Castelo de Areia, plantou a rusga para o troco que esse setor dá hoje, colocando o regime político nas cordas[3]. Obviamente, as direções políticas da burguesia tem política para setores do judiciário, mas nesse momento o "varejo" dos governos FHC e Lula explica melhor o "atacado" de hoje do que uma hipotética conspiração burguesa internacional.

É bom lembrar também que, já há uma década, as organizações que dariam origem à Insurgência foram contra o diálogo entre PSOL e os setores que se enfrentavam contra a corrupção e eram perseguidos, principalmente no caso Satiagraha

3 NASSIF, Luís. "Como o PT blindou o PSDB e se tornou alvo da PF e do MPF", 25/06/2015. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/politica/como-o-pt-blindou-o-psdb-e-se-tornou-alvo-da-pf-e-do-mpf-6145.html (Visualizado em 23/06/2017).

de Daniel Dantas. É bom lembrar também que naqueles tempos esse setor via a consigna contra o então presidente do senado ("Fora Sarney!") como "agitação moralista", e propunham ao invés disso o propagandista mote "Fim do Senado", política impraticável na realidade e que caiu no esquecimento. É como um mantra sempre repetido: sob risco, fazer qualquer coisa, menos arriscar.

Hoje Daniel Dantas continua amigo de Gilmar Mendes e virou bilionário semana passada, conforme a revista *Bloomberg*[4]. Vimos esse processo se desenvolver há mais de 10 anos atrás, e enquanto PSOL solenemente demos as costas a ele porque a pauta da corrupção parecia contraditória e "moralista" demais para nossa propaganda socialista (além de incomodar certos "amigos" petistas), agora parece que repetimos novamente o mesmo erro. De novo por medo do novo.

De onde vem a crise?

Uma grande diferença com o texto dos companheiros está na avaliação da origem da crise atual. Para nós, a crise do regime político brasileiro não se inicia com a movimentação de unidade da burguesia no *impeachment* (como defende o texto e, também, o PT), mas tem sim sua origem na profunda crise econômica e nos processos internacionais, cujos ventos incendiaram a fogueira de junho de 2013 no Brasil. Em suas múltiplas expressões, junho demonstrou as rachaduras do arranjo de poder da governabilidade burguesa e foi uma experiência do movimento de massas que rompeu a barreira da partidocracia corrupta. As ruas tomadas em todo Brasil por mais direitos, e as consequentes vitórias e novas mobilizações (nas próprias tarifas, nas lutas da Copa do Mundo, Primavera Feminista, ocupações de escolas, etc.) deram ao povo

4 SCHMIDT, Blake. "Sempre polêmico, Daniel Dantas fica bilionário com pecuária", 14/06/2017. Disponível em https://www.bloomberg.com.br/blog/sempre-polemico-daniel-dantas-fica-bilionario-com-pecuaria/ (Visualizado em 23/06/2017).

a lição de que é possível lutar e vencer, um elemento subjetivo essencial na construção das próximas lutas. O exemplo de junho ainda é forte e marca a mudança no patamar de mobilizações depois de 2013.

Durante grande período, muitos setores defenderam ou flertaram com a ideia petista da onda conservadora após Junho, que exigiria uma postura defensiva da vanguarda socialista. O fortalecimento do MBL, Vem Pra Rua e mesmo de um setor fascista bastante minoritário ocorreu na esteira da desmoralização do PT, e impactou a análise da conjuntura de muitos socialistas honestos. A polarização de ideias se acirrou no Brasil como fruto do próprio acirramento social promovido pela crise, mas o avanço das investigações sobre PMDB e PSDB desmoralizou as direções da "onda conservadora" e decretou a falência política dos movimentos da direita, que hoje não conseguem nem mesmo convocar manifestações de rua.

Essa onda (ou seus termos similares) se desorganiza antes de sofrer qualquer golpe sério da vanguarda, que infelizmente na sensação de "perigo" preferiu se alinhar à narrativa da oligarquia e do PT, na qual a corrupção estatal é um "mal menor", em que uma obra superfaturada ou a venda de uma lei são elementos menores no contexto da grande exploração capitalista. Para a população, a corrupção não é um mal menor, e os trabalhadores estão certos, não à toa grande parcela considerada "antipetista" é contra as reformas e o governo Temer.

O avanço das investigações esvaziou os atos dos coxinhas e desidratou a caracterização desse setor da vanguarda, mas sem uma política independente para assumir a luta contra a corrupção o vazio apareceu. Bolsonaro surge no cenário, e seu crescimento está diretamente ligado à falta de uma alternativa socialista independente do petismo, que tenha para si as prioridades do povo e não dos ditos "progressistas" que enriquecem em consultorias privadas.

A ideia de "preservação dos partidos" ou do "estado de direito", que vez ou outra também é defendida ou insinuada no campo da esquerda como política para o momento atual, é um dos maiores tiros no pé que podem dar aqueles que defendem uma ruptura social. Muitos que são contra as investigações sobem o tom para defender o "estado de direito" na denúncia dos métodos utilizados contra corruptos comprovados. E muitos desses (no caso, não os companheiros da Insurgência) utilizam-se inclusive da memória da ditadura contra a ameaça de um suposto golpe militar, enquanto reservadamente negociam a alma com a cúpula burguesa brasileira que aplicaria esse mesmo golpe. Essa demagogia não pode fazer bem à construção da nova política que defendemos.

Indo a outro tema, e novamente citando os companheiros da Insurgência:

> *O **pessoal político** estabelecido nos atuais partidos – o que é conceitualmente e na prática diferente de burguesia, são sua representação política constituída, com **autonomia frente a ela**, como também o são as figuras de proa do Judiciário – vai tentar a todo custo que esta crise imensa termine em pizza. Em outras palavras, que se encerre preservando suas carreiras e sua liberdade frente à ameaça de encarceramento e preservando ao máximo as regras atuais do jogo atuais, ou regras do jogo ainda mais antidemocráticas. (grifos nossos)*

Ao diferenciar os partidos burgueses da própria burguesia o texto parece afirmar, novamente sem fazer isso diretamente, que as investigações do judiciário e PF são esse braço da burguesia por fora de seus partidos, e inclusive contra eles, que não querem que tudo "acabe em pizza". Resta saber novamente o porquê desse instinto suicida da burguesia brasileira em desvendar os esqueletos do próprio armário. Mas voltemos ao texto:

Mas pelo menos uma parte do Judiciário não vai recuar da "limpeza antipatrimonialista" e o conflito pode se prolongar. É muito provável que termine no STF, em que Cármen Lúcia, a presidente, já defendeu um plebiscito ou referendo para a reforma política. A reforma política desejada pelas forças da ordem, evidentemente não resolve a crise econômica, mas pode formalizar o ***desmantelamento da Nova República como regime*** *– para o qual convergiam tanto o PSDB como o PT, além do PMDB e todos os cerca de 30 partidos fisiológicos. (grifo nosso)*

Ficam evidentes algumas perguntas que o texto (e a formulação em geral) não se preocupa em responder. O desmantelamento da Nova República é negativo? Se o judiciário é uma simples representação da burguesia (ainda que um tanto independente, conforme dito no trecho acima), qual o plano desse setor da burguesia quando derruba sua própria narrativa perante a corrupção e o impeachment? Se o nível de conspiração do judiciário é desse nível, quem está por trás disso?

Essa indefinição na caracterização afeta seriamente a política da Insurgência e de outras organizações de esquerda. Defender as investigações no abstrato e ao mesmo tempo denunciá-las perante a vanguarda ("para não parecer de direita") no concreto é uma contradição formal que embaralha todo o resto. Como já dito em outro texto, "é como tirar as meias sem tirar o sapato"[5].

O arranjo teórico fraco sobre as investigações no judiciário brasleiro serve aos companheiros como alicerce político arenoso e tem dois efeitos nefastos, servindo de justificativa para uma política de "aderência" ao petismo (que realmente faz um discurso "à esquerda" do judiciário, apesar dos fundos de pensão)

5 MAGALHÃES, Bruno. "Crítica ao texto da companheira Glória Trogo, do MAIS". Disponível em http://esquerdasocialista.com.br/critica-ao-texto-da-companheira-gloria-trogo-do-mais/ (Visualizado em 23/06/2017).

e impedindo que a luta contra a corrupção tenha o necessário destaque na agitação e propaganda.

Lênin e a política de avestruz

Comecemos pelo texto dos companheiros:

Crise nacional, é bom lembrar, não é "crise revolucionária". O conceito mais conhecido desta última, desenvolvido por Lênin (…) - 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada(…); 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) ***desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas (…) para uma ação histórica independente. - Fica evidente que o terceiro elemento está ausente no Brasil, pelo menos por enquanto.****(...)Mas não se abre situação pré, nem revolucionária, nem crise revolucionária por ação e desejo de outros setores sociais que não sejam as classes trabalhadoras e seus aliados despossuídos em ofensiva e organizados de forma independente. Afirmar que viveríamos uma situação pré-revolucionária aberta pela Lava Jato não encontra nenhum respaldo nos fatos. (grifo nosso)*

Nosso maior problema está justamente no terceiro elemento do conceito de crise nacional, que se for utilizado para fins não acadêmicos evidencia a necessidade da preparação e organização independente das atividades de massa para uma ação histórica. O momento crítico exige independência na construção do novo. Esse é um ponto crítico da polêmica por dois motivos:

Primeiro porque os companheiros da Insurgência separam o ascenso das mobilizações dos últimos meses com as jornadas de junho de 2013, as lutas da Copa e tantas outras mobilizações de massa durante o governo do PT. Segundo porque a ação histórica independente das massas diz muito sobre a lição de casa da própria vanguarda, e nunca ocorrerá enquanto revolucionários

se sentirem atraídos pela fraseologia e pela estética da social-traição. A construção de uma alternativa passa mais pelos lampejos do futuro do que por recordações corrompidas do passado, e por aí se abrem possibilidades de disputa do poder.

A caraterização exagerada que setores honestos da esquerda dão ao golpe parlamentar é extremamente útil à continuidade da narrativa petista, mas não tem subsídio nos fatos. Ocorreram ilegalidades flagrantes e obviamente se tratou de um rito absurdo, mas é fato que se desenrolou não através do conflito direto e sim com o desmanche da governabilidade petista, segundo a dinâmica de um jogo cujas regras o PT aceitou alegremente.

As constantes negociações do governo Dilma com os golpistas, sem rupturas claras até o fim do processo (e até hoje!) mostram que essa manobra é muito insuficiente para o título de fato central do último período. E se fosse um golpe imperialista orquestrado com o judiciário contra os trabalhadores, o PSDB estaria forte, a Lava Jato teria se encerrado há tempos e as reformas já teriam sido aprovadas. Foi um golpe parlamentar, uma ação antidemocrática, uma traição, mas cuja principal responsabilidade foi daqueles que criaram os corvos.

A análise do golpe como elemento central é próxima da leitura petista, inclusive com as críticas. A esquerda exige, a direção do PT aceita e hoje não tem problema algum em reconhecer seus "erro" e "limitações", prometendo até a economia planificada após uma possível eleição de Lula em 2018. Depois de tantas e evidentes traições, estranho seria se quadros tão "flexíveis" mantivessem a posição anterior após tamanha mudança na conjuntura.

Novamente no texto, dizem os companheiros da Insurgência:

> *Parcelas da juventude crêem que bandeiras como "greve geral de 48 horas" ou "construir conselhos operários" (como o PSTU) são saídas "políticas". Como se estas palavras fossem mais radicais e opostas pelo vértice àquelas que dialogam com o funcionamento geral da sociedade. Para muitas delas, apontar para saídas que incluam propostas no plano das instituições seria "capitulação à institucionalidade burguesa", uma negação das reivindicações de transição, que, todavia, dão destaque fundamental às bandeiras democráticas, quando não da política mesma.*

É justa a crítica ao PSTU, e justa também a mesma crítica à própria Insurgência. Ora, não seria a luta contra a corrupção uma pauta que dialoga com "o funcionamento geral da sociedade"? A saída "política" da unidade de resistência contra um presidente frágil que cairá pela mão de terceiros também não é algo abstrata? Se existe alguma proximidade política entre PSTU e Insurgência, talvez ela esteja nesse nível de abstração de objetivos, com desejos mais lineares que os incertos processos que vivemos. Voltando ao texto:

> *Algumas correntes da esquerda não dão importância ou simplesmente negam ter havido um golpe, ou uma virada desfavorável na correlação de forças em 2016, tendendo a colocar sinal de igual entre os governos lulopetistas e o atual.*

Aqui aparecem resquícios daqueles erros de análise levantados acima. O golpe parlamentar, conforme dito anteriormente, foi uma etapa de todo esse processo cujo sentido em si já tem pouco efeito prático. Defender que a virada momentânea na correlação de forças realmente ocorrida em 2016 tem efeitos fortes ainda hoje é ceder aos lamentos do fisiologismo petista, é ignorar o naufrágio que vive o governo Temer, a crise brutal do PSDB, o esvaziamento da direita nas ruas, entre tantos outros elementos. A hipótese da defensiva política que prevalece no texto e fica mais evidente nesse trecho faz os companheiros da Insurgência escorregarem mais uma vez. Os governos "lulopetistas" e o atual foram diferentes, mas também umbilicalmente parecidos, e por isso o PSOL existe.

De novo ao texto: *"Elas flertam também com os movimentos anticorrupção da direita, em boa medida instrumentalizados, até há pouco, como movimentos antipetistas"*. Na continuação do parágrafo, outro erro. A caracterização dos movimentos antipetistas automaticamente como movimentos de direita ignora que setores majoritários da classe trabalhadora não são mais dirigidos politicamente pelo PT, ainda que comparativamente associem os governos petistas a um ciclo de crescimento econômico. A "disputa das bases petistas", que de fato deve ser feita, não pode anular a disputa das multidões de trabalhadores "não petistas" disputados pelo conservadorismo, e se a primeira tarefa é continuar aquilo que já fazemos a segunda significa fazer algo totalmente novo.

Junho de 2013 tinha elementos antipetistas, assim como as ocupações de escolas, e esse fenômenos tinham também elementos anticorrupção, mas foram processos que passaram longe da direita (na verdade geraram reações contrárias à direita onde a esquerda nunca conseguiu). O setor dito acima como "antipetista" (que está em todos os lugares) é um campo de jovens que não se identificam com a partidocracia e não consideram a luta anticorrupção como moralismo. São essenciais no diálogo e na construção de uma alternativa independente, e recebem mais política dos autonomistas que de outro setor.

Nesse momento de crise, os companheiros da Insurgência defendem a diluição de nossa intervenção em uma grande frente ampla defensiva. Nós defendemos a necessidade cada vez maior da independência e da diferenciação com os grupos que governam o país há décadas e hoje estão desacreditados politicamente. Conforme demonstra o professor Pablo Ortellado[6],

6 ORTELLADO, Pablo. "A negação de junho quatro anos depois", (13/06/2017). Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/568658-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois (Visualizado em 23/06/2017).

> *De um lado, a esquerda da sociedade civil, ludibriada pelos partidos, foi levada a acreditar que os que se indignavam com a corrupção não passavam de cínicos que, no fundo, só queriam reverter as conquistas sociais dos anos Lula. Do outro lado, novas e velhas lideranças políticas faziam os indignados com a corrupçã oacreditarem que a esquerda era toda ela composta de petistas sem caráter que defendiam a corrupção. E enquanto, na base, a sociedade se polarizava numa guerra despropositada entre os puros e os justos, no topo, a pragmática classe política respirava aliviada com a sobrevida que tinha conquistado pelo enfraquecimento dos de baixo. (...) É esse enfraquecimento gerado pelo conflito na sociedade civil que explica como que, a despeito do grande consenso em torno dos serviços públicos e do combate à corrupção, o desdobramento dos protestos permitiu que emergisse o seu oposto: a ascensão de nosso pior partido político com a missão de limitar os serviços públicos e encontrar algum tipo de salvaguarda contra as investigações da Lava Jato.*

Mesmo os movimentos assumidamente de direita desidrataram quando a massa que os acompanhava percebeu que eles também tinham "corruptos de estimação", deixando aberto um enorme espaço entre aqueles que não consideram a luta por direitos e contra a corrupção como contraditórias. É um grande espaço político e uma grande oportunidade perdida.

Lênin nunca teve uma política de avestruz perante o povo, nunca se deixou impressionar pela lógica própria da vanguarda, e é certo que a política leninista incomodou pela virulência contra o regime, sendo muitas vezes criticada pelo resto da esquerda por fazer "o jogo do imperialismo" (no caso, o alemão). Mas foram sua tenacidade e independência que permitiram aos trabalhadores verem ali uma ferramenta para sua ação consciente. Da mesma forma, hoje nos parece que a prioridade é golpear sem dó o regime, sem acordos superestruturais com corruptos, sejam burgueses ou traidores, e buscar a construção

de uma alternativa independente que denuncia essas quadrilhas que espoliaram o país nas últimas décadas.

Essa alternativa passa necessariamente pelo diálogo entre setores que hoje constroem a CSP-Conlutas e a Frente Povo Sem Medo, os mesmos setores combativos que desde o governo Lula têm apontado as traições e contradições do modelo que nos trouxe a essa situação. A política de frente única só é real se incorporar esses dois polos, as iniciativas da FPSM com o ex-governismo e sem a CSP-Conlutas não são espaços de frente única por definição, tal como o contrário.

As consignas de "Fora Temer!" e "Diretas Já" precisam ser combinadas imediatamente a alguma definição que nos diferencie do petismo, interlocutor privilegiado de um setor da burguesia brasileira. O fortalecimento do PSOL como polo independente, sempre golpeando na rachadura da burguesia em crise, também é imprescindível para essa urgente tarefa.

Por isso, é essencial afirmar desde já uma política independente, que não espere definições sobre Lula para se postular. Não é possível nos atrelarmos novamente à dinâmica petista de conchavos com vistas às eleições de 2018. Existem multidões dispostas a cerrar fileiras contra o regime e as reformas, e essas multidões em disputa não capitularão a acordos por cima nem a relativização da corrupção. Nesse sentido, é hora de armar nossa política desde já, e o nome do camarada Chico Alencar se torna cada vez mais evidente para essa luta.

Revolução Russa, Educação e pedagogia marxista

Maycon Bezerra[1]

As lutas pela educação pública no Brasil e seu lugar na política socialista

Refletir em defesa da educação pública no centenário da Revolução Russa nos obriga a tomar em consideração a experiência revolucionária na educação e na pedagogia, assim como na cultura em geral, produzida sob o poder operário e popular dos sovietes e do partido bolchevique, a partir de 1917, naquele país. Hoje, mais do que nunca, a ordem capitalista em franca decadência apresenta enormes sinais de morbidez no tocante à totalidade da vida social. Os retrocessos civilizatórios impostos pelo capital, nessa nova etapa histórica de crise da globalização neoliberal, são evidentes e se avolumam por toda parte. Guerras, massacres e genocídios são o ponto culminante de uma "nova normalidade" constituída pela agressiva e acelerada espoliação imperialista dos recursos naturais e do fundo público dos diferentes países e povos do mundo, bem como da intensificação da exploração do trabalho, por toda a parte, crescentemente privado de garantias e proteções legais. O capitalismo internacional segue se degenerando – sob a tutela e direção da alta finança – em uma forma "pós-moderna" de rentismo parasitário, obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e incapaz de apontar para a superação da longa estagnação econômica mundial.

Nesse contexto de crise, a "contrarrevolução econômica permanente" se consolida como a única alternativa para o capital, o que o leva a um choque frontal contra os interesses e necessidades das demais classes da sociedade, sobretudo contra os trabalhadores e trabalhadoras mais vulneráveis da periferia capitalista,

1 Professor, militante do SINASEFE e do MES/PSOL.

mas também dos grandes bolsões de pobreza e subcidadania dos países centrais. Sob a intransigência exclusivista dos interesses dominantes, os regimes políticos burgueses se tornam rígidos, impermeáveis às mais elementares reivindicações e exigências das camadas populares da sociedade. O resultado inevitável é a eclosão de uma poderosa crise de legitimidade desses regimes, que passam a ser questionados por fortes mobilizações de massa, com nítidos contornos revolucionários, de norte a sul do planeta. Os levantes populares e a política das ruas, que clamam por direitos fundamentais e por democracia efetiva, se instalam no centro do momento histórico. No entanto, por ora, se estabelece um impasse. Nem a oligarquia financeira dominante é capaz de criar as condições para o esmagamento contrarrevolucionário do movimento de massa, por um lado, nem esse movimento de massa é capaz de afirmar uma clara alternativa de poder, democrático radical e anticapitalista, capaz de suplantar a classe dominante e seu regime político. Trata-se de uma guerra de trincheiras, parafraseando Gramsci, na qual os dois campos beligerantes disputam entre si cada palmo de terreno. Nesse momento, o inimigo de classe está com a iniciativa. Cabe à classe trabalhadora (e seus aliados) barrar a ofensiva burguesa, reagrupando suas forças e preparando, no calor mesmo do combate, as condições para uma contraofensiva. A isso nos lançamos.

No que se refere especificamente ao que se passa no campo da cultura e da educação, a decadência capitalista segue produzindo a proliferação de todo tipo de irracionalismo e obscurantismo fundamentalista. A crise do racionalismo burguês, combinada com a permanente e onipresente campanha de propaganda antissocialista e antimarxista na mídia, nas igrejas, no mundo intelectual e artístico hegemonizados pela burguesia, abre uma avenida para o avanço dos novos e velhos fundamentalismos teocráticos, étnicos e raciais que envenenam a atmosfera cultural do mundo contemporâneo, embalando o ressentimento de

classes médias pauperizadas e outros setores de massa atirados no desespero. Importante destacar o papel do relativismo extremista e irracionalista de algumas correntes intelectuais do "pós-modernismo" na pavimentação dessa estrada por onde rolam os pesados tanques de guerra do obscurantismo reacionário atual. Em sua cruzada contra o materialismo dialético, os "iconoclásticos" detratores da ideia de verdade desmoralizaram a crítica autêntica, enquanto prática, e produziram os escombros com os quais se erguem os sombrios monumentos à ignorância e à barbárie que se espalham pelo mundo.

A educação escolar, por sua vez, se encontra tragada por um processo violento de precarização e mercantilização. Ao clássico dualismo educacional do mundo burguês – que promove e sofistica cada vez mais as escolas dos filhos da classe dominante e alta classe média, enquanto afoga na miséria as escolas dos filhos da classe trabalhadora – são acrescentados e/ou fortalecidos novos elementos de censura e perseguição ideológica, religiosa e étnico-racial. Trata-se de um fenômeno internacional: assim, na consolidação avassaladora da educação confessional e fundamentalista no mundo árabe, como na reacionária "escola sem partido" do Brasil, ou mesmo na "republicana e laica" estigmatização e discriminação das estudantes islâmicas nas escolas da França ou da Dinamarca. Esses ataques e restrições do direito à educação e à liberdade de ensino e aprendizado refletem nesse campo, a intensidade da mobilização dos setores mais reacionários da burguesia e das altas classes médias, bem como dos setores populares por eles dirigidos, na correlação das forças sociais como um todo. Mobilização que se dá em torno de uma agenda reacionária e embalada por ideologias obscurantistas de diferentes matizes, voltada a impor sua hegemonia nesse aparato formidável de formação cultural e ideológica, que é o sistema de educação escolar e universitário.

Ao rentismo predatório somente interessa o curto prazo. Não há espaço, sob sua direção, para projetos civilizatórios de longo alcance, como foi possível fazer avançar – em alguma medida – no contexto do "capitalismo regulado" do *Welfare State*, na Europa e EUA. Sendo assim, não se pode esperar nenhum compromisso sério da classe dominante com um projeto minimamente democrático de educação para as maiorias populares: mesmo nos limites da ordem do capital, da mercadoria e da propriedade privada. As escolas e universidades, com uma significativa desigualdade de ritmo e intensidade entre países e regiões, vão sendo convertidas em espaços para a acelerada valorização do capital ou abandonadas à própria sorte e ao sucateamento. Não há futuro para uma educação pública sob os regimes oligarquizados da burguesia decadente.

Há, no entanto, resistência por toda parte! Como no Brasil, há dinâmica também nas bases da sociedade, o que incide diretamente sobre o campo da educação. A juventude, sobretudo a juventude da classe trabalhadora, tem sido o setor mais mobilizado e combativo do povo brasileiro, expressando sua radicalidade política e social, por dentro e por fora das escolas e universidades. Lá, vem produzindo um movimento estudantil massivo e muito avançado, que protagonizou uma das maiores jornadas de luta estudantil da história, com mais de mil escolas e campi universitários ocupados e autodirigidos, por todo o país. Ao mesmo tempo, diante da precarização das condições de trabalho, carreira e salário – chegando-se ao extremo do confisco salarial por meses seguidos – os trabalhadores da educação pública assumem uma posição de vanguarda no movimento sindical, estando praticamente em mobilização permanente. A internacional efervescência de indignação democrática dos setores populares se faz sentir com muita força no tema do direito a uma educação pública, gratuita, democrática e emancipatória para todos e todas. No Chile, na França, na África do Sul, EUA e no Brasil, essa é uma reivindicação popular de primeira grandeza.

Que se choca frontalmente contra a lógica privatista e mercantil que o grande capital incorporou, através dos regimes políticos que dirige, como sua única alternativa de política educacional e de pedagogia.

Dessa maneira, a demanda por educação popular, no sentido mais amplo do termo, expressa de modo concreto nas lutas em defesa da educação pública no mundo todo, no contexto da atual degeneração rentista do capitalismo e da degeneração oligárquica dos regimes políticos da burguesia, se converte em uma demanda de teor explosivamente subversivo, em função de sua cada vez mais radical incompatibilidade com a ordem imposta pela dominação tirânica do capital-dinheiro. O nível de combatividade e massificação das lutas por educação pública e democrática como direito universal, bem como o nível de repressão a elas imposta pelos de cima – de um lado – e o protagonismo juvenil com seus métodos revolucionários de combate, como as ocupações autodirigidas de escolas e universidades – de outro lado –, põem na ordem do dia o enfrentamento total contra a pedagogia do capital e a necessidade de lhe impor uma crítica radical como ponto de partida da afirmação de uma outra perspectiva, antagônica, assentada nos interesses do povo trabalhador e da juventude. Estamos diante da necessidade de uma reflexão revolucionária sobre uma outra política educacional, mais ainda, outra pedagogia, capaz de expressar a efervescência rebelde das lutas de educadores e estudantes progressistas e democráticos em todo o mundo e no Brasil também. É essa necessidade que impõe a relevância atual da experiência histórica da Revolução Russa no campo da educação e da pedagogia, como horizonte de referência concreto, com seus êxitos e recuos, com sua experimentação prática em um momento quente da história, como marco na elaboração teórico prática de uma pedagogia marxista voltada a inserir a educação, de modo vivo e real, na trama de emancipação humana pela revolução e pelo socialismo.

Experiência revolucionária na educação da Rússia soviética

A Revolução Russa de 1917 demoliu os pilares da velha estrutura de poder absolutista e latifundiário-capitalista do império dos Romanov, afirmando a soberania insurreta do poder operário e popular dos sovietes e virando a ordem estabelecida do avesso. Contra a miséria, a fome e a carnificina imposta pelos de cima na I Guerra Mundial, a classe operária aliada aos soldados e ao campesinato russo empreenderam uma dura marcha para a construção de um outro poder e uma outra sociedade, sobre os escombros daquela que iam revolucionando com sua iniciativa. Aqueles que tinham sido sempre apresentados como pouco mais que instrumentos de trabalho destituídos de capacidade dirigente, em séculos de pensamento filosófico atrelado à condição privilegiada das classes dominantes, agora assumiam em suas mãos os destinos da Rússia e disparavam o toque de clarim que convocava os trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo à luta revolucionária pelo poder e pela transformação profunda e radical da ordem existente. Sob a direção de um partido revolucionário, firmemente enraizado na vida e nas lutas da classe operária e solidamente assentado sobre um marxismo vivo, dinâmico e revolucionário, refratário a todo dogmatismo e esquematismo (como deve ser todo marxismo digno desse nome), as massas trabalhadoras russas abriram um capítulo decisivo na história da humanidade: a etapa histórica que coloca a revolução socialista como horizonte concreto de superação das contradições cada vez mais monstruosas da ordem capitalista.

Certamente que os poderes do mundo capitalista, dentro e fora da Rússia, não poderiam testemunhar passivamente tamanha ousadia e tamanha ameaça a suas prerrogativas e a seus privilégios. À guerra civil contrarrevolucionária impulsionada de dentro, pelos generais czaristas e forças ligadas à velha ordem, se somou a intervenção militar contrarrevolucionária de 14 potências estrangeiras. Entre 1918 e 1921, o poder dos sovietes, sob a direção do partido bolchevique, teve de enfrentar a colossal tarefa de fazer a defesa da revolução, reconstruir a economia e a vida social sobre novas bases, e, ao mesmo tempo, combater o gigantismo das forças contrarrevolucionárias combinadas. Inevitavelmente, essa última tarefa era condição das demais e assumiu centralidade, imprimindo sua marca tanto na forma assumida pela reconstrução quanto na forma assumida pela defesa da revolução. Esse período se conclui com a vitória militar do poder soviético, mas esse terá que lidar com um legado de imensa destruição material, desagregação social, desamparo, miséria e fome; além de uma mortandade de vários milhões de homens, mulheres e crianças do povo russo. É sobre essas bases que terá de ser realizada a defesa da revolução e, sobretudo, a imensa tarefa de reconstrução – sobre novos fundamentos – da vida comum.

No plano dessa reconstrução em condições duríssimas, a tarefa específica no campo da educação se apresentava como um desafio enorme. Tratava-se não apenas de reconstruir o que havia sido destruído pela guerra civil, mas de construir, pela primeira vez naquele país, um vasto sistema de escolas e demais instituições educativas capazes de atender as necessidades da massa do povo russo, em todo seu enorme território. No entanto, como agravante desse desafio, essas escolas não seriam, porque não deveriam mesmo ser, uma mera reprodução da escola burguesa dos países capitalistas. A revolução estava assentando os pilares de uma nova sociedade, na qual a imensa maioria de trabalhadores assumiria, de modo direto e cada vez mais firme e protagonista, a tarefa de construir e conduzir a vida coletiva, a nova ordem social, pela trilha em direção à emancipação humana. Por certo, essa nova sociedade que se ia construindo exigia uma nova escola, baseada em uma nova pedagogia, vinculada a um novo objetivo histórico. A velha cultura da Rússia czarista, como um todo, estava submetida à pesada carga de artilharia ideológica das forças revolucionárias.

Sacudida pela ação protagonista das mulheres revolucionárias, tendo as operárias à frente, a tradicional família patriarcal russa começava a perder sustentação material e cultural: abriam-se creches, refeitórios e lavanderias públicas para socializar o trabalho até então reservado às mulheres no âmbito da reprodução da força de trabalho, na esfera doméstica. O divórcio e o aborto foram legalizados, o que demonstra o quão profundo foi – nesse primeiro momento – o poder soviético em matéria de revolução cultural, apesar de todas as incalculáveis dificuldades. Juntamente com a cultura do mandonismo autoritário dos grandes latifundiários e patrões contra as massas trabalhadoras, o chauvinismo nacional grão-russo também se encontrava sob pesado questionamento e sofria severa crítica por parte das nacionalidades até então oprimidas sob o czarismo, e que agora impulsionavam (em ritmos e intensidades desiguais) um florescimento cultural autônomo e revolucionário. Essa nova cultura democrática e emancipatória que o próprio processo revolucionário ia forjando, como uma necessidade vital para a própria defesa da revolução e para a reconstrução social a partir do protagonismo operário e popular, precisava fazer derreter a imensa geleira do analfabetismo, da ignorância e do conservadorismo tradicional que mantinha as amplas massas do povo russo, sobretudo na zona rural, em um atraso cultural profundo. Superar essa situação foi a tarefa assumida por um importante grupo de pedagogas e pedagogos revolucionários, reunidos em torno do Comissariado Nacional da Educação (CNE) do poder soviético, para impulsionar a reconstrução da educação na Rússia revolucionária. Ali estavam nomes como Lunacharskiy, Lepeshinskiy, Pistrak e Nadezhda Krupskaia, companheira de Lênin.

A obra de construção de um sistema educacional integrado e efetivo no país, sobre as bases de uma pedagogia revolucionária e marxista, precisava lidar com imensos desafios. Desde um primeiro momento, se estabeleceu a oposição

do conservador sindicato dos professores da Rússia contra o poder revolucionário dos trabalhadores. A greve e a sabotagem da parcela reacionária do magistério, bastante significativa, contra o governo soviético e contra a reestruturação do sistema educacional, operava como um pesado obstáculo. Como pano de fundo geral, é possível apontar também a profunda destruição e precariedade material, a violência e os horrores da guerra civil, bem como a legião de milhões de crianças e adolescentes órfãos da guerra e da fome, necessitados de assistência, amparo e educação, que constituíam em conjunto um quadro de dificuldades inauditas para a tarefa dos pedagogos revolucionários do Comissariado Nacional de Educação. De 1917 a 1923, o centro de sua tarefa foi uma obra de destruição: a destruição da velha escola czarista, autoritária, religiosa, verbalista e imprestável para as novas necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras da Rússia. Quebrar a resistência do magistério reacionário, banir a religião do ambiente escolar, eliminar a segregação sexista entre os estudantes, superar os métodos coercitivos e autoritários de ensino, desfazer-se da ideologia reacionária expressa nos materiais e no currículo da escola: aí esteve o centro da intervenção da pedagogia marxista instalada no comando do CNE, nessa etapa do processo revolucionário, utilizando-se das contribuições mais avançadas da pedagogia burguesa progressista de Dewey para dinamitar as bases extremamente anacrônicas da escola russa do czarismo.

Ao mesmo tempo, se iniciava também o trabalho de construção da nova escola socialista lado a lado com a proliferação de centros e instituições de instrução extraescolar, especialmente voltadas aos trabalhadores, soldados e camponeses em idade adulta. O método de construção dessa nova escola socialista teria de ser, como exige uma concepção científica de pedagogia, o método experimental. E assim foi feito. A incrivelmente desafiadora tarefa de dar vida, a partir dos escombros da escola czarista, a uma escola cuja função, estrutura e metodologia estivesse condicionada pela necessidade de fortalecer o poder operário e popular

e, mais ainda, construir a nova economia e a nova ordem social da Rússia soviética, se constituía em algo não apenas inédito como também, nas condições do país, de êxito pouco provável. Os mais importantes nomes da pedagogia revolucionária e marxista russa se engajaram com todo empenho nessa tarefa. Em 1918, na I Sessão dos Professores Internacionalistas, o CNE anunciou a criação da rede das Escolas Experimentais Demonstrativas, dentre elas, as escolas-comunas, de tipo internato, sobre cuja experiência existe mais farta documentação. O objetivo dessa rede de escolas experimentais era permitir que a prática coletiva dos educadores, juntamente com os estudantes, e sob a orientação dos organismos competentes do CNE, pudesse ir forjando a natureza e os métodos dessa nova escola socialista, com o acompanhamento permanente e a supervisão científica do próprio CNE. Esse período de experimentação foi planejado para se estender de 1918 a 1925, quando então a nova concepção assim elaborada, seria implementada na rede escolar de massa.

A experimentação pedagógica, no entanto, não partia da estaca zero, nem da aleatoriedade espontânea. Havia um princípio geral orientador dessa prática experimental, expressa na diretriz elaborada pelo CNE que afirmou a "escola única do trabalho", fundada na politecnia, como a base geral da escola pública soviética. Essa concepção buscava superar o dualismo escolar do mundo burguês, reflexo concreto da separação entre teoria e prática, planejamento e execução, trabalho intelectual e trabalho manual. Voltado a garantir a perpetuação da condição dirigente das novas gerações de burgueses e pequeno-burgueses a seu serviço, e a perpetuação da condição subalterna das novas gerações nascidas na classe trabalhadora. Assim, em contraposição a essa estrutura básica do projeto educativo da burguesia, o poder soviético, através do CNE, afirmava a escola única do trabalho como base da concepção oficial de educação escolar do novo regime. Com essa perspectiva se buscava integrar a socialização do patrimônio de saberes,

acumulados historicamente pela humanidade, o desenvolvimento de uma concepção científica e materialista da realidade entre os estudantes, o aprofundamento da sua sensibilidade e experiência estéticas, assim como a inserção qualificada dos jovens no mundo da produção material, tanto pela prática quanto pela compreensão teórica de seus fundamentos. Por certo, nos marcos da construção de uma sociedade socialista dirigida pela classe trabalhadora, cuja tarefa mais elementar consistia em reconstruir, organizar e dirigir coletivamente a produção social, o centro dessa nova escola era o trabalho: tanto como princípio prático integrador de suas diferentes dimensões educativas quanto do ponto de vista de seu princípio educativo teórico geral.

Esse princípio geral da escola única do trabalho orientou a organização pedagógica das Escolas Experimentais Demonstrativas. No entanto, esse princípio não pressupunha a uniformidade das escolas e de sua prática educativa, longe disso. Havia, a princípio, dois grandes grupos de escolas desse tipo, as urbanas (voltadas aos filhos da classe operária) e as rurais (voltadas aos filhos do campesinato), divididas em função da natureza do trabalho que as centralizavam. Nessas escolas, a formação politécnica, a imersão crítica na "atualidade" e a prática da autodireção deviam formar o tripé do processo educativo das crianças e adolescentes. Ou seja: a) a articulação do aprendizado da natureza e da sociedade pela mediação do trabalho, enquanto prática concreta (como trabalho socialmente útil) e como princípio teórico central; b) a incorporação do processo educativo dos estudantes ao processo social abrangente, ou melhor, à luta dos trabalhadores em defesa do poder soviético e à construção socialista; e c) a participação direta e protagonista do corpo estudantil na organização e gestão coletiva das escolas, em todas as suas dimensões. Assim foi feito, e apesar de inúmeras dificuldades postas pela situação geral do país, consumido pela guerra civil e seu rastro de destruição e morte, as escolas experimentais levaram

à prática essa orientação, com níveis de êxito muito desiguais. A partir delas, o CNE elaborou um conjunto de programas a serem levados às escolas de massa, o que abriu um novo momento nessa experiência revolucionária no campo da educação e da pedagogia na Rússia soviética.

A partir da metade dos anos 20, ficou explícita toda a dificuldade de levar a cabo uma revolução educacional tão profunda em um ambiente de precariedade material imensa, de insuficiente preparo dos profissionais da educação e de um desenvolvimento muito incipiente da reflexão e da prática de uma pedagogia marxista, que precisou se constituir nas difíceis condições de uma guerra civil. No que se refere à imersão dos estudantes na "atualidade" e à participação ativa e protagonista do corpo estudantil na manutenção, aprimoramento e direção das escolas, o balanço foi, em geral, positivo pelos seus resultados. No entanto, a metodologia de ensino que abdicou – em parte ou no todo – da sistematicidade dos conteúdos e temas tal como organizados nos marcos das disciplinas escolares enfrentou um balanço bastante negativo. As crianças e jovens (em grande medida) não puderam se apropriar, naquelas circunstâncias, dos saberes elementares das grandes áreas do conhecimento humano através da escola. Quando a escola era basicamente a única fonte de cultura letrada das crianças e jovens das classes populares, a perda relativa da importância de sua socialização metódica e sistemática no ambiente escolar, não necessariamente pela natureza do princípio pedagógico que orientou essa tendência, mas pelas condições gerais de sua aplicação, não possibilitava a formação de um ambiente cultural minimamente letrado e cientificamente educado entre as massas. Requisito indispensável para o avanço da industrialização e para a reconstrução socialista da economia.

Em resposta ao resultado negativo dos primeiros anos da nova metodologia escolar, nos anos finais da década de 20, se deu um aprofundamento radical justamente da tendência pedagógica responsável pela fragmentação e dispersão dos conteúdos do ensino na metodologia dos projetos, inspirada na pedagogia burguesa mais avançada, dos métodos "ativos", nos países capitalistas desenvolvidos. Era o contexto da afirmação de Stálin, da coletivização forçada dos campos e da política internacional sectária e ultraesquerdista do "terceiro período"; quando um ambiente ideológico extremado era politicamente funcional à burocracia dirigente – que afirmava chegada a hora da política de "classe contra classe", no sentido do "colapso revolucionário do capitalismo mundial". No interior do debate educacional, a radicalização do desmonte das disciplinas escolares era defendida como parte do processo mais profundo de superação da educação escolar, como um todo, nos marcos do que se compreendia como o "aprofundamento do socialismo" (no interior) e a "ofensiva revolucionária mundial" (no exterior). Em consequência, fortaleceram-se as divergências entre os pedagogos soviéticos e, em 1931, a direção do Estado silenciou os altos decibéis do debate, lançando uma reforma educativa que pôs fim ao período experimental da educação e da pedagogia soviéticas, impondo unilateralmente o recuo à pedagogia tradicional da escola burguesa, suprimindo as novas metodologias de ensino, assim como as experiências de protagonismo coletivo infantil e juvenil e de autodireção da comunidade escolar. Ao longo dessa década, especialmente a partir dos expurgos de 1937, Stálin e sua camarilha burocrática eliminam a quase totalidade dessa geração pioneira de pedagogos revolucionários, assim como o que havia sobrado da vanguarda bolchevique e as patentes superiores do Exército Vermelho. A experiência revolucionária russa, como um todo, dava vários passos para trás.

Lênin e a pedagogia marxista

Lênin teve também um papel determinante no estabelecimento dos fundamentos da pedagogia soviética. Como uma pedagogia marxista, devia estar rente à dinâmica e às necessidades da luta de classe do proletariado contra a burguesia e sua dominação, pela construção e consolidação do poder operário e popular e pela edificação da economia e da sociedade socialistas no sentido da autoemancipação dos trabalhadores e da humanidade. Dessa maneira, longe de oferecer qualquer esquema educativo rígido e fechado, uma pedagogia marxista deveria ser capaz de colocar o tema da educação em uma interação viva com a luta de classe dos trabalhadores, em suas cambiantes condições. A escola única do trabalho, de natureza politécnica, emerge como meta da reconstrução educacional revolucionária, mas não como modelo abstrato a ser imposto dogmaticamente, sem se levar em consideração o conjunto das condições e possibilidades objetivamente disponíveis. A crítica leninista à tradicional escola burguesa, com seu autoritarismo verbalista e excludente, se fez sempre acompanhar por sua crítica a todo rechaço "principista" a se valer do que havia de utilizável em seu repertório organizacional e pedagógico para a causa da emancipação do proletariado. Assim como na complexa reconstrução e organização da economia, a pedagogia soviética deveria ter a flexibilidade e a agilidade necessárias para reconstruir o sistema educativo sempre em íntima articulação com as condições gerais da luta de classe do proletariado.

Até o final de sua vida, Lênin esteve fortemente preocupado com as tarefas gerais da industrialização da economia soviética, da afirmação protagonista das massas trabalhadoras na reconstrução geral da vida econômica e social do país e com a necessidade de conter a expansão do fenômeno burocrático na União Soviética. Todas essas questões apenas poderiam ser adequadamente resolvidas em conjunto, de modo combinado, e para tanto a elevação do nível cultural geral das massas se impunha como uma necessidade inadiável. O letramento elementar, a alfabetização científica, e alguma qualificação técnica das massas respondiam às necessidades mais imediatas da reconstrução da indústria; mas a formação de uma classe trabalhadora culta, capaz de assumir a tarefa de construção do socialismo e liderar a revolução mundial contra o imperialismo, ou seja, a formação de uma classe trabalhadora consequentemente comunista exigia que a educação soviética estivesse à altura de garantir a socialização pedagógica do patrimônio de saberes produzidos e acumulados pela humanidade, em seus diferentes momentos históricos. Uma educação comunista de massa, materialista e dialética, deveria ser formada não através da memorização e repetição de palavras de ordem comunistas, mas sim através do ensino e da apropriação das premissas e bases da consciência comunista – instaladas no grande acervo das principais áreas do conhecimento humano –, assim como através da inserção político-pedagógica da escola na luta de classe de proletariado e do aprendizado prático da autodireção coletiva, por parte da juventude.

Dessa maneira, Lênin se opunha de modo frontal aos defensores do Proletkult, movimento político cultural que advogava pela abolição imediata da cultura burguesa e pelo erguimento imediato de uma cultura proletária nova, absolutamente desligada da cultura burguesa. No campo da educação, essa corrente aparecia defendendo a dissolução das disciplinas escolares e da própria escola, como instituição, em nome de uma educação pelo trabalho, fundamentalmente como prática. A exaltação do conhecimento prático extraído da experiência imediata e do senso comum popular em contraposição aos conteúdos sistemáticos da ciência, da filosofia e das técnicas ensinadas pelos professores nas escolas também estava presente nas formulações dos intelectuais do Proletkult. Lênin, ao contrário, afirmava que uma cultura proletária teria de se constituir a partir da superação

da cultura burguesa – superação enquanto incorporação e crítica – não a partir de sua abolição arbitrária. Do mesmo modo que o marxismo não se constituiu negando ou recusando, mas superando, o pensamento burguês. A formação de uma cultura proletária entre as massas revolucionárias russas dependia da assimilação crítica dos saberes legados pelas diferentes etapas históricas da dominação do ser humano pelo ser humano, incluindo sua última etapa anterior, burguesa.

A educação, nos marcos dessa pedagogia marxista, é compreendida como um processo social abrangente. A fábrica educa, a luta educa, a guerra educa. A escola também educa. Ocupa um papel fundamental enquanto agência formativa. E educa não apenas pelos conteúdos que ensina, mas pela forma como organiza o espaço e as pessoas, pelas normas de comportamento, pelos lugares reservados aos adultos, às crianças e aos jovens no interior de uma estrutura de poder determinada. Educar a jovem geração construtora do socialismo exigia incorporar também ao processo educativo a afirmação do protagonismo participativo efetivo dos estudantes na direção da vida integral da escola. Mais do que isso, exigia articular a autodireção coletiva do corpo estudantil das escolas com o movimento organizado da juventude revolucionária de todo o país (a União das Juventudes Comunistas da Rússia, no caso) e com a solução dos problemas práticos e reais da construção do socialismo: como a construção de hortas comunitárias nos bairros e subúrbios das cidades assoladas pela fome, ou a alfabetização intinerante de jovens e adultos nas zonas rurais, por exemplo. As escolas dirigidas por assembleias com ampla maioria estudantil, com crianças e adolescentes assumindo tarefas e responsabilidades reais relativas ao funcionamento de instituições educativas bastante integradas ao seu entorno, correspondiam bem ao aspecto dinâmico do caráter formativo da educação soviética, sob a perspectiva de Lênin.

Sendo seu objetivo a formação da juventude para a tarefa de construção socialista, a discussão sobre a pertinência ou não da escola como instituição formativa especial deveria ser abordada sob o enfoque das condições gerais e necessidades postas para a realização dessa tarefa, não sob qualquer espécie de enfoque abstrato e "principista". As escolas, como os tribunais, os hospitais e os exércitos, são instituições que precedem historicamente a época da construção socialista, mas desvencilhar-se arbitrariamente de todas elas, sem que as condições concretas para sua superação histórica, estivessem colocadas, significaria desarmar o proletariado em sua luta revolucionária e emancipatória. Lênin, à frente do Estado soviético, foi um campeão da flexibilidade tática. Na reconstrução da economia soube apontar no sentido de sair do "comunismo de guerra" para a NEP, reforçando temporariamente o papel do capital privado como forma de responder às necessidades imediatas do abastecimento da população, ao final da guerra civil, e de impedir o colapso produtivo geral que, além do mais, abriria as portas para a contrarrevolução. Dessa forma, fica claro que a exigência de supressão imediata da escola, por sua condição de instituição oriunda das velhas sociedades de classe, não correspondia em nenhuma medida à forma de Lênin considerar o problema educativo da Rússia revolucionária. A revolução precisava se expressar na escola – em sua forma, estrutura e métodos – assim como, por exemplo, na fábrica ou no Exército. Mas sua diluição apenas estaria colocada na ordem do dia, se tivesse se tornado historicamente obsoleta, o que em nenhum momento refletiu a situação russa até o início dos anos 30, foco dessa análise.

Conclusão

A experiência revolucionária na educação e na pedagogia da Rússia soviética estimulou fortes discussões, tanto internas quanto externas aos ambientes socialistas internacionais. Gramsci, por exemplo, acompanhou esses debates, nas condições em que isso era possível, e, como educador e dirigente revolucionário, contribuiu muito para o aprofundamento da reflexão sobre a escola única do trabalho e sobre as mediações que a luta socialista pela educação deve incorporar e assumir nos marcos da ordem burguesa.

Sob a perspectiva de uma pedagogia marxista, tal como compreendida por Lênin, os alvos e metas da luta pelo direito a uma educação pública, democrática e emancipatória para as maiorias populares não podem ser desassociados da luta de classe dos trabalhadores contra a opressão burguesa e pela superação socialista do capitalismo, como um todo. No entanto, precisa levar profundamente em consideração as condições concretas em que essa demanda está colocada. Nos marcos de uma sociedade capitalista dependente, como a brasileira, na qual os filhos da maioria do povo trabalhador apenas muito recentemente tiveram acesso aos bancos escolares de instituições cada vez mais precarizadas, a questão central para uma pedagogia marxista é menos a de revolucionar os métodos de ensino e aprendizagem da escola, e muito mais a de garantir sua existência mesma. A recente onda de ocupações de escolas autodirigidas demonstrou a urgência da questão educacional no país, a energia e a demanda por protagonismo da juventude das classes populares e a relevância desse debate para a política revolucionária do socialismo.

Referências bibliográficas

GOLDMAN, Wendy. “Mulher, Estado e Revolução”. Boitempo Editorial. São Paulo. 2014

LENIN, Vladimir. “Cultura e revolução cultural”. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1968

PISTRAK. M (org). “A Escola-Comuna”. Expressão Popular. São Paulo. 2009.

Uma contribuição ao debate sobre os tempos difíceis

Gilvandro Antunes[1]

O texto em questão, e que a militância em geral poderá lê-lo de forma crítica, não tem a pretensão de ser um orientador político-partidário ou de estabelecer novas táticas diante da conjuntura que se apresenta. Entretanto, não se trata, por suposto, de um texto despretensioso, caso o fosse, não haveria por que escrevê-lo em uma manhã de domingo, uma vez que o descanso seria o mais indicado para tal dia. A pretensão que será exposta é de contribuir com conceitos ainda pouco usuais em nossas contribuições teóricas internas, colocando diante da vasta teoria marxista que nos acompanha elementos conceituais como "anomia social", "cinismo", "supereu", "eu" "Id", "sintoma" e "mal-estar". Note-se aqui que além da análise político-econômico-sociológica entra um forte componente da psicologia social, mais precisamente com grande influência freudiana.

Dito isso, começaremos pela análise da conturbada conjuntura que se apresenta diante de nós.

A crise econômica

Quando falamos em crise econômica mundial, nos remetemos imediatamente ao resultado da crise de acumulação capitalista em sua forma neoliberal, em que a desregulamentação e a financeirização do capital tornaram-se a forma dominante de valorização do mesmo. Ou seja, somos a geração que pode ver *in loco* o capitalismo em sua fase superior como assinalara Lênin, quando diz:

1 Militante do MES/PSOL-RS

desse modo, o século XX marca o ponto de partida de viragem em que o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital em geral [2].

Mais adiante, Lênin caracteriza o imperialismo como o resultado direto do capitalismo monopolista organizado em cartéis, trustes, em aliança com os grandes bancos. *"Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo"*[3]. Em resumo, somos testemunhas não só da forma mais madura do capitalismo monopolista, como também de sua decadência (o que não quer dizer do seu fim). Somos testemunhas do resultado de 120 anos da fase superior do capitalismo. Se alguém questionasse Lênin à época e se pudéssemos voltar no tempo para sair em sua defesa, teríamos a narrativa completa desde a fusão do capital bancário e industrial até a financeirização extraordinária que se estabeleceu. Assim teríamos a narrativa completa da crise.

O capitalismo caracteriza-se por sua necessidade contínua de quebrar barreiras, como afirma David Harvey em O *Enigma do Capital*. Essas barreiras são: 1- de ordem territorial, o capital tem que se movimentar livremente para além das fronteiras nacionais e regionais, precisa continuamente mundializar-se; 2- de ordem trabalhista: o capital para se valorizar precisa precarizar o trabalho, aumentar a taxa de mais valia; 3- de ordem tecnológica, o capital para se valorizar precisa substituir o trabalho vivo por trabalho morto; 4- de ordem temporal, o capital precisa diminuir o tempo entre produção, circulação e consumo. Assim, precisa investir em tecnologia logística (transporte) e tecnologia creditícia (cartões e compras pela internet); 5- de ordem ecológica, o capital precisa obter legislações coniventes

2 LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987. p .45.

3 *Idem*. p. 87.

com seus interesses para poder consumir os recursos naturais para além da possibilidade de renovação desses recursos. Desse modo, a quebra de barreiras essenciais ao desenvolvimento-sobrevivência do capitalismo é também o que engendra e aprofunda sua própria crise. Nesse caso, a frase que afirma que "a diferença entre o remédio e o veneno é a dose" encaixa-se perfeitamente ao sistema capitalista. Harvey aqui, nos esclarece com maior precisão de detalhes:

(...) a circulação do capital implica também movimento espacial. O dinheiro é reunido em alguma região e levado para um lugar especial para utilizar os recursos de trabalho que vem de outro lugar. Deposito o dinheiro em uma conta poupança no meu banco local em Baltimore, e o dinheiro acaba nas mãos de um empresário que construiu uma fábrica de meias em Dongguan, na China, e contrata trabalhadores migrantes do interior (principalmente jovens mulheres). Os meios de produção têm de ser trazidos de mais um lugar para produzir uma mercadoria que tem de ser lavada a um mercado em outro lugar. Atritos e barreiras a esse movimento espacial tomam tempo para ser negociados e diminuem a circulação. Ao longo da história do capitalismo muito esforço tem sido posto, portanto, na redução do atrito de distância e dos obstáculos à circulação. Inovação nos transportes e comunicação tem sido cruciais. Aumentar a abertura das fronteiras do Estado ao comércio e finanças, assinar acordos de livre comércio internacionais e garantir um bom enquadramento jurídico para o comércio internacional também são vistos como essenciais a longo prazo. (...) Ao longo da história do capitalismo tem sido uma tendência para a redução de barreiras espaciais e a aceleração[4].

A crise imobiliária das hipotecas estadunidenses de 2007 é a pura essência do movimento de um capital sem barreiras, em que o simples ato de comprar uma casa por um indivíduo

4 HARVEY, David. *O Enigma do Capital*. 2011. p. 42-43

esconde por trás de si um movimento frenético de circulação de um capital sem barreiras em que o que nutre sua valorização é o mesmo que pode levá-la à inanição. Como disse Harvey: *"As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo"*[5]. Assim, vivemos o estrangulamento de um tipo de capitalismo iniciado com a crise do petróleo e com a queda da taxa de lucro devido ao crescimento da massa salarial dentro do capital geral na Europa pós-segunda guerra. Ou seja, a crise do capitalismo em sua fase neoliberal.

Ainda que falemos em financeirização, capital fictício (como aborda François Chesnais, por exemplo), etc., a essência do capitalismo segue sendo a produção de mercadorias, afinal de contas é para isso que bilhões de pessoas se acordam para trabalhar quase todos os dias para consumir bilhões de mercadorias. Além disso, é daí, e só daí, que vem a mais-valia, da produção, circulação e venda de mercadorias. É aí que se dá o movimento completo da mais-valia. No mundo contemporâneo, altamente consumista é preciso produzir cada vez mais, produzir em grande escala. Para isso, é preciso, para abastecer os mais diversos mercados consumidores, baratear os custos da produção. Ocorre que para tal barateamento é preciso aumentar a taxa de investimento na composição geral do capital, é preciso investir em bens de capital, em transporte, em comunicação, em pesquisa. Isso requer vultosas somas de capital, o que, por suposto, o capitalista não tem tudo em suas mãos. Assim, parte ou todo o patrimônio da empresa vira ações. Ou seja, financeiriza-se, o que, por sua vez, vira juros às instituições que se destinam a tal finalidade. Porém, do outro lado há o trabalhador que produz as mercadorias. Ora, se o capitalista não pode parar de investir, não podendo diminuir a taxa de investimento, é preciso baratear o capital variável. Assim, dentro da produção do valor de troca aumenta a taxa de mais-valia.

5 Idem. Ibidem. p. 18

O deslocamento de empresas para o sudeste asiático, América Latina, China e África é parte disso. Hoje, fala-se na necessidade de se fazer de todas as fábricas localizadas no hemisfério sul um grande modelo chinês de produção. Por parte das instituições financeiras, estas ganham com os juros cobrados por empréstimos à produção e do outro lado por empréstimos cobrados para o consumo e financiamento de déficits. Neste sentido, Celso Furtado explica que

> *(...) o mais importante a considerar é que a elevação da taxa de juros significa, em última instância, transferir para as classes proprietárias uma parcela maior da renda nacional, ou seja, criar novo mecanismo de concentração de renda*[6].

De modo esclarecedor, Furtado vê a política de juros como transferência de renda, voltada à concentração da mesma. Em termos simples, quem paga os juros é o trabalhador. Esse é o movimento circular da crise em que as medidas que são tomadas para sair de uma crise servirão para analisarmos os motivos da próxima.

Para além da esfera econômica da crise

A enorme crise política vivida na contemporaneidade está, por óbvio, ligada à crise econômica. As guerras no Oriente Médio nada mais são que repartição dos territórios em interesses imperialistas. Chovendo no molhado, agora vamos partir para as origens e consequências disso. Durante algum tempo tivemos a dificuldade de ver e, portanto caracterizar, a onda conservadora que muitos falavam pelos mais diversos motivos que não cabe aqui esmiuçar. Sim, há de fato uma onda conservadora mundial.

6 FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*, 2003. p. 181

Dentro da crise econômica, desenvolveu-se uma crise política e dentro dessa crise política a saída pela direita tem tido mais ressonância. Bem, toda a crise gera debates sobre alternativas. Os primeiros debates foram pela esquerda, culminando em grandes mobilizações antineoliberais, sobretudo na América Latina. Podemos chamar de o primeiro estágio de alternativas à crise neoliberal. Esse primeiro estágio, por seu turno, teve como expressão a vitória de governos de esquerda e centro-esquerda no continente latino-americano. Já no esgotamento dos governos latino-americanos de esquerda e centro-esquerda e com o aprofundamento da crise neoliberal que ganha contornos catastróficos com a crise hipotecária estadunidense e com a crise dos países do sul da Europa, cresce um importante movimento de alternativa de poder com a vitória do Syriza na Grécia, do Podemos na Espanha e a campanha de massas de Mélenchon na França. Na verdade, Syriza e Podemos foram a expressão eleitoral de um riquíssimo movimento de esquerda que sacudiu a Europa e que segue mesmo com a capitulação na Grécia e com a ofensiva da direita e extrema-direita, o exemplo francês. Esta pode ser chamada de segundo estágio. Ocorre que no mundo atual lutas por emancipação como as da primavera feminista andam em paralelo às lutas contra a retirada de direitos. As lutas ofensivas e defensivas andam juntas.

Uma conjuntura de crise é a crise da "conservação". Abre-se um período de forte questionamento aos que querem conservar o mundo à mercê da manutenção de seus benefícios. Sendo assim, abre-se a possibilidade para que milhões de indivíduos ouçam àqueles que querem mudanças, àqueles que questionam os conservadores. Nesse sentido, extrema direita e extrema esquerda ganham ressonância. Isso porque há um forte questionamento à democracia formal de hoje. Na verdade, é o maior questionamento à democracia desde o entre guerras. Alguém poderia dizer: e os golpes militares de 60-70? Bem, isso era guerra fria, ou seja, vinha de cima para baixo. Hoje o questionamento vem de baixo para cima, como no entre guerras (é claro que quando falamos em de cima para baixo e de baixo para cima estamos falando em dinâmica e não em pura essência, pois se trata de influências mútuas e dialéticas). Mas o caso é que a direita tem encontrado mais ressonância nos últimos anos. Mas por quê? Primeiro é que o discurso de direita ganha um forte apoio dos grandes meios de comunicação de massas, e isso não é qualquer apoio. Segundo, porque vivemos um forte momento de incertezas, um forte período de medo. Sabe-se que o medo pede segurança e não liberdade. A direita amplifica o discurso do medo e oferece segurança, ao passo que a esquerda tenta dissuadir a população do medo e oferece liberdade. Mas convenhamos, em um mundo atolado em guerras, crise, atendados terroristas e crescente violência urbana (tudo isso com um forte componente de intolerância) faz o medo ser mais forte que a esperança. É muito difícil competir com o instinto natural de autopreservação da vida. O discurso de direita apela para este instinto.

Em entrevista ao blog do jornalista mexicano Alberto Buitre, o médico e neurobiólogo, Gernot Erns, falou sobre o impacto neurocerebral do medo:

Ernst, dime, ¿por qué tiene tanto éxito la derecha hoy en día?

Los medios de información han cambiado, particularmente internet. Pero también la forma de educación, de movimiento, esto provoca que nuestra mente cambie, que tengamos dificultades de concentrarnos y de aceptar o entender argumentos. Esto es explotado por la derecha porque se especializa por utilizar el miedo. Saben lo que están haciendo. Están utilizando el miedo social.

¿Pero por qué funciona tanto (o medo)?

El miedo, la confusión. Es un hecho que, cuando eres confundido, tu cerebro no logra argumentar. El cerebro es fácil de convencer con imágenes, con palabras simples. Por ejemplo, las grandes tiendas hacen grandes laberintos donde las personas no encuentren la salida. Es una estrategia. Porque cuando eres confundido no tienes fuerza mental para no comprar cosas. Es una técnica; es fácil confundir a la gente. Es la estrategia: aumentar el miedo, aumentar la confusión y así saben que la gente va a apuntar hacia la derecha. Es una estrategia clásica fascista[7].

A crescente crise econômica e política incide diretamente no aumento da exclusão social, da violência e da corrupção. Isso, por seu lado, faz com que uma crescente parcela da população jogue no colo da democracia representativa meramente formal a culpa pelo quadro atual. Essa democracia é vista como corrupta e ineficiente. Não é à toa que ela é questionada pela esquerda e pela direita. Os movimentos como *Occupy Wall Street*, Podemos, Jornadas de Junho, etc. questionam o formalismo excludente da atual democracia burguesa, já os movimentos de direita antiliberais, neonazistas e fascistas questionam a putrefação dos valores devido à frouxidão da democracia. A vantagem nisso para a direita é o forte componente do medo.

Medo, mal-estar, anomia social, seus sintomas e a crise da modernidade: recorrendo a Freud

A princípio, esse diagnóstico hegeliano parece convergir em larga medida com descrições sociológicas que caracterizam o risco maior da modernidade como sendo a tendência à generalização de situações de anomia e indeterminação em razão da consciência da impossibilidade de garantir a substanciabilidade de formas tradicionais de vida. Nesse sentido, devemos entender por anomia 'os efeitos de um enfraquecimento das normas e das convenções tácitas reguladoras de expectativas mútuas que conduz a uma degradação dos vínculos sociais[8].

Ao abrirmos com a citação de Safatle, caracterizamos que o atual quadro de anomia social advém não só da crise econômica, mas também da crise de representatividade da modernidade. O sistema político mais emblemático da modernidade é a democracia burguesa representativa. A crise da modernidade e, portanto, também crise da democracia burguesa, são a causa de um forte mal-estar social, pois diferentemente da passagem da tradição arcaica para o moderno, a passagem do moderno para o pós-moderno não indica para onde vamos. Ainda que de forma enganosa, a ruptura que o moderno fez com o tradicional apontava para uma caminhada rumo ao progresso, para a vitória da razão e da ciência sobre o místico e o tradicional. Parte foi feito, é evidente, mas muito não. Não é à toa que de forma dualista, desigual e combinada, o moderno e o arcaico coexistem. Isso por si só já traz consigo um forte componente de anomia. Ocorre que hoje, na passagem pós-moderna, o pós-moderno coexiste com o arcaico, também de forma desigual e combinada. Dentro da França temos a sociedade capitalista pós-moderna e a sociedade arcaico-capitalista tradicional islâmica. Isso gera, inevitavelmente, anomia social permanente e não mais anomia social anacrônica periódica como nos indicava Émile Durkheim. O sociólogo José de Souza Martins, ao falar da anomia social brasileira, nos empresta mais luz ao que nos referimos:

7 ENST, Gernot. "¿Por qué diablos la gente apoya a la derecha? Un médico noruego tiene la respuesta" [06 de setembro de 2016]. Disponível em https://albertobuitre.com/2016/09/06/gernot-ernst-alberto-buitre-sosialistisk-venstreparti-por-que-diablos-la-gente-apoya-a-la-derecha-un-medico-noruego-tiene-la-respuesta/amp/ (Visualizado em abril de 2017).

8 SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 17

(…) a anomia brasileira se caracteriza pelo desencontro de temporalidades que se cristalizaram em determinadas situações sociais e em determinados grupos sociais residuais ao longo da história[9].

Mais adiante ele segue:

(...) estamos hoje anomicamente polarizados entre a busca do futuro no passado e a busca do futuro na mera taxa de lucro de um presente sem futuro[10].

Quando falamos aqui em anomia social falamos em desencontro de temporalidades. O Estado Islâmico é fruto das consequências da pós-modernidade ou da modernidade em crise, ao mesmo tempo em que é desencontro temporal. Em outra obra o mesmo sociólogo segue:

(...) o anômalo é também constitutivo do processo histórico no marco do desenvolvimento desigual que define a dinâmica da sociedade contemporânea[11].

O capitalismo precisa se desenvolver de forma desigual; isso, por sua vez, é o componente combinado. Assim, ele via de regra é anômico por natureza, pois ser desigual é ser destemporal. Não se pode extrair diamantes na África sem ser desigual, sem submeter uma dada sociedade à destemporalidade. Entretanto, essa mesma sociedade destemporal reage da forma mais violenta possível. O Estado Islâmico trata-se dessa destemporalidade anômica. Em que pese sua funcionalidade ao próprio capitalismo desenvolvido, através da função do medo dentro do corpo social. Ele é anomia, uma vez que dentro da

9 MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 43

10 Idem, Ibidem, p. 57

11 Idem, *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

pós ou da modernidade em crise é uma tentativa de volta ao passado, ou mais precisamente, a volta a um passado que nunca existiu.

Estamos diante da sociedade do mal-estar gerado pela indefinição. Em um quadro assim, fica difícil a anomia ter início, meio e fim. O psicanalista Christian Dunker nos explica este mal-estar anômico:

(...) um estado no qual a anomia torna-se a regra e o efeito necessário da produção do mal-estar e sua gestão, o motor fundamental desse novo estado do capital. Seria, portanto, desejável que levássemos em conta a segunda metadiagnóstica da modernidade e sua tese de que sofremos com o déficit de experiências produtivas de indeterminação, com suas narrativas conexas, de dissolução da unidade do espírito e de alienação da alma[12].

Dessa maneira, temos aqui um conjunto de elementos que levam à anomia que, por sua parte, é geradora de um permanente mal-estar, mais precisamente a uma patologia do social. Crise econômica e política, crise da modernidade, medo e indefinição, anomia e mal-estar, busca por segurança e liberdade relegada. Assim avança a direita antiliberal.

Sigmund Freud vê na vida em sociedade (ou vida na cultura dependendo da tradução) uma inevitável tendência ao mal-estar. Em seu célebre livro, O Mal-Estar na Civilização, Freud se pergunta do porquê de tal mal-estar. Para ele a resposta acerca do mal-estar social tem que iniciar com uma pergunta: O que buscam os homens? Nesse sentido, o pai da psicanálise vê duas respostas: a busca de um sentido para a vida humana e a busca por felicidade. Sem os dois o que há é um sentimento de desamparo e o desamparo é um forte causador de mal-estar. Em relação à explicação do sentido da vida, Freud vê que esta

12 DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma.* São Paulo: Boitempo, 2015. p. 383

resposta é extremamente difícil, pois não é à toa que milhares de anos desde a antiguidade até a contemporaneidade as explicações mais satisfatórias seguem sendo as religiosas.

> *Já sabemos que a apavorante impressão do desamparo infantil despertou a necessidade de proteção – proteção através do amor -, que é satisfeita pelo pai; a percepção da continuidade desse desamparo ao longo de toda a vida foi a causa do homem se aferrar à existência de um outro pai – só que agora mais poderoso (Deus)*[13].

Mais adiante Freud prossegue:

> *A religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade e tal como a da criança, teria sua origem no complexo de Édipo, na relação com o pai*[14].

O desamparo é tamanho frente a uma falta de explicação para o sentido da vida que a humanidade "cria" sua neurose obsessiva universal e a institucionaliza fortemente.

Mas Freud vê que a segunda resposta, qual seja a busca da felicidade tem resposta mais fácil: o Princípio do Prazer, ou seja, a máxima satisfação do prazer e nenhuma sensação de desprazer. Para Freud, o estado de natureza pode garantir a satisfação instintual dos seres humanos, a satisfação sexual irrestrita e a satisfação agressiva irrestrita também. Ocorre que tal satisfação só lhe poderá ser realizada se este fosse o mais forte indivíduo da horda primordial humana, como dissera Charles Darwin na obra *A Origem do Homem e a Seleção Sexual*. Assim, não ser o mais forte da horda traz permanente insegurança aos demais e até ao mais forte que pode perder seu posto de forma violenta a qualquer hora. Desse modo, vê-se na civilização a troca da satisfação instintual por segurança. Na sociedade civilizada, mais segura, onde a vontade do indivíduo mais forte não prevalece sempre, é preciso ter-se um conjunto de normas que regem a comunidade civilizada. O medo do sofrimento do corpo, o medo das intempéries da natureza e o medo dos outros seres humanos nos levaram, de acordo com Freud, a abrir mão do princípio do prazer em nome da segurança. Ou seja, a humanidade buscou a felicidade na segurança. Influenciado por Thomas Hobbes, Freud vê no contrato social a viabilidade para a civilização. Todavia, como já referimos é um contrato restritivo dos desejos (talvez a ética protestante seja a forma mais emblemática da civilização construída a partir da renúncia e do recalque instintual).

> *O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se fosse finalidade de sua vida, querida por deus*[15].

A sociedade não progredirá com liberdades instintuais, mas com disciplina. Disciplina da agressividade através do monopólio da força pelo Estado, disciplina sexual através da religião. No entanto, a abdicação ao prazer sexual e agressivo traz, inevitavelmente, a infelicidade. Nesse sentido, Freud disse:

> *(...) se a cultura impõe tais sacrifícios, não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor porque é tão difícil de ser feliz nela. (...) O homem primitivo trocou um tanto de liberdade por um tanto de segurança*[16].

13 FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre: LP&M, 2011. p. 83
14 Idem. Idem, p109

15 WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 161.
16 FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na Civilização*. In: FREUD, S. O mal- -estar na civilização – novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. (1930-1936). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 18), p. 82

A liberdade instintual não garantia a superação do medo da insegurança, ao passo que a segurança não trazia a felicidade proporcionada pela liberdade instintual. Freud não traz aqui uma descrição histórica da construção social, mas uma construção psicológica da sociedade. Como a civilização foi psicologicamente construída. Mas de onde vem o mal-estar social? Advém de que a civilização foi feita para excluir o medo e garantir a felicidade não só do mais forte, ocorre que a vida cultural traz renúncia ao princípio do prazer, onde o instinto é recalcado ao inconsciente e pode apresentar, quando aflorado, forte componente neurótico individual ao voltar de forma distorcia ao consciente. Vamos a Freud novamente:

> *(...) em termos bem gerais, nossa civilização está baseada na repressão dos instintos. Cada indivíduo renunciou a um quê do que possuía, à plenitude de seu poder, às tendências agressivas e vingadoras de sua personalidade; dessas contribuições originou-se o patrimônio cultural de bens materiais e ideais*[17].

Bem, o mal-estar pela renúncia nada mais é que o mal-estar de que a vida em sociedade poderia dar-nos felicidade, mas não deu. Pois ela mantém nossas incertezas e nossa insegurança, além de nos controlar, afinal, a vida em sociedade é uma vida em controle permanente. Acontece que um mal-estar iniciado nos primórdios da vida cultural, portanto psíquico, se agrava em determinados momentos da conjuntura política e econômica, nos momentos de medo, de indecisão, causando assim, a anomia. Os seres humanos na condição de vida em anomia agem de forma agressiva, buscam satisfação sexual não consentida (estupro, por exemplo) se apropriam do que não é seu sem qualquer motivação revolucionária ou de sobrevivência.

17 Idem. "A Moral Sexual 'Cultural' e o Nervosismo Moderno" (1908), In: *Obras Completas*, Vol. 8. São Paulo: (cont.) Companhia das Letras, 2015, p. 368

Em 1932, a pedido da Liga das Nações, um punhado de homens com notória contribuição universal à humanidade foi convidado a convidar outros indivíduos, também notórios, para debater os assuntos de maior relevância no período. Albert Einstein, por sua vez, escolheu como tema a guerra. Seu escolhido para debater foi Sigmund Freud. No texto intitulado Por que a Guerra? Einstein pergunta a Freud como é possível livrar os homens da fatalidade da guerra. Na esteira das perguntas de Einstein, Freud oferece-lhe sua teoria dos instintos:

> *(…) o senhor me permite, neste ponto, apresentar-lhe parcialmente a teoria dos instintos a que nós chegamos após muitos tenteios e oscilações? Nós supomos que os instintos humanos são de dois tipos apenas: os que tendem a conservar e unir – nós os chamamos de eróticos, exatamente no sentido de Eros, no Banquete de Platão – e os que procuram destruir e matar, que reunimos sob o nome e instinto de agressão ou de destruição*[18].

Dessa maneira, Freud não vê num horizonte sequer distante a possibilidade de os homens não praticarem a guerra como forma de exercer o direito via agressividade, pois como fala "é um erro de cálculo não considerar que originalmente o direito era força bruta e que ainda hoje não pode prescindir do amparo da força" (Idem, pág. 426). Assim, pode-se concluir que em uma situação de anomia permanente (anomia como regra e não mais como exceção) a agressividade, via o instrumento da guerra, também é a regra e não pode ser cessada a partir de resoluções da ONU ou protesto muito bem intencionados, ainda que ingênuos, de paz.

18 Idem. "Por que a Guerra? [Cartas entre Freud e Einstein (1931)], In: *Obras Completas,* Vol. 18. São

Quer nos parecer que jamais um acontecimento destruiu tantos bens preciosos da humanidade, jamais confundiu tantas inteligências das mais lúcidas e degradou tão radicalmente o que era elevado[19].

Neste texto de 1915, em plena 1ª Guerra Mundial, Freud vê que a guerra dissolve as mentes mais elevadas, uma vez que homens e mulheres tão radicalmente pacifistas defendem a aniquilação do outro tão facilmente. Este é o componente da guerra, pois ao dissolver os parâmetros da cultura, aflora os instintos outrora recalcados pelos valores morais ou proibidos pelo Estado. Mais adiante o psicanalista segue:

(...) dizíamos, é verdade, que as guerras não podem acabar enquanto os povos viverem em condições tão diferentes, enquanto divergirem de tal modo no valor que atribuem à vida individual, e enquanto os ódios que os dividem representem forças psíquicas tão intensas[20].

E é exatamente o que leva ao convencimento e à aprovação da guerra por parte da população, até das mentes mais elevadas. É do ódio psíquico ao diferente, em épocas de crise que a guerra é consentida, não por todos, mas por parcelas significativas dos indivíduos. Freud afirma que o Estado, durante o período de guerra, permite ao cidadão fazer o que ele (Estado) já faz em tempos de paz, pois o Estado não proíbe atos de injustiça ao cidadão porque quer aboli-la, mas porque quer o seu monopólio. Ocorre que em tempos de guerras e/ou de anomia o Estado não consegue, por descrença em suas instituições, reivindicar o monopólio da crueldade.

Mas o que nos impede cotidianamente de praticarmos nossas satisfações instintuais? É fundamental em Freud os conceitos de Id, Eu e Supereu. A grosso modo, é no Id que residem

19 Idem. "Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte" (1915). In: *Obras Completas*, Vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 281.
20 Idem, Ibidem, p. 211.

os instintos, este age sob o puro princípio do prazer, não é consciente. O Eu, age sob o princípio da realidade, ele busca o prazer, mas já os media com a situações externas a ele, ele varia entre o consciente e o inconsciente. Já o Supereu, que é o que nos interessa mais por hora, age sob o princípio do dever ser. Ele é o ideal do eu e responde às expectativas coletivas. No livro Totem e Tabu, Freud analisa que o Supereu nasce com o sentimento de culpa, às vezes ele é o próprio sentimento de culpa. O sentimento de culpa freudiano vem desde a horda primordial darwiniana, onde o macho mais velho e mais forte, geralmente o pai dos demais machos tinha acesso ilimitado e possuía todas as fêmeas do bando (primeiro requisito da exogamia). Os machos menores, geralmente os filhos, desejavam igualmente as fêmeas, a começar pela fêmea principal, a mãe, não podendo ter acesso, desejavam a morte do pai, um dia os irmãos consumaram a morte do pai através do parricídio, devorando-o após a morte. Tudo isso para demonstrarmos que o sentimento de culpa vem do arrependimento do sentimento do Complexo de Édipo, pois a relação do menino com o pai é ambivalente, uma vez que deseja a mãe como objeto sexual ao mesmo tempo que admira o pai. Matar ou desejar a morte de quem se admira sempre nos traz sentimento de culpa. O desenvolvimento humano do animismo ao totemismo e do totemismo à religião está intimamente ligado ao sentimento de culpa exercido pelo parricídio. Quatro obras foram fundamentais para que Freud tivesse desenvolvido a teoria do Complexo de Édipo: Édipo Rei (o amor objetal pela mãe e o assassinato do pai), de Sófocles, *Hamlet* (ódio ao pai) de Shakespeare, *Os Irmãos Karamazov* (o assassinato do pai e o estabelecimento da fátria), de Dostoiévski e *O Ramo de Ouro* (onde é investigado a universalidade do tabu do incesto e sua ambivalência), de James Frazer. Desse modo, a morte do pai traz um forte sentimento de culpa entre os filhos. Isso, por seu turno, gera a primeira inibição moral da cultura, a proibição do incesto. O desejo pela mãe deve ser recalcado e tido como tabu

até desaparecer no inconsciente. Esse sentimento de culpa gera a moral, a religião, a repressão instintual sexual e agressiva tão necessária à civilização.

Hoje, o Supereu é a família, a igreja, a escola e a ideologia de Estado, nasce através da figura do pai e vai até a internalização das leis positivadas dos Estados e costumes morais da sociedade. Na teoria marxista, seria o equivalente à superestrutura. Os seres humanos são seguem as leis não só pelo medo, mas também pelo dever ser, para poder estar à altura das expectativas morais coletivas, para poder ser o que a família, a igreja, o Estado, etc. entendem como ideal de um ser humano. Para que possamos obter mais elementos para a compreensão do papel do Supereu em Freud devemos ir a Safatle, o qual reconhece "um dos principais conceitos criados por Freud para a análise de fatos sociais foi o de Supereu"[21].

A anomia social, psicologicamente, assim, é o desequilíbrio entre os desejos do id, agora não mais recalcados ou só parcialmente recalcados, e o dever ser do Supereu. A linha tão evidente que os separa agora já é tênue.

Violência como expressão da crise e situações de anômia: a sociedade cínica

Tratando do discurso do *establishment* político liberal, Safatle aponta:

> *(...) a retórica das democracias liberais continuaria aceita exatamente por não exigir convicção absoluta dos sujeitos; até porque o problema da justificação foi desvinculado do problema da verdade*[22].

21 SAFATLE, Vladimir. Um supereu para a sociedade de consumo: Sobre a instrumentalização de fantasmas como modo de socialização. Disponível em: http://www.oocities.com/vladimirsafatle/vladi100.htm (Visualizado em abril de 2017).

22 Idem. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 109.

Com isso, aqui está demostrado o "valor" cínico que opera a sociedade contemporânea ocidental. Para afirmar algo ou desejar algo não é necessário acreditar. Como já nos indicou o filósofo Slavoj Zizek quando aponta para a sociedade que se reúne todos os anos para o natal sem acreditar em Cristo, a sociedade descafeinada, cínica.

Como dissemos anteriormente, a sociedade pós-moderna não tem claro para onde vai, pois ela já tem a razão, a ciência, o belo e a civilidade. Não obstante, não tem a felicidade. Para isso, a pós-modernidade só pode oferecer mais consumo. Felicidade diretamente ligada ao fetiche da mercadoria. Mercadoria, por sua vez, é valor de troca e valor de uso, ela deixa de ser mercadoria no consumo. Felicidade dá-se na troca (dinheiro por mercadoria) e no uso, mas deixa de ser felicidade também após o ato de consumo e como a mercadoria tem que estar ligada ao infinito círculo de produção e destruição. Para manter a busca de sua felicidade através do consumo, não mais das metas sociais coletivas, a sociedade contemporânea busca soluções cínicas para problemas sociais complexos. Diante do problema dos refugiados, busca-se construir muros, diante da violência urbana se constrói condomínios, diante do sofrimento advindo do mal-estar social se medica o que na verdade deveríamos politizar (trecho baseado na tese da Vida em Condomínio de Chirstian Dunker). Mas alguém acredita que isto gera solução, ou é apenas um ato cínico de agir para que a sociedade do hiperconsumo não faça uma reflexão crítica que, ida a fundo, questionaria o próprio modo consumista de ser? Para Marx, "a produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente produção"[23]. Nesse círculo, diríamos também que produção e consumo também são imediatamente reprodução. Reprodução de uma superestrutura. Quando dissemos que há uma tendência de que parte do mundo se torne uma grande

23 MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 247

fábrica chinesa é a reprodução de uma produção para um dado consumo, o consumo na sociedade pós-moderna. Além disso, há o consumo meramente financeiro que "produz" juros e na ilusão de se ter acesso a essa "produção" de juros são consumidos bilhões de dólares todos os dias. Consumidos na forma de transferência de riqueza dos pequenos para os grandes especuladores e sobretudo destruídos na forma de capital pela crise financeira. Para que essa sociedade seja a sociedade do hiperconsumo ela precisa concentrar riqueza. Uma concentração sem precedentes quase inacreditável. Em uma pesquisa a ONG OXFAM divulgou o seguinte dado:

> *Los nuevos datos de Oxfam son demoledores. Tan sólo 8 personas (8 hombres en realidad) poseen ya la misma riqueza que 3.600 millones de personas, la mitad más pobre de la humanidad. La súper concentración de riqueza sigue imparable. El crecimiento económico tan sólo está beneficiando a los que más tienen. El resto, la gran mayoría de ciudadanos de todo el mundo y especialmente los sectores más pobres, se están quedando al margen de la reactivación de la economia*[24].

Sim! Oito pessoas detêm a riqueza de 3,6 bilhões. Em um mundo de enorme concentração de renda não é possível não haver anomia advinda da destemporalidade. Dessa maneira, não é possível não haver violência em grande escala. Soma-se a isso a indefinição de para onde vamos, pois uma sociedade com mais capitalismo terá cada vez mais crises. Já o socialismo não é uma racionalidade partilhada nem por 0,1% da população. Em verdade, não há uma ideologia teleológica que signifique hoje uma possibilidade em que um grupo significativo de pessoas acreditam, com exceção da religião.

24 OXFAM. "Una economía para el 99% - Es hora de construir una economía más humana y justa al servicio de las personas". Disponível em: https://www.oxfam.org/es/informes/una-economia-para-el-99 (Visualizado em abril de 2017).

Novamente, vamos a Safatle para que possamos compreender o que há quando temos uma crise das ideologias teleológicas:

> *(...) devemos chamar de 'cinismo' um problema geral referente à mutação nas estruturas de racionalidade em operação na dimensão da práxis. Há um modo cínico de funcionamento dessas estruturas que aparece normalmente em épocas e sociedades em crise de legitimação, de erosão da substancialidade normativa da vida social. Isso nos coloca diante de uma hipótese maior: a partir de um certo momento histórico, os regimes de racionalização das esferas de valores da vida social na modernidade capitalista começam a realizar-se (...) a partir da racionalidade cínica*[25].

A crise de legitimação gera anomia social e esta, por seu lado, engendra uma racionalidade cínica que tem o dom de nada explicar. Portanto, temos uma sociedade imersa em uma grande crise política, econômica e ideológica.

Todavia, quando falamos em crise das ideologias teleológicas e cinismo não dizemos que não há resistência. Sim há muita, diversos grupos se mobilizam, no mundo inteiro, através de manifestações juvenis, democráticas, feministas, greves, etc. Mas isso é uma resposta positiva dentro da crise. Estas mobilizações são respostas à anomia e ao cinismo que dentro dela opera como racionalidade. Mas o que queremos dizer é que há uma hegemonia da racionalidade cínica garantida pelos aparelhos ideológicos estatais e não estatais e que se cristaliza na sociedade através da satisfação da vida (ou busca da felicidade) através do consumismo. Ou seja: não mude o mundo, apenas goze! A vitória de Donald Trump, para além de um avanço da direita, é uma vitória do cinismo. Afinal de contas pode-se atacar as mulheres, os muçulmanos, os latinos, pois estes atrapalham o gozo dos americanos. Mas não

25 SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p.13

é nada muito ideológico, pois Trump não quer um mundo baseado na religião e na liberdade liberal, ele quer o gozo.

Desse modo, temos uma sociedade que olha a violência sem indignação real, mas com indignação cínica do tipo: o que acontece na Síria é muito triste. Mas passada a notícia do tele jornal, segue a centralidade psico-ideológica do consumo. De modo já é possível ficar triste sem consternação. Isso, na verdade, é puro cinismo, mas não é cinismo no sentido valorativo da palavra, pois trata-se de uma estrutura racional de pensamento própria da anomia.

Medo, mal-estar, anomia e cinismo: o lado brasileiro disso tudo

Assim como o mundo inteiro o Brasil vive uma situação de medo e de indefinição quanto ao futuro. Vivemos em uma sociedade que convive cotidianamente com o medo. Afinal, estamos no país com o maior número de homicídios em termos absolutos, são 60 mil todos os anos. Isso, por seu turno, gera medo. Sendo assim, a sociedade brasileira vive do medo da violência e do mal-estar da indefinição, o que são indícios indubitáveis da condição de anomia na qual estamos imersos. As mobilizações "Verde e Amarelo", protagonizadas em sua maioria por um pensamento de direita formam o exemplo mais emblemático de quando falamos em medo, mal-estar e anomia. Indignadas pela corrupção parte ignificativa da classe média vai às ruas para pedir mudanças. De fato, havia concretude nas passeatas, pois a Operação Lava-Jato desnudou um grande esquema de corrupção envolvendo políticos, partidos, estatais e grandes empresas privadas. Porém, a legítima indignação que ligava de forma afetiva os membros das mobilizações com o desenrolar das mesmas logo se transforma em aparência, cujo discurso não é o que de fato estrutura tais ligações de afeto. Não é preciso voltarmos ao que se tornaram as manifestações de 2015 e 2016. O que pretendemos aqui não é também identificar o estruturante, o que já foi feito outrora. Mas é ver as passeatas e o cotidiano do pensamento médio conservador (e muitas vezes preconceituoso) como manifestações sintomáticas do medo, do mal-estar, do cinismo em uma situação anômica:

> *Seria, então, apenas suma coincidência que Freud tenha designado com o nome de formação de sintoma (symptomblidung) o processo pelo qual desejos contraditórios se articulam em compromisso, originando um novo ato psíquico, negativo ou positivo, que realiza de maneira deformada o que uma vez foi recalcado*[26].

Aqui, em nossa análise, podemos pegar essa citação e usá-la para descrever um sintoma social (ou sintoma do social). Ali, havia desejos contraditórios agindo em compromisso, quais sejam, o fim da corrupção e a manutenção dos privilégios dos presentes enquanto classe social acima das demais. Note-se um ato psíquico positivo, o fim da corrupção, e um ato psíquico negativo, a manutenção dos privilégios. Mas o que voltou de forma deformada que uma vez fora recalcado? A explicitação dos preconceitos nas faixas e palavras de ordem, uma vez que o preconceito volta de forma "positiva", travestido de fim da corrupção e o fim da corrupção volta travestido de forma negativa travestido de na manutenção do privilégio. O preconceito racial, que é o engate para o preconceito de classe no Brasil ele é recalcado, porém permanece como latência no inconsciente popular e ele se revela como verdade, como diria Freud, no chiste, no ato falho e nos sonhos. Agora, vamos ver como isso tudo acontece em uma sociedade em anomia como a brasileira. Diante do medo e do mal-estar, parte significativa da sociedade brasileira faz retornar elementos da ordem precedente,

26 DUNKER, Christian. *Op. Cit.*

elemento imprescindível para a detecção do estado anômico. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda afirma:

> *A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contra ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de rganização sólida não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece eficaz. Se a considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia para se justificar e ganhar prestígio.* [27]

O medo da desordem pede o retorno a uma ordem hierárquica precedente, mas Sérgio Buarque de Holanda alertou, já em 1936, a desordem brasileira não fruto da modernidade, mas sim de nossa formação social colonial. O medo pede pena de morte, linchamentos, tortura, presídios medievais, mais repressão para quem quer terra, casa e quer pensar de forma crítica.

Para quem quer mudança de verdade a hierarquia. Mas nossa elite não quer uma hierarquia prussiana ou uma hierarquia do Leviatã de Hobbes, movido pela razão. Nossa elite quer uma hierarquia jocosa, bastante seletiva que tenha como centro o gozo e não a razão; afinal de contas, razão em demasia atrapalha o gozo. Em verdade, o desejo não mudou, ele apenas voltou à tona se justificando através do medo e do mal-estar. Medo da violência e mal-estar pelas mudanças sociais timidamente ocorridas durante o governo petista. Assim, pode-se sentir satisfação (gozo) com cenas de bandidos mortos na rua, presos decapitados, menores sendo linchados, gays hostilizados, pessoas de esquerda escrachadas desde de que

27 HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33

seja em nome do "bem", ou seja, em nome da volta a uma ordem precedente de paz e respeito, em suma, da volta a uma ordem precedente que nunca existiu. Em tempos de anomia social, o ser humano pode através do Eu ligar o Id ao Supereu de forma direta. Desejo de linchamento de outro ser humano em nome da paz e da tranquilidade futuras. A tradição escravocrata voltando de forma "moderna": isso é anomia, e a racionalidade é o cinismo. Não se acredita que a pena de morte ou o linchamento trará a solução duradoura para a paz social. Entretanto, se afirma de forma cínica, sem reflexão crítica. Todos sabem que em uma sociedade com imensa desigualdade social haverá violência e, portanto, anomia, uma vez que há crise de legitimação do regime. Todavia, para tal reflexão há que se abrir mão do gozar, no sentido lacaniano da palavra.

Para que não cortemos os nossos pulsos

Este texto tentou de forma resumida e limitada introduzir alguns conceitos e autores não muito familiarizados à nossa tradição cotidiana. Acredito que os conceitos de anomia social e mal-estar são chaves para a compreensão dos tempos difíceis em que vivemos, bem como o conceito de pós-modernidade, como algo que engendra inevitavelmente a anomia social. O reconhecimento de que a crise e o período operam mudanças psicológicas nos indivíduos é crucial para nossa armação. Mas é fundamental também que sigamos vendo de forma teórica que a luta de classes ainda é o motor da história, sem isso nossa atuação prática fica totalmente comprometida.

Agradeço a paciência de todos e espero ter contribuído de certa forma com aqueles que seguem a vida de forma indignada!

TEORIA

LÊNIN E AS GREVES

Sobre as greves[1]

Vladmir Lênin

Nos últimos anos, as greves operárias tem sido extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam. Compreende-se, pois, que os operários conscientes e os socialistas se coloquem cada vez mais amiúde a questão do significado das greves, das maneiras de realizá-las e das tarefas que os socialistas se propõem ao participarem delas.

Pretendemos realizar uma exposição de algumas de nossas considerações sobre esses problemas. No primeiro artigo, pensamos falar do significado das greves no movimento operário em geral; no segundo, das leis russas contra as greves, e, no terceiro, de como se desenvolveram e desenvolvem as greves na Rússia e qual deve ser a atitude dos operários conscientes diante delas.

***

Em primeiro lugar, é preciso observar como se explica o nascimento e a difusão das greves. Quem se lembra de greves conhecidas por experiência própria, por relatos de outros ou através dos jornais, verá logo que as greves surgem e se expandem onde aparecem e se expandem as grandes fábricas. Das fábricas mais importantes, onde trabalham centenas (e, às vezes, milhares) de operários, dificilmente se encontrará uma em que não tenha havido greves. Quando eram poucas as grandes fábricas na Rússia, rareavam as greves;

1 Artigo escrito em 1899, publicado pela primeira vez na revista *Proleterskaia Revoliutsia* ("Revolução Proletária"), n. 8/9, em 1924. Edição e revisão de Gustavo Rego a partir do material disponível em https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm

mas visto que elas crescem com rapidez, tanto nas antigas localidades fabris como nas novas cidades e aldeias industriais, as greves tornam-se cada vez mais frequentes.

Por que a grande produção fabril leva sempre às greves?

Isso se deve a que o capitalismo leva necessariamente à luta dos operários contra os patrões, e, quando a produção se transforma numa produção em grande escala, essa luta se converte necessariamente em luta grevista.

Esclareçamos:

Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e os industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário imprescindível para que estes e sua família mal possam subsistir. Tudo que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária para a sua manutenção o patrão embolsa – isso constitui seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para outros. Não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem sempre de reduzir o salário: quanto menos entreguem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível para poder sustentar a sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos, mas como se veste todo mundo. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário. O patrão tem liberdade de contratar o operário que quiser e por isso procura o mais barato. O operário tem liberdade de alugar-se ao patrão que quiser e procura o mais caro, ou seja, o que paga mais. Trabalhe o operário na cidade ou no campo, alugue seus braços a um latifundiário, a um fazendeiro rico, a um contratista ou a um industrial, sempre regateia com o patrão, lutando contra ele pelo salário.

Mas, pode o operário, por si só, sustentar essa luta? É cada vez maior o número de operários. Os camponeses se arruínam e fogem das aldeias para as cidades e para as fábricas. Os latifundiários e os industriais introduzem máquinas, que deixam os operários sem trabalho. Nas cidades, aumenta incessantemente o número de desempregados, e nas aldeias o de gente reduzida à miséria. E a existência de um povo faminto faz baixar ainda mais os salários. É impossível para o operário lutar sozinho contra o patrão. Se o operário exige melhor salário ou não aceita o seu rebaixamento, o patrão responde: "vá para outro lugar pois são muitos os famintos que esperam à porta da fábrica e ficarão contentes em trabalhar, mesmo que por um salário baixo."

Quando a ruína do povo chega a tal ponto que nas cidades e nas aldeias há sempre massas de desempregados, quando os patrões amealham enormes fortunas e os pequenos proprietários são substituídos pelos milionários, então o operário isolado transforma-se num homem absolutamente desvalido diante do capitalista. O capitalista obtém a possibilidade de esmagar por completo o operário, de condená-lo à morte num trabalho forçado, e não só ele, como também sua mulher e seus filhos. Com efeito, vejam as indústrias em que os operários ainda não conseguiram ficar amparados pela lei e não podem oferecer resistência aos capitalistas e comprovarão que a jornada de trabalho é incrivelmente longa, até de 17 e 19 horas, que criaturas de cinco ou seis anos executam um trabalho extenuante e que os operários passam fome constantemente, condenados a uma morte lenta. Exemplo disso é o caso dos operários que trabalham a domicílio para os capitalistas, mas qualquer operário se lembrará de muitos outros exemplos! Nem mesmo na escravidão e sob o regime de servidão existiu uma opressão tão terrível ao povo trabalhador como a que sofrem

os operários quando não podem opor resistência aos capitalistas nem conquistar leis que limitem a arbitrariedade patronal.

Pois bem, para não permitir que sejam reduzidos a essa tão extrema situação de penúria, os operários iniciam a mais encarniçada luta. Vendo que cada um deles por si só é absolutamente impotente e vive sob a ameaça de perecer sob o jugo do capital, os operários começam a erguer-se, juntos, contra seus patrões. Dão início às greves operárias. A princípio, é comum que os operários não tenham nem sequer uma ideia clara do que procuram conseguir, não compreendem *por que* atuam assim: simplesmente quebram as máquinas e destroem as fábricas. A única coisa que desejam é fazer sentir aos patrões a sua indignação – experimentam suas forças mancomunadas para sair de uma situação insuportável, sem saber ainda por que sua situação é tão desesperada e quais devem ser suas aspirações.

Em todos os países, a indignação começou com distúrbios isolados, com "motins", como dizem em nosso país a polícia e os patrões. Em todos os países, estes distúrbios deram lugar, de um lado, a greves mais ou menos pacíficas e, de outro, a uma luta multifacetada da classe operária por sua emancipação.

Que significado têm as greves na luta da classe operária? Para responder a esta pergunta, devemos nos deter primeiro a examinar com mais detalhes as greves. Se o salário do operário é determinado — como vimos — por um convênio entre o patrão e o operário, e se cada operário por si só é de todo impotente, torna-se claro que os operários devem necessariamente defender juntos as suas reivindicações, devem necessariamente declarar-se em greve seja para impedir que os patrões baixem os salários, ou para conseguir um salário mais alto. E, efetivamente, não existe nenhum país capitalista em que não sejam deflagradas greves operárias. Em todos os países europeus e na América, os operários se sentem, em toda parte, impotentes quando atuam individualmente e só podem opor resistência aos patrões

se estiverem unidos, quer declarando-se em greve, quer ameaçando com a greve. E quanto mais se desenvolve o capitalismo, quanto maior é a rapidez com que crescem as grandes fábricas, quanto mais se veem deslocados os pequenos pelos grandes capitalistas, mais imperiosa é a necessidade de uma resistência conjunta dos operários. Pois com isso agrava-se o desemprego e aguça-se a competição entre os capitalistas que procuram produzir mercadorias de modo mais barato possível (para o que é preciso pagar aos operários o menos possível), e acentuam-se as oscilações da indústria e as crises[2]. Quando a indústria prospera, os patrões obtêm grandes lucros e não pensam em reparti-los com os operários. Mas, durante a crise, os patrões tratam de despejar os prejuízos sobre os ombros dos operários. A necessidade das greves na sociedade capitalista está tão reconhecida por todos nos países europeus [ocidentais], que lá a lei não proíbe a declaração de greves. Somente na Rússia subsistiram leis selvagens contra as greves (destas leis e de sua aplicação falaremos em outra oportunidade).

Mas as greves, por emanarem da própria natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade. Quando operários despojados que agem individualmente enfrentam os potentados capitalistas, isso equivale à completa escravização dos operários. Quando, porém, estes operários despossuídos se unem, a coisa muda. Não há riquezas que os capitalistas possam aproveitar se estes não encontram operários dispostos a trabalhar com os instrumentos e materiais dos capitalistas e a produzir novas riquezas. Quando os operários enfrentam sozinhos os patrões, continuam sendo verdadeiros escravos,

2 Sobre as crises na indústria e seu significado para os operários falaremos algum dia mais minuciosamente. Agora observemos apenas que, nos últimos anos, os assuntos industriais na Rússia têm ido às mil maravilhas. A indústria prosperou, mas agora (em fins de 1899) já se observam claros sintomas de que esta "prosperidade" terminará na crise - nas dificuldades para a venda de mercadorias, na falência de fabricantes, na ruína de pequenos proprietários e em terríveis calamidades para os operários (desemprego, diminuição do salário, etc) (N.A.).

que trabalham eternamente para um estranho, por um pedaço de pão, como assalariados eternamente submissos e silenciosos. Mas, quando os operários levantam juntos suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viverem como pessoas. Os escravos começam a apresentar a reivindicação de se transformar em donos: trabalhar e viver não como queiram os latifundiários e capitalistas, mas como queiram os próprios trabalhadores. As greves infundem sempre tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seu domínio. "Todas as rodas detêm-se se assim o quer teu braço vigoroso", diz sobre a classe operária uma canção dos operários alemães. Com efeito, as fábricas, as propriedades dos latifundiários, as máquinas, as ferrovias e etc. são, por assim dizer, rodas de uma enorme engrenagem: esta engrenagem fornece diferentes produtos, transforma-os, distribui-os onde necessário. Toda esta engrenagem é movida *pelo* operário, que cultiva a terra, extrai o mineral, elabora as mercadorias nas fábricas, constrói casas, oficinas e ferrovias. Quando os operários se negam a trabalhar, todo esse mecanismo ameaça paralisar-se. Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários que proclamam seus direitos com força crescente. Cada greve lembra aos operários que sua situação não é desesperadora e que não estão sós. Vejam que enorme influência exerce uma greve tanto sobre os grevistas como sobre os operários das fábricas vizinhas ou próximas, ou das fábricas do mesmo ramo industrial. Nos tempos atuais, pacíficos, o operário arrasta em silêncio sua carga. Não reclama ao patrão, não reflete sobre sua situação. Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no

seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações. Toda greve acarreta ao operário privações tão terríveis que só se podem comparar com as calamidades da guerra: fome na família, perda do salário, frequentes detenções, expulsão da cidade em que residia e onde trabalhava. E, apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão. Malgrado as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sempre que veem que seus companheiros iniciaram a luta.

"Os homens que resistem a tais calamidades para quebrar a oposição de um burguês saberão também quebrar a força de toda a burguesia", dizia um grande mestre do socialismo, Engels, falando das greves dos operários ingleses.

Amiúde, basta que uma fábrica se declare em greve para que imediatamente comece uma série de greves em muitas outras fábricas. Como é grande a influência moral das greves, como é contagiante a influência que exerce nos operários ver seus companheiros que, embora temporariamente, se transformam de escravos em pessoas com os mesmos direitos dos ricos! Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. É muito frequente que, antes de uma grande greve, os operários de uma fábrica, uma indústria ou uma cidade qualquer não conheçam sequer o socialismo e nem mesmo pensem nele, mas que, depois da greve, difundam-se cada vez mais entre eles os círculos e as associações, assim como seja maior o número dos operários que se tornam socialistas.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários. Ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda

a classe operária. Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário, tentando inclusive reduzi-lo ainda mais, e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários veem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua própria união. Acontece muitas vezes que um patrão tente enganar, a todo instante, os operários: apresentar-se diante deles como um benfeitor, encobrir a exploração de seus operários com uma dádiva insignificante qualquer ou uma promessa falaz. Cada greve sempre destrói de imediato este engano, mostrando aos operários que seu "benfeitor" é um lobo com pele de cordeiro.

Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para aparecer como benfeitores dos operários, os funcionários e seus lacaios se esforçam para convencer os operários de que o czar e o governo czarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça.

O operário não conhece as leis e não convive com os funcionários, em particular com os altos funcionários, razão pela qual dá, frequentemente, crédito a tudo isso. Eclode, porém, uma greve, apresentam-se na fábrica o fiscal, o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas. Então, os operários percebem que infringiram a lei. Ela permite aos donos de fábricas reunir-se e tratar abertamente sobre a maneira de reduzir o salário dos operários, ao passo que os operários são tachados de delinquentes ao se colocarem todos de acordo! Despejam os operários de suas casas, a polícia fecha os armazéns em que os operários poderiam adquirir comestíveis a crédito e pretende-se instigar os soldados contra os operários, mesmo quando estes mantêm uma atitude serena e pacífica. Dá-se inclusive aos soldados ordem de abrir fogo contra

os operários. E quando matam trabalhadores indefesos, atirando-lhes pelas costas, o próprio tzar manifesta a sua gratidão às tropas (assim fez com os soldados que mataram grevistas em Iaroslavl, em 1895). Torna-se claro para todo operário que o governo tzarista é um inimigo jurado, que defende os capitalistas e ata de pés e mãos os operários. O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos. Percebe também que os funcionários defendem os interesses dos ricos. Além disso, que calam a boca do povo trabalhador para não permitir a ele exprimir suas necessidades e que, sendo assim, a classe operária deve necessariamente arrancar o direito de greve. Mais ainda, deve conquistar o direito de participar numa assembleia popular representativa encarregada de promulgar as leis e de velar por seu cumprimento. Por sua vez, o governo compreende muito bem que as greves abrem os olhos dos operários, razão por que tanto as teme e se esforça a todo custo para sufocá-las quanto antes possível. Um ministro do Interior alemão, que ficou famoso por suas ferozes perseguições contra os socialistas e os operários conscientes, declarou numa ocasião, não sem motivo, perante os representantes do povo: "Por trás de cada greve aflora a hidra da revolução".

Durante cada greve cresce e se desenvolve nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de "escola de guerra", escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos

os trabalhadores do jugo dos funcionários e do capital.

Mas a "escola de guerra" ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns operários (e alguns socialistas) começam a pensar que a classe operária pode limitar-se às greves e às caixas ou sociedades de resistência. Que apenas com as greves a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. Vendo a força que representam a união dos operários e até mesmo suas pequenas greves, pensam alguns que basta aos operários deflagrarem a greve geral em todo o país para poder conseguir dos capitalistas e do governo tudo que queiram. Esta opinião também foi expressa pelos operários de outros países quando o movimento operário estava em sua etapa inicial e os operários ainda tinham muito pouca experiência. *Esta opinião, porém, é errada*. As greves são *um* dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único. Se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária. Com efeito, para que as greves tenham êxito são necessárias as caixas de resistência, a fim de manter os operários enquanto dure o conflito. Os operários (comumente os de cada indústria, cada ofício ou cada oficina) organizam essas caixas em todos os países. Mas na Rússia isso é extremamente difícil porque a polícia as persegue, apodera-se do dinheiro e prende os operários. Naturalmente, os operários sabem resguardar-se da polícia e a organização dessas caixas é útil - não queremos dissuadir os operários de se ocuparem disso. Mas não se deve confiar que, estando proibidas por lei, as caixas operárias possam contar com muitos membros, e sendo escasso o número de cotizantes, essas caixas não terão grande utilidade. Além disso, até nos países em que existem livremente as associações operárias, e portanto as caixas são muito fortes, a classe operária de modo algum pode limitar-se às greves em sua luta. Basta que sobrevenham dificuldades na indústria (uma crise, como a que agora se aproxima da Rússia, por exemplo) para que os patrões premeditadamente provoquem greves, porque às vezes lhes convém suspender temporariamente o trabalho e lhes é útil que as caixas operárias esgotem seus fundos. Daí não poderem os operários limitar-se, de modo algum, às greves e às sociedades de resistência. Em segundo lugar, as greves só são vitoriosas quando os operários já possuem bastante consciência, quando sabem escolher o momento para desencadeá-las, quando sabem apresentar reivindicações, quando mantêm contato com os socialistas para receber volantes e folhetos. Mas há poucos operários assim na Rússia. É necessário fazer todos os esforços para aumentar seu número, tornar conhecida nas massas operárias a causa operária, fazê-las conhecer o socialismo e a luta operária. Esta é a missão que devem cumprir os socialistas e os operários conscientes, formando, para isso, o partido operário socialista. Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária de todos os países a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, esta luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista por meio da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária. Noutra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-las os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma "escola de guerra", mas não a própria guerra: as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. Das greves isoladas os operários podem e devem passar, e passam realmente, em todos os países, à luta de toda a classe operária pela emancipação de todos os trabalhadores. Quando todos os operários conscientes se tornam socialistas, isto é, quando tendem para esta emancipação, quando se unem em todo o país para propagar entre os operários o socialismo

e ensinar-lhes todos os meios de luta contra seus inimigos, quando formam o partido operário socialista que luta para libertar todo o povo da opressão do governo e para emancipar todos os trabalhadores do jugo do capital, só então a classe operária se incorpora plenamente ao grande movimento dos operários de todos os países, que agrupa todos os operários e hasteia a bandeira vermelha em que estão inscritas estas palavras: "Proletários de todos os países, uni-vos!"

DOCUMENTOS

Elementos da conjuntura pós-greve geral

Secretariado Nacional do MES (1/05/2017)

A greve geral convocada para o dia 28/04 foi uma ação histórica da classe trabalhadora brasileira. Nosso balanço é inicial, uma primeira leitura, mas que evidência o êxito dessa medida de força contra o governo Temer e seu plano de ajuste. Foi um pronunciamento contundente da classe trabalhadora brasileira, em dimensão nacional, onde as centrais sindicais falam em 40 milhões de trabalhadores cruzando os braços. O governo optou pela polarização para aprovar as reformas e a greve coloca a ampliação da resistência como uma realidade. Após cem anos da primeira greve geral da história do país, os trabalhadores novamente mostram sua força. Uma greve geral no quinto maior país do mundo, um gigante que está entre as dez economias mais importantes do planeta, tendo impactos para o conjunto do continente. A luta vai seguir. Apresentamos aqui as primeiras conclusões sobre o processo.

1) O 28 de Abril se configurou como uma jornada histórica

Com um alcance nacional, manifestações ocorreram em centenas de cidades, todas as capitais, distrito federal, e em praticamente todas as cidades com mais de cem mil habitantes. A Globo citou atos em 241 cidades. É possível comparar com a grande greve geral de 48 horas de 14/15 de março de 1989. A especificidade desta greve geral é que não houve uma direção centralizada, nem a CUT nem o PT foram a referencia sindical e política como em 89. Sem uma liderança clara nem um programa alternativo, sua marca foi a rejeição às medidas neoliberais. Outra especificidade é que foi uma ação centralizada, apesar de não ter uma única direção, cujo impacto grande foi produto também de um momento onde as mídias

instantâneas conseguem conectar ações e informações em todo país, multiplicando o número de notícias sobre a ação grevista. A greve foi uma vitória dos setores populares. A narrativa das reformas como retirada de direitos popularizou-se, especialmente a reforma da previdência. Ficou mais difícil avançar aí, o que não significa que o governo não logre uma vitória através de um Congresso Nacional bastante refratário ao clamor popular. Embora tenha dificultado, a greve não impede que seja levada adiante o ajuste e que se consolide um grande ataque, tanto com a aprovação das reformas trabalhista (e a lei da terceirização que já foi sancionada) quanto da previdência, na qual só a mudança da idade mínima já será um grande ataque. A mudança da correlação de forças ainda é incipiente e a palavra-de-ordem da burguesia é "prosseguir", mesmo com a bronca e a demonstração de forças da classe.

2) Uma greve de caráter nacional

O maior protagonismo foi dos setores de transporte (rodoviários, metroviários, ferroviários e portuários); grande força também em professores, bancários, correios, metalúrgicos e químicos (incluindo petróleo), e ocorreu em todo o Brasil. Ocorreram interrupções de vias e rodovias dos setores populares (MTST e MST) e juventude. Protagonismo em diversas cidades de setores periféricos e organizações nos bairros.

3) A mídia teve que mostrar a força da greve

Foi uma greve de massas, embora a ampla maioria do povo não foi às ruas protestar. Mas o apoio foi real. O desemprego, os trabalhadores informais, o baixo nível de sindicalização (na verdade a fraqueza dos sindicatos), tudo isso atrapalha uma ação mais massiva e combinada nas ruas. Mas foi claro o apoio majoritário à greve.

A mídia internacional mostrou a importância da greve e até a cobertura da Rede Globo teve que ceder à força da manifestação, em especial na edição do Jornal Nacional. Apesar de sua natural tendência à desqualificar a ação de trabalhadores, tiveram que reconhecer a paralisação como um fato. O discurso de esconder a greve geral mudou para afirmar que os piquetes de sindicatos no transporte foram o motor e não a indignação de milhões. Folha de São Paulo, Estadão e O Globo afirmaram que foi uma "greve das corporações" e pediram ao governo medidas mais "a la Thatcher" pelo fato de não existir um "plano B".

Nas redes sociais, também sinais claros de que o 28A foi vitorioso. Ainda na véspera, uma enquete da Veja deu 96% de apoio à greve com quase 800 mil votos. Análise do Fábio Malini mostra uma derrota devastadora de Temer no Twitter. Das 0h às 16h ele coletou termos como "greve", "brasilemgreve", "grevegeral", "agrevefracassou" e "euvoutrabalhar". Foram 685 mil tuítes e a esmagadora maioria pró-greve.

4) No plano da repressão, a ação foi desigual

Nas cidades onde a paralisação foi mais contundente, se derrotou a repressão da polícia e da patronal. Foi o caso de SP, onde a marca foi a paralisação da cidade, com metro e ônibus parados, assim como em Porto Alegre, em BH, em Recife. Onde a adesão dos trabalhadores dos transportes não ocorreu, ou ocorreu muito parcialmente, houve maior radicalização e a repressão teve maior impacto, como no caso dos atos do Rio de Janeiro, à tarde, onde houve abusos policiais e repressão desmedida contra o conjunto dos manifestantes. Mas a repressão não ocorreu apenas nestes casos. Em algumas cidades a repressão foi demonstrativa do caráter de classe do estado e da política do regime de conter o movimento. O mais grave foi contra os portuários

de Santos. Também em Goiânia, onde jovens foram covardemente agredidos, sendo que um estudante está internado na UTI, ainda correndo risco de vida. Um militante do MES e do Juntos teve seu braço quebrado pela ação da violenta polícia de São Paulo, durante o bloqueio de vias na Zona Oeste da cidade, organizado pela militância da USP. O deputado Glauber Braga do PSOL recebeu um tiro de bala de borracha quando participava do ato do Rio. Também ocorreram prisões que precisam ser denunciadas.

5) Unidade contra as reformas e contra Temer foi uma vitória importante em meio a uma dura queda de braço

Esta ação vitoriosa foi fruto de uma combinação de fatores. O mais importante foi a unidade de diferentes setores sociais, com uma amplitude maior do que em manifestações recentes. A unidade construída no 8 de março, 15 de março e manifestações parciais, ganhou novas e decisivas adesões. Conforme nos referimos no balanço do dia 15:"A jornada de 15 de março demarcou que a pauta da luta contra a reforma da previdência tem atração para ser motor de uma verdadeira greve geral."

A ampliação pode ser medida com a entrada de todo um setor do poder judiciário, com o peso que as igrejas colocaram, com a adesão de figuras diversas. A luta contra a reforma se popularizou e o governo ficou com seu discurso na defensiva.

Isso pressionou as cúpulas sindicais, que ficaram espremidas entre a pressão de base e sua própria luta corporativa. As medidas antissindicais do governo – inclusive sua ofensiva contra o imposto sindical – obrigaram as cúpulas a marcar uma ação comum. O dia 28 contou com convocatória, em intensidades desiguais, de centrais como a CUT, FS, UGT, CTB, Nova Central, CSP Conlutas, Intersindical, bem como movimentos populares como MTST, MST e outros.

Isso auxiliou a construção de uma frente única real, por cima e por baixo, entre setores da esquerda e as burocracias, misturando interesses gerais e particulares. Uma verdadeira frente única que possibilitou uma ação mais contundente, e que se deu entre centrais, sindicatos, esquerda genérica, ala progressista das igrejas e toda a Justiça do Trabalho. Cresceu a confiança da classe em suas próprias forças.

O fato de haver uma pauta concreta de ataques aos direitos sensibilizou a classe trabalhadora e também setores da classe média, também enfurecida pela corrupção. A paralisação de inúmeros colégios particulares também demonstra essa adesão. Isso prova que é possível disputar estes setores médios, que a classe média não está toda perdida para a direita como dizem muitos. Ela oscila e, portanto, disputa-la é fundamental.

A greve geral também ajudou a expressar a luta contra a "casta", o escárnio que os políticos fazem contra o povo, pela via da corrupção e ajuste. Embora ausente da convocação oficial da greve geral (exceto por panfletos nossos, por exemplo no RS) a bronca com a corrupção também contribuiu para fortalecer a greve e dar força ao "Fora Temer".

6) Foi a primeira ação coordenada da classe depois das Jornadas de Junho de 2013

O 28A mostrou níveis de radicalidade, apelo democrático e espontaneísmo grande. A "greve geral", convocada para 11 de Julho de 2013, teve um papel de descomprimir e, portanto, desativar o efeito da ação de massas, e não foi um plano de ação coerente para seguir lutando nas ruas e locais de trabalho.

No caso da presente greve geral, os elementos de Junho se apresentam nas manifestações de rua, na dificuldade de controle por parte das direções do movimento de massas. Foram milhares de ativistas que se somaram, como os jovens que ingressaram

na luta política depois de Junho, ampliando a resistência ao plano de austeridade.

Um movimento de massas que se movimenta, sem uma direção clara, com uma disputa complexa sobre os próximos passos. Um gigante sem direção. Apesar de não estar no chamado da convocatória oficial das centrais às manifestações, o tema de revolta contra os "políticos", a impunidade e a corrupção estava latente na simpatia popular à greve. Esses elementos são a continuidade de Junho, agora com métodos próprios da classe, mas ainda longe de ter uma alternativa política centralizada que possa interferir e afirmar quais passos seguir. Há claramente direções fragmentadas que atuam, mas nenhuma que se impõe nem que tenha capacidade de resolver esta lacuna. Assim, os velhos aparatos em crise seguem tendo peso, embora já também não comandem. E do ponto de vista político, como veremos, ainda Lula é a principal referência do povo pobre e trabalhador, mas ele não tem mais capacidade de liderar amplas camadas da classe média nem os setores mais combativos da classe trabalhadora. Sua referência para parcelas mais pobres da população é na lógica do mal menor. E segue como esperança para parcelas da ampla burocracia sindical que está sendo atacada pelas medidas neoliberais. A fraqueza do PSOL (e a política passiva de uma parte de sua direção), que abordaremos logo e m seguida, também é um limite da situação política.

A disputa pela direção é muito contraditória. As principais direções animadoras do movimento que apoiaram junho de 2013 têm dificuldades de construir uma narrativa comum e menos ainda uma política comum para forjar uma alternativa. Felizmente, jogando a favor, temos a latência de Junho que também atua para um apelo à democracia para discutir e decidir as ações. Não se explicaria a paralisação nos transportes em Porto Alegre, por exemplo, não fosse o processo aberto em Junho que culminou com a grande greve rodoviária do ano de 2014. Em outras cidades devemos ter muitos exemplos do mesmo tipo.

7) Governo com mais dificuldades

A declaração do ministro Serraglio de minimizar a manifestação, classificando-a como pífia caiu no ridículo. Temer foi mais cuidadoso em sua nota. O governo tem dificuldades em apresentar uma linha mais clara para enfrentar o movimento de massas.

A vitória na aprovação da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados garanti ao governo um fôlego relativo, porém com uma margem cada vez menor. Como era uma votação que lhe exigia maioria simples, 296 votos conta 177, acendeu um sinal amarelo com relação aos 308 votos necessários para aprovação da reforma da previdência. Mesmo a aprovação da reforma trabalhista no senado será uma operação complicada para Temer.

No plano econômico, o desemprego superou a barreira dos 14 milhões e no plano político, após a delação da Odebrecht, o parlamento se desmoraliza cada vez mais e o próprio Temer atinge o fundo do poço em termos estatísticos, com pífios 4 % de aprovação popular. Mas a burguesia segue com sua santa aliança, ainda que com a ameaça de fissuras, para levar o ajuste adiante.

8) PSOL e seus dirigentes cumpriram um papel importante onde atuam em sindicatos e impulsionaram ações coordenadas

Apesar do protagonismo da burocracia das centrais, não pode minimizar o peso da esquerda em alguns piquetes e paralisações. O caso de Porto Alegre e dos metroviários de SP foi o mais emblemático.

O MES teve uma participação importante nos piquetes, junto com outros setores de esquerda, que bancaram esse método e o sustentaram.

No Rio Grande do Sul, o PSOL atuou como partido. Nossos quadros estiveram garantindo a ação nas garagens,

não apenas de fora para dentro, mas disputando e intervindo sobre a vanguarda da categoria. Uma parte importante dos líderes rodoviários da cidade são militantes ou amigos do partido e de nossa corrente. O Partido atua também no sindicato dos metroviários e garantiu a participação de sua militância nos piquetes da região metropolitana e Pelotas. O sindicato da saúde jogou suas forças para convocar na cidade, com carro-som e na mídia local. Sindicatos como o da Justiça Federal cumpriram papel decisivo na articulação com os setores médio da Justiça do Trabalho. Distribuiu quase 200 mil panfletos e suas figuras públicas, Luciana Genro, Pedro Ruas, os vereadores da cidade estiveram nas manifestações e nos piquetes. Roberto Robaina na linha de frente dos piquetes rodoviários e Fernanda Melchionna, além da garagens, construindo a greve entre os municipários, Alex esteve no piquete da Zona Sul da cidade. Fernanda Miranda e Guto Lopes, vereadores, atuaram em Pelotas e Viamão, respectivamente. O Juntos levou mais de 60 ativistas para participar das atividades junto aos trabalhadores. Aqui logramos unidade com a CTB e a direção burocrática do sindicato dos rodoviários (FS), sem perder a independência política, tanto que são os militantes psolistas que estarão a frente das eleições da próxima semana, onde se elegem novas direções para o DCE da UFRGS e os sindicato dos metalúrgicos de Caxias, ambas disputas entre PCdoB e PSOL. Como síntese, podemos dizer que no Rio Grande do Sul, o PSOL atuou como operador que unificou as diversas ações de sua militância e que esta militância esteve na vanguarda da greve. Podemos dizer sem sombra de dúvida que sem o PSOL a greve geral não teria sido garantida em Porto Alegre porque os nossos militantes foram determinantes na paralisação dos trens e dos ônibus. Não atuamos isolados (no caso dos ônibus a burocracia do sindicato atuou também nas garagens que dirigem e dando aval oficial para a greve). Mas fomos decisivos e a bandeira do partido apareceu abertamente.

Disputamos esse perfil também em São Paulo, onde jogamos todas as forças para que a greve triunfasse, com colagens de massas, panfletos do mandato, presença permanente de Sâmia e uma força-tarefa para apoiar o sindicato dos metroviários na sua difícil tarefa.

Em SP nossa militância fez uma intensa agitação. Mas o MES não comanda o partido em SP. A marca do PSOL, portanto, não foi de ser operador da greve unificando sua militância e iniciativas neste sentido. Foi uma ação de cada corrente individual, e a corrente que ainda tem peso majoritário no PSOL de SP não teve esta linha como centro. No caso de SP podemos dizer que mais importante foi nossa ação unificada com o PSTU e outras correntes que atuam no metrô de SP, o que foi determinante para a força da paralisação. Aqui também não foi nem o PT nem a CUT que garantiu nada. Neste sentido foi uma continuidade do 15 de março e uma marca clara de construção de uma nova direção.

Do ponto de vista de nossa corrente, estivemos nos piquetes da saída da Ponte Rio-Niterói, da Zona Oeste em São Paulo, em várias cidades pelo país, onde esse método radicalizado serviu para apoiar a enorme maioria dos trabalhadores que não podem aderir à greve por assédio patronal. Como um método coletivo, os piquetes abrem uma importante discussão, pela via do rádio, das redes sociais, e de outras formas de comunicação sobre os rumos do movimento.

Em todo país a militância do MES se jogou com toda força pela greve. Nossos parlamentares, nossas lideranças sindicais e políticas, a militância do Juntos, do Emancipa, dos sindicatos, das Juntas e de todas as nossas frentes. Fizemos um duro enfrentamento em todo país e nos orgulhamos de ser parte ativa em todas as cidades onde o MES atua.

Nesse exemplo, queremos afirmar a necessidade de disputar a direção política do movimento e mesmo dentro do PSOL, disputar o perfil do Partido como um partido dirigente,

de combate. A realidade do PSOL é desigual em todo país. Reivindicamos o papel do PSOL no Rio Grande do Sul onde atuamos de forma unificada enquanto partido. Onde o PSOL atuou com força ganhou protagonismo. Além do Rio Grande do Sul, isto ficou claro em regiões como Natal, onde o Sintest e o mandato de Sandro foram parte dirigente do processo; em Recife onde através do SINPOL- sindicato dos policiais- o Partido esteve dirigindo os comandos de greve com a liderança de Leandro Recife e militantes policiais, e com as bandeiras do Partido em Santa Catarina nas atividades de greve.

No Rio de Janeiro, vale destacar a ação de nossos militantes e de David Miranda que estava no piquete da ponte, e o fato de Glauber e Flávio terem sido atingidos durante o ato, o que também foi um fato político. Porém diante da magnitude do movimento, no Rio de Janeiro falta ao Partido ter uma postura de intervir diretamente para disputar os rumos do movimento de massas e discutir essas tarefas com a vanguarda. Muitos setores do Partido como já citado fazem isso, à frente de suas organizações e movimentos, porém o que estamos afirmando diz respeito às direções do PSOL enquanto tal. Em nível nacional, a insuficiência do partido por não ter uma orientação geral fica nítida nos momentos onde a polarização transcende a luta parlamentar e ganha peso nas ruas. O partido não fez sequer um panfleto nacional chamando a greve. Nas redes sociais perdemos para o PSTU na divulgação do movimento. A presidência do partido não articulou uma ação unificada do partido nem animou a greve em qualquer cidade ou setor. A Fundação Lauro Campos não deu suporte para tamanho fato histórico. Para não dar muitos exemplos do que não foi feito basta citar que as inserções nacionais do partido na TV nos dias prévios à greve geral (dia 27 o partido teve inserção), a greve geral não foi convocada. Esta passividade foi uma marca de parte da direção do PSOL.

9) O lulismo ainda é a principal referência do que é genericamente identificado como "esquerda"

A Operação Lava Jato desnudou o desastre da política de conciliação de classes, mas diante da falta de alternativas e dos ataques brutais de Temer, Lula segue com força, como mostra a pesquisa DataFolha de 30/4. Seu peso eleitoral se mantém, como grande limite da conjuntura atual. Isso mostra os limites de uma situação que não consegue colocar na pauta uma ideia nova que supere o reformismo e a lógica do mal menor. Onde o PSOL é mais passivo pior fica. Mas a mobilização ajuda as categorias a se animarem para dar passos na luta de resistência. Isso vai gerar novas e maiores contradições. Está claro que haverá uma disputa renhida de direção. A falta de uma política do PSOL para mostrar sua cara própria para além das eleições e ainda fraca inserção do partido é uma das dificuldades maiores da conjuntura.

A CUT e o PT com Lula a frente vão buscar uma estratégia de negociação para um grande acordo nacional, com sinais de Jobim e Mendes nessa direção. A Força Sindical também negocia numa linha de "mediação sindical" para uma reforma da previdência mais amena. Nunca foi tão verdadeira a ideia de que o velho está morrendo, mas o novo ainda não nasceu. Isso faz com que a morte do velho seja mais lenta.

10) O PSOL deve lutar para ter cara própria na conjuntura

Essa é a tarefa da reunião do DN dos dias 6 e 7. O Partido precisa atual como tal, colocando sua força, suas lideranças e o prestígio de seus parlamentares não só na denúncia da repressão ou das votações em Brasília, mas também à serviço da mobilização para derrotar o ajuste de conjunto, e ao mesmo tempo discutir um plano alternativo de emergência. É preciso intensificar a demarcação com o lulismo, que utilizará o capital político que ainda tem para salvar sua pele.

O partido deve estar nas lutas, apoiá-las, articula-las, levar suas bandeiras, colocar seus parlamentares à serviço.

E o partido deve ter uma política global alternativa. Neste política, além de medidas econômicas como a defesa da taxação sobre as grandes fortunas, o PSOL não pode vacilar no apoio à Lava Jato, nos termos que tem escrito Luciana Genro insistentemente. A força que mantém seu nome na pesquisa é um indicativo da luta por uma nova política, que o PSOL deve desenvolver.

11) É preciso reforçar os laços associativos, a presença nos locais de trabalho e a democracia para decidir os rumos do movimento

Devemos aproveitar a "brecha" que a unidade entre os sindicatos nos possibilita para exercer a necessária extensão do movimento: juntando categorias, associações de bairro para discutir o balanço do êxito do dia 28 e as novas medidas. Exigir democracia nos locais de trabalho e um plano de luta para seguir. Está posta a necessidade de uma nova greve geral, maior, mais profunda e contundente, para seguir o embate contra as reformas.

Devemos lutar por unir a pauta da reforma – seguir e ampliar a frente única – com as pautas reivindicativas – contra o atraso nos salários, em defesa do emprego e dar voz à luta contra a corrupção. Isso é qualitativo, na juventude e no meio popular. Apoiar a luta dos bairros pobres e favelas, cada vez mais explosivas.

12) Agitar o Fora Temer e o Congresso Nacional

Devemos avançar na agitação da derrubada do governo como uma necessidade estratégica e a superação do regime da Lava-Jato por uma assembleia popular constituinte que discuta os rumos do Brasil. Um programa de emergência que tenha medidas de caráter econômico como o imposto sobre as grandes fortunas, impostos sobre dividendos, auditoria da dívida pública, a defesa dos postos de trabalho, a defesa dos salários e valorização dos servidores públicos, assim como a luta contra o genocídio da juventude negra na periferia. As mulheres também ganharam peso na luta, unindo as demandas de gênero às lutas gerais da classe trabalhadora. Nossas porta-vozes tem sido destaque neste embate, e ele tende a ganhar cada vez mais peso, assim como a luta contra o racismo, a LGBTfobia e as demandas da juventude em geral.

No sentido histórico, a greve geral foi uma grande escola para a luta. Os militantes vão se forjando, no calor dos piquetes, avançando nas estruturas da classe; nossas figuras públicas vão se postulando como "tribunos do povo". Precisamos seguir pois grandes batalhas estão por vir.

Depois da heroica ocupação de Brasília, é preciso seguir nas ruas!

Construir a greve geral de 48 horas. Fora Temer! Contra eleições indiretas! Que o povo decida! Contra as reformas trabalhista, da previdência e a terceirização!

A marcha, no dia 24 de maio, com mais de cem mil manifestantes, que ocupou Brasília, organizada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, foi uma demonstração de força da classe trabalhadora e da juventude. Importante dizer que a vitória desta marcha faz parte de um acúmulo de lutas. Neste ano, tivemos um vitorioso 8 de março organizado pelas mulheres no Brasil e no mundo, que contribuiu para animar as lutas de 15 de março e de 31 de março. Depois, tivemos o acampamento Terra Livre com indígenas, de 24 a 28 de abril, centrado na reivindicação Demarcação Já! Finalmente, foi realizada a grande greve geral do dia 28 de abril, em que cruzaram os braços mais de 40 milhões de trabalhadores, para derrotar as reformas trabalhistas, da previdência, a terceirização e as medidas reacionárias de Michel Temer.

A marcha a Brasília já tinha sido convocada quando vieram a público as revelações da delação da JBS/Friboi, mostrando novos esquemas corruptos do sistema político, que causaram um terremoto no Planalto e no Congresso, e colocaram na ordem do dia a queda do governo.

O repúdio e a indignação popular crescem nas ruas contra a corrupção das empresas capitalistas e dos partidos da ordem. Nós nos somamos a essa indignação da população e exigimos que todos sejam investigados e devidamente punidos com o confisco de bens, estatizações, perda imediata de mandatos, etc.

Mobilização derrota Decreto de Garantia da Lei e da Ordem

O governo ilegítimo ordenou a repressão da grande Marcha de 24 de maio e instaurou a barbárie em Brasília. Houve uma ação desmedida das forças de repressão, utilizando bombas, gás, balas de borracha, cavalaria, helicópteros e até armas letais, causando mais de 50 feridos.

Sentindo-se acuados pela força da mobilização, Temer e Jungmann decretaram a presença das forças armadas. Transformaram nossas justas reivindicações em caso de segurança nacional.

A força da manifestação, que se defendeu dos ataques e fez a cavalaria recuar, deu uma alta moral aos manifestantes. Terminaram a atividade com a cabeça erguida, em marcha até o Mané Garrincha. Isso, bem como inúmeras reações contrárias vindas de diferentes setores da sociedade, fez com que o decreto não se sustentasse nem por 24 horas.

Unidade da esquerda combativa enfrentou repressão do governo

Foram fundamentais a determinação de luta das massas e a presença da esquerda socialista, em diferentes expressões sindicais e políticas, de setores do PSOL, da Intersindical, e da CSP-Conlutas, para que fosse possível enfrentar a repressão, apesar do papel recuado de direções políticas ligadas, em sua maioria, às maiores centrais sindicais.

A crise política segue e Temer está cada vez mais isolado. Entretanto, os corruptos e todos os representantes dos ricos querem manter as reformas em pauta. Parte deles quer manter Temer, outra parte conspira para substituí-lo numa eleição indireta. Das conversas em favor de eleições indiretas participam tanto setores da base do próprio Temer quanto da oposição petista.

Estas articulações só serão derrotadas com mais mobilização social. É preciso seguir em frente: não sairemos das ruas até que caia Temer e as reformas neoliberais sejam derrotadas.

É importante que o PSOL denuncie as reuniões de bastidores em torno de um novo pacto, um possível acordão entre PSDB, PMDB e PT para uma saída institucional que manteria as contrarreformas e a politica de ataques às trabalhadoras e trabalhadores, em nome da governabilidade e da manutenção da institucionalidade burguesa. A linha do PSOL deverá ser: O Povo deve decidir! Não aceitamos eleições indiretas! Queremos que as decisões sejam feitas pela vontade popular não pelo congresso, na sua ampla maioria corrupto e ilegítimo. Lutamos por um novo sistema político, que nada tem a ver com a falsa democracia do poder econômico. Nas ruas lutamos por novas instituições e novas regras eleitorais.

A continuidade da luta pede uma nova greve geral, mais forte do que a primeira, pelo Fora Temer, e contra as reformas que atacam os direitos de quem vive do trabalho, da juventude e do povo pobre. A reunião das centrais indicou a nova data de greve para o final de junho (no período entre 26 e 30 de junho). Queremos construir pela base essa importante jornada. Avaliamos que ela deve ser de 48 horas. Cabe às centrais sindicais consolidarem a convocação.

Nós nos somamos a todos e todas que estão dispostos a somar energias no sentido de unificar as lutar pela unificação das forças da esquerda anticapitalista, convidando o conjunto do PSOL para construir um novo bloco social e político no país, que represente, de fato, as massas da classe trabalhadora e o conjunto dos setores oprimidos da sociedade, uma alternativa de esquerda e socialista. A hora é agora!

Por uma nova greve geral mais forte, por um junho de lutas que derrube o governo e as reformas neoliberais!

1º de Maio
APS – Ação Popular Socialista
Comunismo e Liberdade
Comuna
CS – Construção Socialista
CST
Esquerda Marxista
LRP – Liberdade e Revolução Popular
LS – Luta Socialista, LSR
Mandato Carlos Giannazi
MES – Movimento Esquerda Socialista
Somos Viamão
Subverta
TLS